



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Candida Clara de Oliveira Pereira da Fonseca

**“À flor da pele”: histórias de mulheres em situação de violência atendidas pelo
CREAS- Conselheiro Lafaiete- MG**

Belo Horizonte - MG

Fevereiro/2019

Candida Clara de Oliveira Pereira da Fonseca

**“À flor da pele”: histórias de mulheres em situação de violência atendidas pelo CREAS-
Conselheiro Lafaiete-MG**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Alessandra Sampaio Chacham

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

F676f Fonseca, Candida Clara de Oliveira Pereira da
“À flor da pele”: histórias de mulheres em situação de violência atendidas pelo CREAS- Conselheiro Lafaiete- MG / Candida Clara de Oliveira Pereira da Fonseca. Belo Horizonte, 2019.
163 f. : il.

Orientadora: Alessandra Sampaio Chacham
Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

1. Centro de Referência de Assistência Social. 2. Mulheres - Assistência social. 3. Violência contra as mulheres. 4. Relações de gênero. 5. Masculinidade. 6. Violência conjugal. 7. Acolhimento. I. Chacham, Alessandra Sampaio. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 396

Candida Clara de Oliveira Pereira da Fonseca

**“À flor da pele”: histórias de mulheres em situação de violência atendidas pelo CREAS-
Conselheiro Lafaiete-MG**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Profa. Dra. Alessandra Sampaio Chacham – PUC Minas (Orientadora)

Profa. Dra. Cláudia Andréa Mayorga Borges – UFMG

Profa. Dra. Paloma Ferreira Coelho Silva – Instituto René Rachou

Profa. Dra. Magda Maria Bello de Almeida Neves – UFMG

Profa. Dra. Maria Ignês Costa Moreira – PUC Minas

Profa. Dra. Maria Carolina Tomás - PUC Minas

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2019

À minha mãe, minha fonte de inspiração, pelo amor incondicional e por acreditar e torcer por mim, infinitamente... Mãe, hoje, após concluir este estudo, eu entendo o que a senhora quis dizer o tempo todo...eu entendo as suas queixas, eu entendo as suas falas...É como se de repente, tudo ficasse claro para mim... Fica aqui todo o meu respeito, todo o meu entendimento, toda a minha gratidão e todo o meu amor...

AGRADECIMENTOS

A conclusão desse trabalho encerra uma etapa muito significativa de minha formação, tanto profissional, como pessoal. O Doutorado se constituiu nos melhores e mais fecundos anos de minha vida intelectual. É a realização de um sonho muito sonhado, muito desejado...A jornada foi longa, foi difícil, muito difícil, foi sofrida... Mas, posso dizer, tudo valeu muito a pena! O resultado de todo o esforço foi muito gratificante! Diversas pessoas contribuíram para a realização deste sonho. E quero agradecer profundamente àqueles que foram solidários, incentivaram e acreditaram que eu podia, muito mais do que eu...

À PUC Minas, pela qualidade do Programa e pela formação que me propiciou...

À CAPES, pelos quatro meses de Bolsa a mim concedidos...

À minha Orientadora, Dra. Alessandra Chacham, sempre alegre, bem-humorada, pela presteza, pelas dicas, pela atenção, pelos livros e textos, pelo acolhimento das dúvidas, das incertezas, das inseguranças, e também me deixando livre, me dando autonomia na condução do trabalho, pela paciência e pelo incentivo na realização desse trabalho...

Aos professores do PPGCS da PUC Minas, principalmente, Candice, Regina, Rita, André, pelo brilhantismo em sala de aula, onde cada um à sua maneira, me mostraram o olhar, o ser, o agir e o fazer das Ciências Sociais, compartilhando conhecimento e experiência de forma extremamente generosa. Vocês me apresentaram e me conduziram a um novo campo de conhecimento...

Aos meus colegas do PPGCS da PUC Minas, Hernani, Glícia, Anderson, Mayara, Cássia, Corina, Cynthia, Luís, Simone e todos aqueles, que de alguma forma me ajudaram, me apoiaram e se fizeram importantes nesse percurso e tornaram os meus dias mais leves nesse caminhar, sem falar nos lanches deliciosos, na hora do café, que faziam daquele momento, um encontro de afetos e sabores...

À Ângela, ao Guilherme e ao Fabrício, na secretaria, pelo atendimento ímpar, pela gentileza, pela competência...

Às professoras Dra. Cláudia, Dra. Paloma, Dra. Magda, Dra. Maria Ignês, Dra. Maria Carolina que, muito gentilmente, aceitaram fazer parte da Banca, pela disponibilidade, por se disporem a ler o meu trabalho, por estarem aqui...

Ao sr. Noel, meu competente motorista, por sua gentileza e educação, que não media esforços para que eu conseguisse chegar a tempo das aulas em BH e das aulas aqui e que fazia das viagens as mais prazerosas, com sua direção cuidadosa, com sua preocupação, com suas histórias bem-humoradas...

Ao Sargento Josivam, da Polícia Militar de Conselheiro Lafaiete, que muito gentilmente nos recebeu na P3 de Conselheiro Lafaiete, se dispondo e se empenhando a pesquisar e nos fornecer os dados de que precisávamos.

À Wânia, assistente social e Coordenadora do CREAS, à Tatiane, advogada e à Ana Paula, psicóloga, que muito gentilmente me receberam no CREAS- Conselheiro Lafaiete, e permitiram que eu participasse do grupo de mulheres em situação de violência, tornando possível o meu campo...

Às mulheres do grupo de mulheres, que me permitiram participar e ter acesso às suas histórias, a mim confiando suas intimidades, suas dores e seus afetos...

À minha mãe, fonte, origem desse trabalho, inspiração, pelo apoio, pela torcida, por confiar em mim, me incentivar e acreditar que sou capaz...

In memoriam, toda a gratidão a meu pai que fez nascer em mim o interesse por aprender...suas histórias, seus ensinamentos, ainda estão comigo e de uma certa forma, fazem parte de mim...

Ainda ao meu pai e à minha mãe, toda a gratidão, pela vida, pela educação, pelos valores e ensinamentos, enfim, por tudo o que me possibilitou ser o que sou e chegar até aqui...

Ao meu marido Messias e ao meu filho Rodrigo, pela aceitação, pela confiança, pelo apoio, pelo suporte, pela tolerância e paciência, pela imensa compreensão diante de meus ataques histéricos, de desespero, de sofrimento... por suportar minhas queixas, os meus desatinos, os meus conflitos, por compreenderem com amor, as renúncias que esta decisão implicava, minhas ausências, meu isolamento quase “autístico” meu “não posso” às viagens, às festas, às idas ao sítio, ao lazer...pelos acolhimentos e encorajamentos constantes... diante de minhas lágrimas, de minha sensação de não dar conta, de meu “quase” desistir...

Ainda, ao meu marido Messias, pela companhia carinhosa, nas noites frente ao computador...

Ainda ao meu filho querido, Rodrigo, a minha mais profunda gratidão por existir e me fazer tão feliz, pelo tempo que dedica a mim, pelo diálogo constante, rico e profundo, que tanto tem me ensinado ao longo desses anos... e por entender e respeitar as minhas escolhas...

Aos meus irmãos pelo amor, por entenderem e respeitarem as minhas ausências, o meu isolamento, o meu não tempo...

À minha irmã Cléria, pelas dicas pontuais e imprescindíveis no escrever...

À minha querida sobrinha e afilhada Daniela, pelo suporte no computador em todos os momentos que precisei, por mais que ocupada estivesse...

À minha querida amiga Geralda, grande incentivadora nesta longa caminhada, pelo apoio, pela escuta atenta, pelas sugestões, pela solidariedade, pela revisão do texto...

À Beth pelo carinho, pela gentileza ao fazer minhas cópias, durante todo o tempo...

Às minhas amigas Maria do Céu, Yara e Sammantha, por compreenderem minha ausência, por respeitarem o meu momento e esperarem pelos nossos sábados, por acreditarem e torcerem por mim...

À Valéria, minha fiel secretária, que me possibilitou ficar ausente de tudo o que se referia à minha casa, nesse período de imersão e se responsabilizou por tudo, todo o tempo.

E, por fim, mas não por último, nem menos importante, gostaria de agradecer a Deus por me permitir criar o meu mundo com meu livre arbítrio nas escolhas, possibilitando-me chegar até aqui, não obstante as inúmeras dificuldades enfrentadas... E também ao meu mentor espiritual... E à ajuda, proteção, preocupação e cuidado de Francisco, sr. Zélio, Maurício e sr. José...

RESUMO

Esta tese focou na temática relacionada a mulheres em situação de violência, atendidas pelo Centro de Referência em Assistência Social (CREAS) em Conselheiro Lafaiete- MG, nos anos de 2017 e 2018. O objetivo principal foi investigar quais os sentidos produzidos por elas diante da situação de violência e entender que tipo de auxílio esperavam e recebiam do CREAS para o enfrentamento dessa violência. Entre abril de 2017 e dezembro de 2018, foi feita uma observação participante de um grupo de apoio para mulheres, que se encontravam em situação de violência, criado por uma psicóloga no CREAS. No período de janeiro a novembro de 2018, foram feitas entrevistas com 17 mulheres que participavam desse grupo e se dispuseram a nos contar suas histórias. A análise dos dados coletados foi feita a partir das teorias feministas de gênero e dos estudos sobre masculinidade e violência contra a mulher. Notadamente, observou-se que as mulheres, muitas vezes, procuravam ajuda no momento de desespero, mas depois se recolhiam e se calavam. Em geral, elas consideravam que não receberam o apoio esperado da polícia e da delegacia de mulheres e quanto ao cumprimento das medidas protetivas, todas as mulheres relataram que os companheiros agressores não as respeitavam, perseguindo-as e fazendo ameaças. As mulheres entrevistadas declaravam que não consideravam natural serem agredidas, muitas tentavam se defender, mas acabavam com frequência, ficando quietas para não apanharem ainda mais. Elas encontravam muita dificuldade para sair dos relacionamentos abusivos por falta de uma rede de apoio e de condições financeiras para se manterem e aos seus filhos. O CREAS oferecia a essas mulheres acolhimento, apoio, escuta, assistência social, atendimento psicológico individual e em grupo, além de atendimento jurídico. No entanto, estas mulheres demandam mais: elas têm medo, sentem-se inseguras e veem a criação de um centro de referência para a mulher como extremamente necessária, como suporte e como um espaço onde possam se sentir protegidas e amparadas.

Palavras-chave: Mulheres em situação de violência, Gênero, Masculinidade, Violência de gênero, CREAS, Sentidos.

ABSTRACT

This thesis focused on the issue related to women in situations of violence, assisted by the Reference Center on Social Assistance (CREAS) in Conselheiro Lafaiete-MG, in the years 2017 and 2018. The main objective was to investigate the senses produced by them situation of violence and what kind of help they expected and received from CREAS to confront this violence. Between April 2017 and December 2018, a participant observation of a support group for women, who were in situation of violence, created by a psychologist in CREAS was made. In the period from January to November of 2018, interviews were also made with 17 women who participated in this group and were willing to tell us their stories. The analysis of the data collected was based on feminist theories of gender and studies on masculinity and violence against women. Notably, it was noted that women often sought help in the moment of despair, but then they would retreat and shut up. In general, they felt that they did not receive the expected support from the police and the women's police station and as to compliance with the protective measures, all women reported that their aggressive partners did not respect them, persecuting them and making threats. The women interviewed stated that they did not consider it natural to be beaten, many tried to defend themselves, but they often ended up being still so they would not be caught any more. They found it very difficult to get out of abusive relationships because they lacked a support network and financial conditions to support themselves and their children. CREAS offered these women reception, support, listening, social assistance, individual and group psychological care, as well as legal assistance. However, these women demand more: they are afraid, they feel insecure and see the creation of a center of reference for women as extremely necessary, as a support and as a space where they can feel protected and protected.

Key words: Women in situation of violence, Gender, Masculinity, Gender Violence, Social Assistance, Meanings.

Eu renasci... E disse sim para a vida... eu disse sim para os meus sonhos... eu disse sim para o impossível... eu disse sim para tudo o que eu queria... e assim, eu disse sim, sem saber se eu podia... Eu não sabia se podia... mas eu podia mais do que eu sabia... (Clara)

*” E não sobrou ninguém “
primeiro levaram os comunistas
mas não me importei com isso
eu não era comunista;
em seguida levaram os sociais-democratas
mas não me importei com isso
eu também não era social-democrata;
depois levaram os judeus
mas como eu não era judeu
não me importei com isso;
depois levaram os sindicalistas
mas não me importei com isso
porque eu não era sindicalista;
depois levaram os católicos
mas como não era católico
também não me importei;
agora estão me levando
mas já é tarde
não há ninguém para
se importar com isso.*

Martin Niemöller
(1892-1984)

LISTA D E SIGLAS

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.

PPVD – Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica

SEVAESCA – Serviço de Enfrentamento à violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

SUMÁRIO

1	Introdução	14
	1.1 Metodologia	17
	1.2 A cidade de Conselheiro Lafaiete	18
	1.2.1.O CREAS	19
	1.3 Quadro 1- Dados das mulheres	24
	1.4 Histórias das mulheres em situação de violência	25
	1.5 Análise das entrevistas e estrutura da tese	34
2	Gênero e Violência de Gênero	38
	2.1 O Conceito de Gênero	38
	2.2 Violência de Gênero	48
	2.3 Gênero e masculinidade	60
	2.4 Masculinidade e Violência	63
	2.5 Gênero e Feminilidades	65
3	Socialização de Gênero e Violência dentro da Família	71
4	Violências	90
	4.1 Violência contra a Mulher	96
	4.2 Violência contra a mulher e “vitimização”	111
	4.3 Os mecanismos de atenção à mulher vítima de violência	117
	4.4 O atendimento no CREAS	131
	4.5 Os mecanismos de apoio à mulher em situação de violência	133
5	Considerações Finais	139
	REFERÊNCIAS	145
	Anexo I- Roteiro de entrevista semiestruturada	159

INTRODUÇÃO

A violência de gênero afeta mulheres de todas as idades, de todas as raças/etnias e de todas as classes sociais. Está presente em todo o mundo constituindo um sério problema social que aflige, inegavelmente, toda a sociedade brasileira. Estamos no século XXI e, após décadas de luta das mulheres por direitos iguais, pela divisão justa do trabalho doméstico, por respeito e por igualdade aos homens, é inaceitável que comportamentos violentos persistam por parte dos homens. No entanto, esses comportamentos se mantêm e a violência contra a mulher faz parte da realidade de várias mulheres e, frequentemente, essa violência é experimentada desde a infância, o que contribui para naturalizar o comportamento violento por parte do homem. Essa naturalização do comportamento violento masculino faz ainda que muitas mulheres se considerem responsáveis pela violência sofrida, alegando que irritaram o companheiro, fizeram com que ele ficasse nervoso e se sintam culpadas pela violência. A desigualdade de gênero e machismo característico da nossa cultura latino-americana podem ser apontados como responsáveis por essa postura violenta por parte de muitos homens, que se sentem e se veem como “donos” da companheira e mesmo da ex-companheira. Esta violência se manifesta por meio de agressões físicas, psicológicas e sociais, de maus tratos físicos, abusos sexuais, psicológicos e também econômicos. Os princípios fundamentados na dominação masculina, confere aos homens poder para controlar e disciplinar o comportamento das mulheres.

Partindo das teorias feministas de gênero, nesse trabalho, tomamos como pressuposto que esses comportamentos seriam resultado de um longo e complexo aprendizado social que se alicerça em relações desiguais de gênero no qual se determina as formas de agir do homem e da mulher e que são consideradas como socialmente adequadas. Determinadas atitudes masculinas como o comportamento violento são consideradas “naturais” e, até mesmo, valorizadas e consideradas como características do sexo masculino, tanto por homens como por mulheres, enquanto se espera a submissão por parte das mulheres. Cabe ressaltar aqui algumas frases machistas que são ditas por homens e, principalmente, por mulheres para outras mulheres: “*Mulher que não cuida do marido, leva chifre*”! “*É a mulher que faz o homem*”! “*O que o homem não tem em casa, ele procura na rua*”! “*Cortou o cabelo? O companheiro deixou*”? “*O seu companheiro vai deixar você sair com essa roupa*”? “*Também na rua, a essa hora da noite*”! “*Tem mulher que dá motivo para apanhar*”! Com base em construções culturais que vigoram há séculos, muitos ainda acreditam que os homens são ‘naturalmente superiores’ às mulheres, ou que eles podem mandar na vida e nos desejos delas e que a única

maneira de resolver um conflito por parte deles é com o uso de violência. Dessa forma, a violência doméstica é melhor entendida como parte de um fenômeno mais amplo: a violência de gênero. O Brasil é um dos países com maior número de feminicídios no mundo, sendo que a maioria desses homicídios contra as mulheres é cometido por homens que teriam uma relação afetiva com a vítima.

A gravidade dessas questões nos conduziram a buscar investigar e compreender como o fenômeno da violência contra a mulher permanece e é recorrente em nossa sociedade contemporânea, com vistas a aumentar a cada dia. Isso nos leva ao nosso objetivo de pesquisa que é investigar quais os sentidos produzidos pelas mulheres em situação de violência atendidas pelo CREAS, na cidade de Conselheiro Lafaiete – MG, a respeito da violência da qual foram ou são vítimas. Buscamos analisar também o que buscam no CREAS essas mulheres em situação de violência. Tal como Gregori (1993), queremos entender os contextos nos quais a violência de gênero ocorre e de quais significados ela se reveste para essas mulheres.

Em nossa sociedade, há um desequilíbrio de poder entre homens e mulheres – e a violência talvez seja a evidência mais cruel desse desequilíbrio que está fundamentado em concepções desiguais de gênero. Essas concepções são resultado de um complexo aprendizado social e, embora não se baseiem em determinações estritamente biológicas, muitas vezes, são apresentadas como se fossem ‘naturais’ ou, até mesmo, são valorizadas como características essenciais de pertencimento. No entanto, desde Mead (1935), sabemos que os papéis de homens e mulheres são construções sociais e que a feminilidade e a masculinidade são socialmente produzidas, variando no tempo e no espaço em diferentes sociedades ao longo da história (Scott, 1989). A sociedade padroniza a personalidade de homens e de mulheres, alocando mulheres a posições subalternas, sendo que cada instituição da sociedade responde e reafirma essa padronização e a dominação masculina. Posto isso, traçamos como hipótese de nosso trabalho que a cultura, a família e/ou a educação e a socialização seriam produtoras de homens violentos que não reconhecem seus atos como danosos às suas companheiras e sim como uma medida corretiva e legítima. A mulher, em situação de violência naturalizaria essa violência e, muitas vezes, vê-se como culpada, alicerçando-se numa compreensão do mundo social em que a dominação masculina é vista como algo natural e legítimo. Além disso, a mulher em situação de violência, na maioria das vezes, continuaria a viver com o agressor em função de sua dependência financeira e ou emocional.

O interesse por esse tema, mulheres em situação de violência, surge da observação de que a violência contra a mulher é algo sistematicamente estudado, mas que continua

preocupante, uma vez que é recorrente, crescente e vem ocupando muitos espaços nas mídias escrita e televisiva. Sabemos também que muitos casos de violência contra a mulher não são divulgados, noticiados e, no silêncio de suas casas, as mulheres sofrem sem que outras pessoas, nem mesmo de sua família, saibam. Esta opção pelo silêncio, muitas vezes, resulta em morte, paradoxalmente, a violência contra a mulher acontece no espaço familiar, vindo de pessoas com as quais se tem uma relação de afeto e, não obstante, deve ser considerada um problema social grave. Como já observamos acima, de acordo com o feminismo, a relação entre os sexos seria construída cultural e socialmente, a partir de uma relação desigual em que caberia ao feminino um lugar inferior.

Beauvoir (1967), há mais de 50 anos, já criticava: “As mulheres são feitas para sofrer, dizem elas. É a vida... nada se pode contra ela” (BEAUVOIR, 1967, p.368) “**As mulheres são feitas para sofrer**” (grifo nosso). Esta afirmação é bastante contundente e tem um enorme peso para nós e, talvez, seja ela o fio condutor, a pequena semente que teria sido lançada lá atrás e, durante todo esse tempo, estaria latente, dando origem ao nosso desejo de encontrar argumentos, de compreender, de investigar, de refletir, nos direcionando para nosso objeto de pesquisa, haja vista que foi ouvida com muita frequência, na infância, na adolescência, na idade adulta, até quase os dias atuais. Essa assertiva é de minha querida mãe, que com ela talvez quisesse denunciar a violência que sofria com meu pai. Até há pouco tempo, confesso que não sabia que ela era vítima de violência. Mas, durante a realização desse estudo, pude perceber que ela foi vítima de vários tipos de violência, ao longo do seu casamento. Muita dessa violência nem era percebida como tal. Essa constatação nos traz inquietações pessoais, além das profissionais e teóricas. Como viver dessa forma, por anos e anos, sem vislumbrar uma saída? Isso posto, recorremos a Saffioti (2015) quando a autora assinala que ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele. É assim que nos sentimos, de alguma forma, “tomados”, cooptados por esse tema, como se fosse quase uma imposição a que nos sentimos obrigados, impelidos a mergulhar.

Penetrar nesse universo privado e público ao mesmo tempo, com o respeito devido a cada mulher e à sua vivência, à sua história, buscando compreender o seu discurso, os seus significados, as estratégias utilizadas por elas para combater o sofrimento, para diminuir a dor, para aumentar a autoestima, para se libertarem desse aprisionamento, para conseguirem sobreviver apesar de, é o que se propôs fazer neste estudo, além de explorar qual foi o papel do atendimento do CREAS, no processo de enfrentamento da violência por parte dessas mulheres.

1.1 METODOLOGIA

Inicialmente, pretendeu-se analisar os dados estatísticos da Polícia Militar de Conselheiro Lafaiete, a partir de 2006, quando da instituição da Lei Maria da Penha, com o propósito de verificar o que aconteceu a partir da Lei, até os dias de hoje. Todavia, a P3 de Conselheiro Lafaiete, só possuía os dados estatísticos informatizados a partir do ano de 2012. Diante disso, não foi possível analisar os dados a partir de 2006, quando da instituição da Lei Maria da Penha e verificar se houve um aumento ou uma diminuição de queixas, em função desta lei. Que fazer? Partimos para a Delegacia da Mulher.

Planejou-se investigar o que acontecia na Delegacia da Mulher de Conselheiro Lafaiete, Minas Gerais, e levantar dados das mulheres que lá registravam queixas de violência. Conversando com a Delegada constatamos que não seria viável, ela nos falou sobre a dificuldade de se fazer este tipo de trabalho no local e nos sugeriu que fôssemos até o CREAS, para onde ela encaminhava as mulheres que procuravam a Delegacia. Foi o que fiz. Dirigi-me ao CREAS e fui, gentilmente recebida. Conversei com a Assistente Social e Coordenadora do CREAS, com a advogada que lá atuava e com a psicóloga que atendia as mulheres em situação de violência. No CREAS, foi quando me dei conta de que ali era o lugar onde deveríamos fazer o campo, tendo em vista que lá poderia encontrar com mulheres em situação de violência que eram o nosso objeto de pesquisa. Acredito que tenha sido extremamente importante ser encaminhada para o CREAS, local adequado para realizar nosso campo, onde encontrei as mulheres em situação de violência. Só no CREAS tive acesso a estas mulheres, objeto do nosso estudo. É no CREAS que começa o campo e é lá que me encontrei com as mulheres em situação de violência. É no CREAS que mergulhei no meu objeto de pesquisa e fiquei imersa na situação de violência, ao ouvir as histórias das mulheres, suas lutas, suas dificuldades, seu sofrimento. Cabe dizer que quase 100% dos depoimentos das mulheres acontecem em meio a muitas lágrimas e muita dor ao se remeterem à situação de violência vivida, sendo necessário, muitas vezes, que elas parem, respirem para poderem continuar.

No total foram realizadas 17 entrevistas com mulheres em situação de violência atendidas pelo CREAS. Previamente às entrevistas, foram elaborados os roteiros de entrevistas semiestruturadas. As entrevistas juntamente com o Diário de Campo, também foram analisados e discutidos à luz das teorias que nortearam este trabalho, serviram de suporte teórico e orientação para a realização deste estudo.

1.2 A CIDADE DE CONSELHEIRO LAFAIETE

Conselheiro Lafaiete é um município brasileiro do Estado de Minas Gerais, na região Sudeste do Brasil. Sua população é 127.369 habitantes, o que o torna o 22º. Município mais populoso do Estado. Situada a 96 km de Belo Horizonte, na região do Alto Paraopeba, Conselheiro Lafaiete integra o circuito turístico Villas e Fazendas. Conselheiro Lafaiete recebeu seu nome atual em 1934. É uma homenagem a Lafayette Rodrigues Pereira, nascido na Fazenda dos Macacos, em Queluz. Filho ilustre, exerceu a presidência do Ceará (1864-65) e a do Maranhão (1865-66). Foi ministro (1883) e um dos mais importantes conselheiros do Imperador D. Pedro II. Eleito em maio de 1909 para a cadeira 23 da Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Machado de Assis.

Conselheiro Lafaiete é uma das cidades mais antigas do Estado de Minas Gerais. A cidade tem um passado rico de fatos importantes tanto na vida econômica, quanto na política, social, cultural e religiosa do Estado. Assim, é uma das mais importantes cidades de Minas Gerais. Por ela passou o caminho novo, depois a Estrada Real que ligava as riquezas do Estado ao porto do Rio de Janeiro. Esta comunicação servira para o trânsito de homens, animais, mercadorias e do tão desejado ouro; e hoje é usada para o turismo. Toda a região reúne um fabuloso acervo histórico, artístico e natural. A localização estratégica continua fazendo da cidade um ponto privilegiado da história, negócio, turismo e ideais de Minas Gerais. Além de ser a maior cidade em termos de população, Conselheiro Lafaiete também se destaca na economia da região do Alto Paraopeba, sendo o maior centro comercial, atraindo consumidores de várias cidades nos arredores. A cidade tem também produção agropecuária, comércio e serviços. O turismo na cidade é relativamente grande. Como pontos turísticos, podem se destacar a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e de Santo Antônio, Biblioteca Antônio Perdigão, Museu e Arquivo da cidade, Museu Casa de Cultura Professora Gabriela Mendonça, Museu Ferroviário e Museu Marcílio Milagres, Teatro Municipal “Placidina de Queiroz”, Estátua do Cristo Redentor, Chafariz da Praça Barão de Queluz, entre outros. A cidade possui também atrativos como parques, horto florestal e belíssimas fazendas.

A cidade de Conselheiro Lafaiete possui uma das maiores jazidas de manganês do Estado. Minas parece viver das reservas minerais de suas montanhas. Conselheiro Lafaiete tem como municípios vizinhos Queluzito, São Brás do Suaçuí, Santana dos Montes, Ouro Branco, Itaverava, Cristiano Ottoni, Congonhas, Casa Grande, Caranaíba, Jeceaba, Entre Rios de Minas, Catas Altas da Noruega, Carandaí, Capela Nova, Lamim, Belo Vale, Rio Espera, Lagoa

Dourada, Ouro Preto, Ressaquinha, Itabirito. A cidade é cortada pela BR 040. De acordo com o Atlas da Violência 2017 – estudo realizado pelo Instituto de pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Conselheiro Lafaiete é apontada como um dos dez municípios mais pacíficos do Brasil.

1.2.1 O CREAS

No site da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, consta o Centro de Referência da Mulher “Bem-Me-Quer”. De acordo com o Site, o serviço é desenvolvido no âmbito do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, de abrangência local, devendo manter estreita articulação com os demais serviços de Proteção Social Básica e Especial, com as demais Políticas Públicas e Instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, integrante do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) constitui-se numa unidade pública estatal, responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos.

Os serviços ofertados no CREAS funcionam em estreita articulação com o Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e outros serviços assistenciais, Organizações de defesa de Direitos e de outras Políticas Públicas com o intuito de estruturar uma rede efetiva de Proteção Social.

O público alvo são crianças, adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência em situações de risco social e vítimas de violência; adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.¹

Os serviços ofertados são PAEFI- O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, oferta apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos; SEVAESCA- Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é um serviço que oferece um conjunto de procedimentos técnicos especializados para atendimento e proteção imediata às crianças e adolescentes vítimas de abuso e/ou exploração sexual, violência doméstica, física, psicológica, bem como a seus familiares; Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias, atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência que tiveram suas limitações

¹ Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade.

agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/ capacidade da pessoa, dentre outras situações que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

Enfim, o Centro de Referência vai somar à rede municipal de atendimento e defesa da cidadania das mulheres. O objetivo é prestar serviços, executar suas leis e o desenvolvimento de políticas públicas que atendam as demandas específicas das mulheres. Assim, são realizados os serviços de atendimento, acolhimento de mulheres vítimas de violências por meio de orientação jurídica, atendimento psicológico e encaminhamento social. Os encaminhamentos ao CREAS são feitos pelos Órgãos de Defesa de Direitos², além de ocorrer por demanda espontânea, caso a mulher não queira formalizar a queixa de violência. Além da referida prestação de serviços, o Centro de Referência realiza palestras/oficinas de diversos temas relacionados à mulher.

O uso do método qualitativo se justifica por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social, a pesquisa constituiu-se através do apoio bibliográfico, do trabalho de campo, com nossa participação no grupo de conversa com as mulheres em situação de violência e das entrevistas com as mulheres que se dispuseram a compartilhar conosco um pouco de sua história, de sua intimidade. Já havia um projeto do CREAS de criação do grupo de mulheres em situação de violência e diante de nosso questionamento, de nossa demanda para que o CREAS tivesse um grupo de mulheres em situação de violência, o grupo foi criado e fomos convidadas a participar dele desde o início. Participamos do grupo durante o período de julho de 2017 a dezembro de 2018, juntamente com a psicóloga do CREAS, em Conselheiro Lafaiete. As reuniões aconteciam no CREAS, toda terça-feira de 15 h às 17 horas.

Acreditamos que podemos chamar o grupo de mulheres de grupo, uma vez que as participantes têm uma característica em comum que é a situação de violência conjugal. São mulheres atendidas individualmente e, quando um pouco fortalecidas, são convidadas a participar do grupo pela psicóloga. A participação dessas mulheres traz elementos de sua experiência vivida. O propósito do grupo é possibilitar que as mulheres em situação de violência tenham um espaço de fala para trazer suas vivências, além de fazer com que elas percebam que não estão sozinhas e que se sintam seguras para expressar suas opiniões, melhorando a autoestima e facilitando as trocas entre as mulheres, bem como se fortalecendo para o

² Delegacia Especializada de Mulheres, Ministério Público, Sistema Judiciário e outros serviços da rede socioassistencial.

enfrentamento da violência. É importante frisar que, sempre que necessário, são feitas intervenções da psicóloga.

Há um interesse, como pesquisadora, em captar e entender os conceitos, as crenças, comportamentos e atitudes, as experiências e vivências dessas mulheres. Assim, pode-se conhecer os valores, preconceitos, crenças que prevalecem ao se tratar da violência conjugal. A observação do grupo permitiu também observar os modos como as pessoas são influenciadas por outras. O objetivo do grupo é também que as mulheres, nesse espaço de troca de vivências, de experiências, de sentimentos, possam refletir e ressignificar suas vidas, conseguindo perceber o aprisionamento em que se encontram, além de ser uma oportunidade para se fortalecerem, acreditarem em si mesmas e darem conta de conduzir suas próprias vidas. Entretanto, constatamos que o convite para participar do grupo pode não ser tão motivador, uma vez que, muitas vezes, a mulher não quer falar sobre sua experiência e, além disso, percebe-se que há uma certa resistência, até por acreditarem que serão inquiridas a tomar uma atitude o que, muitas vezes, não é o que buscam ali. Além disso, pode-se observar que muitas dessas mulheres no grupo sentem vergonha por estarem ali e se veem como culpadas, responsáveis pela violência sofrida. Esse comportamento, o medo de julgamento se revela, quando, por exemplo, as mulheres falam: *“Vocês vão achar que eu estou errada!”* (Roseli, 38 anos, Grupo de Mulheres CREAS, Cuidadora de idosos), ou outra que diz assim: *“Eu voltaria pra ele, eu me sinto casada, depois que ele me batia, ele ficava bonzinho, eu quero voltar pra minha casa”* (Nádia, 37 anos, depiladora, desempregada).

A psicóloga pensou, inicialmente, em levar temas específicos para o grupo, mas, a cada dia, uma mulher queria falar e, geralmente, ocupava todo o tempo, não impedindo, porém, que a psicóloga fizesse as intervenções necessárias. Aos poucos, fomos nos aproximando dos relatos destas mulheres e de suas histórias; muitas têm dificuldades para falar de sua situação, outras choram muito, ao relatar as cenas de violência vividas. Há também aquelas que preferem ouvir e aquelas que gostam de dar sugestões para a história de outra. Observamos que muitas dessas mulheres estão passando por situações difíceis em relação a não ter uma estabilidade financeira, por isso, há uma demanda muito grande por um emprego. Aqui, entram em jogo, anotações mentais para descrever e compreender uma situação, mais do que números para enumerar as frequências do comportamento. Não nos sentimos à vontade para fazer anotações, durante a reunião, mas tentamos registrar nossas impressões no Diário de Campo, após cada encontro com o grupo.

Pode-se dizer que fizemos uma observação participante no grupo de mulheres e que foi uma experiência muito rica. Nesses encontros em que estivemos presentes no grupo de mulheres, em situação de violência, observamos que as mulheres faltam muito ou não vão participar do grupo, ou, às vezes, vão a algumas reuniões, depois desaparecem. Muitas delas mostram que querem apenas relatar sua história, mas não conseguem ainda modificar nada, ou, pelo menos, nada fazem para modificar, talvez pensem que vamos exigir delas alguma atitude, o que não fazemos, estão sempre muito fragilizadas. Muitas não querem falar, outras não conseguem falar e outras choram muito. Algumas só querem falar de sua história e, muitas vezes, não deixam que outras mulheres falem. Observamos que muitas mulheres têm vergonha de relatar o que lhes aconteceu e se sentem culpadas pelo ocorrido. Argumentam que, se tivessem agido de outra forma, ou tivessem ficado caladas, nada teria acontecido. A psicóloga nos mostrou o grande número de fichas de mulheres atendidas no Pronto Socorro Municipal em razão de violência conjugal, mas, dessas, 10% ou menos vão para o CREAS que apesar de encaminhadas, não comparecem. Entendemos que essas mulheres vão ao Pronto Socorro em um momento em que estão machucadas e precisam de serviços médicos e é só, elas não querem falar sobre o ocorrido. A psicóloga ressalta que não pode ir atrás delas, não pode ligar. É preciso esperar que elas cheguem, que elas venham. Muitas mulheres não conhecem o CREAS e não sabem do trabalho que é feito ali. Muitas que vão ao grupo dizem que está tudo bem agora, mas, ao verificar as fichas, a psicóloga percebe que elas sofreram violência recentemente, violência que é negada ou omitida por essas mulheres.

Corroborando essa negação por parte das mulheres, a Polícia Militar, em reunião no CREAS, destacou que, ao visitar estas mulheres, muitas se escondem e não os atendem em suas casas. Cabe ressaltar também que a Delegacia da Mulher da cidade só faz Boletim de Ocorrência diante de violência física, não para os outros tipos de violência. Importante salientar que em uma semana de outubro 2018, a psicóloga teve um problema pessoal, não pode comparecer e nos solicitou que conduzisse o grupo de mulheres, o que consideramos uma experiência enriquecedora dada a importância da pesquisa.

Quase concomitantemente à participação no grupo de mulheres, conversamos, individualmente, com algumas participantes do grupo que concordaram em falar conosco sobre suas questões, sua história de vida, seu relato pessoal, através de uma entrevista semiestruturada, que foi elaborada seguindo um roteiro e que contemplou os temas considerados importantes, com o propósito de buscar compreender e responder aos objetivos deste trabalho. As entrevistas foram agendadas de acordo com a entrevistada e no melhor dia,

horário e local para elas. Mas, não podemos deixar de relatar que algumas mulheres, mesmo combinando conosco o horário, não compareceram, não atenderam ao telefone e, um tempo depois, alegaram que ficaram sem internet, que o telefone descarregou a bateria, que não viram a ligação.... Ou seja, a mesma dinâmica de funcionamento para o grupo de mulheres se repetia para as entrevistas individuais. Optamos por não insistir e/ou marcar um novo horário, uma vez que essa atitude demonstrava a resistência da mulher em nos relatar sua história, fato que temos que respeitar. No total, entrevistamos 17 mulheres, apresentamos agora um quadro com características das mulheres em situação de violência e que foram entrevistadas para este trabalho. Cabe ressaltar que os nomes dessas mulheres são fictícios a fim de preservar a identidade delas. Abaixo, apresentamos um quadro resumo com algumas das principais características das mulheres entrevistadas.

1.3 Quadro 1-Dados das mulheres em situação de violência por nós entrevistadas:

Nome	Idade	Profissão	Escolaridade	Filhos	Estado civil	Cor/raça	Religião
Alice	24 anos	Atendente	Ensino Médio	2	Solteira	Branca	Católica
Bianca	34 anos	Faxineira	Ensino Médio	1	União Estável	Parda	Evangélica
Brenda	28 anos	Empresária	Ensino Médio	1	Solteira	Branca	Católica
Daiana	33 anos	Cozinheira	Fundamental Incompleto	2	Solteira	Parda	Católica
Evelyn	51 anos	Auxiliar de Serviços Educacionais	Magistério	1	Divorciada	Branca	Católica
Fabrcia	48 anos	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental	-	Solteira	Parda	Católica
Fernanda	32 anos	Gerente Comercial	Superior	-	Divorciada	Branca	Católica
Heloísa	42 anos	Fisioterapeuta	Superior	-	Solteira	Branca	Evangélica
Ingrid	37 anos	Professora de Português	Superior	1	Divorciada	Branca	Católica
Ivone	62 anos	doméstica	Ensino Médio Incompleto	4	Casada	Parda	Católica
Laura	39 anos	Empresária	Superior	4	Divorciada	Branca	Católica
Letícia	31 anos	Secretária desempregada	Ensino Médio	-	Divorciada	Branca	Cristã
Margarida	48 anos	Motorista de Caminhão	Ensino Fundamental	2	Divorciada	Branca	Evangélica
Melissa	54 anos	doméstica	Ensino Médio	3	Casada	Branca	Católica
Nádia	37 anos	Depiladora desempregada	Ensino Médio	2	Casada	Parda	Católica
Rosa	35 anos	fotógrafa	Superior	2	Divorciada	Parda	Espiritualista
Walkíria	36 anos	Ajudante de cozinha	Ensino Fundamental Incompleto	3	Viúva	Preta	Evangélica

1.4 HISTÓRIAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, ATENDIDAS PELO CREAS DE CONSELHEIRO LAFAIETE E ENTREVISTADAS PARA FINS DE PESQUISA:

As entrevistas com as mulheres atendidas pelo CREAS que concordaram em falar conosco sobre suas questões, sua história de vida, seu relato pessoal, foram realizadas no período de janeiro a novembro de 2018. Apresentamos, aqui, um resumo da história de cada mulher entrevistada.

1.4.1 Ivone:

Ivone tem 62 anos. Casou-se 2 vezes. Com o primeiro marido, teve 3 filhos. Ele faleceu aos 36 anos com câncer na coluna. Ela é parda, tem o ensino médio incompleto, nunca trabalhou fora de casa. O primeiro marido era muito ciumento e não a deixou terminar os estudos nem permitiu que ela trabalhasse fora. Ela parou de estudar no 3º ano do Curso de Magistério. No primeiro casamento, ela ficou 14 anos. Ela está com o 2º marido há 24 anos. Tem um filho com ele. Ela é católica praticante. O 1º marido lhe deixou uma pensão de 2 salários mínimos. O marido, aposentado por invalidez, recebe 3 salários mínimos. O marido toma muitos remédios e teve um AVC com uns 7 anos de casados e, a partir daí, ficou muito agressivo. Isso faz mais de 17 anos. Ela tem dificuldade para dormir, faz acompanhamento com psiquiatra e toma remédios. Também tem pressão alta. Ela dorme em um quarto separado, com a porta trancada, uma vez que ele dorme com uma faca debaixo do travesseiro. Depois que adoeceu, ele bateu no filho várias vezes. Com ela, houve agressão física algumas vezes e inúmeras agressões psicológicas, morais, além das ameaças constantes. Ele já pegou a faca para ela diversas vezes, já a empurrou na rua, jogando-a ao chão; ela traz todas as facas e tesouras escondidas. Recentemente, ele lhe deu um soco pelas costas. Ele só a agride quando estão sozinhos.

1.4.2 Melissa

Melissa tem 54 anos e 32 anos de relacionamento. Tem 3 filhos, 2 homens e uma mulher. Ela é branca de olhos azuis. O marido é pardo, caminhoneiro e tem o salário de R\$ 2.700,00, possui o Ensino Fundamental Incompleto. Ela tem o Ensino Médio e trabalhou de auxiliar de escritório e de secretária. Parou de trabalhar quando engravidou. O marido tem 62 anos. Ambos são católicos não praticantes. O marido é alcohólatra e também tinha o vício do jogo. Perdeu muito dinheiro. Ela tem pressão alta que chega a 20 e, por isso, toma 3 medicamentos. Para

ela, o defeito dele é “só o alcoolismo e o machismo”. Há muita violência: psicológica, moral. Ele a ofendia falando: “vai dar para os seus machos”.

1.4.3 Letícia

Letícia tem 31 anos, é divorciada do 1º. casamento. Tem curso técnico em Administração e está fazendo curso técnico em Enfermagem. Está desempregada e mora em uma quitinete no centro. Ela ficou 7 anos no seu 1º casamento. O ex-companheiro tem curso superior, é publicitário. Ela se diz cristã. Ficaram juntos por 3 anos. Ela viveu uma nova relação violenta. As brigas começaram quando ela não o quis mais, quando houve as desconfianças. Ele mentia e ficava agressivo. Ela foi atingida por violência física, psicológica, moral. Ele lhe apertava o braço, empurrava, dava-lhe tapas na cara, já a empurrou do carro em movimento, xingava, tirou-a de uma festa à força, invadiu o hotel onde ela estava, segurou as coisas dela, o celular, colou chiclete no cabelo dela, colocou-a debaixo do chuveiro gelado. Ela fez 2 BOs. Não aconteceu nada. Ela diz que nunca sabe se a pessoa que está do seu lado é um agressor. A mulher convive muito tempo com a violência pela dependência financeira e emocional. Letícia afirma que no 1º. casamento também foi agredida. Foi para a casa dos pais toda machucada, vomitando e eles a mandaram de volta para sua casa.

1.4.4 Evelyn

Evelyn tem 51 anos, fez Magistério e trabalha como Auxiliar de Serviços Educacionais, em uma Escola Municipal. Ela é concursada e tem um salário de R\$ 1.300,00. Ela é católica. Viveu 7 anos com o 1º. marido. Ele só estudou as primeiras séries do Ensino Fundamental e não tem religião. Há 15 anos que ela se relaciona com o companheiro atual e vivem juntos há 11 anos. Ele é autônomo, lava carros e deve ganhar mais ou menos um salário mínimo. Quem sustenta a casa é ela. Ela toma remédio de pressão. Ela namorou e se casou em 8 meses, no 1º casamento, sofreu violência psicológica, moral. Quando ela se separou, o marido já estava na casa da outra. Para uma mulher que está passando por situação de violência, ela diria que tem que “abrir a boca”, tem que falar. Se a pessoa ficar guardando, ela entra em depressão e morre. Há muitos casos de pessoas que morreram, que ninguém ficou sabendo de que morreu. Ela entende que tem certos casos que a pessoa é que tem que agir, tomar atitude.

1.4.5 Alice

Alice tem 24 anos, mora de aluguel, tem 2 filhos: um menino de 5 anos e uma menina de 3 anos. Parou de estudar no 3º. Ano do Ensino Médio porque quis ficar grávida, mas passou muito mal na gravidez, chegando a ficar internada algumas vezes. Trabalha de atendente, ganha salário mínimo e R\$ 300,00 de pensão dos filhos. O ex-companheiro é motorista de carreta e ganha mais de R\$ 2.000,00. Ela é branca, católica não praticante. Ela é responsável pela casa, não tem nenhuma ajuda. Começou a estudar de manhã e à noite fazia técnico. Ele comprava tudo, comprava o que ela queria. Mas, como ela não trabalhava, ele que mandava, era muito machismo. No início, ele puxava seu braço, ela o unhava todo e avançava nele. Alice diz que sofreu todas as violências. Ele a diminuía na frente das pessoas, humilhando-a na frente da mãe. Eles faziam barraco na rua; ele criticava sua roupa, achando ruim, short não podia usar se ele não estivesse por perto. Depois ele começou a lhe bater e a enforcá-la. Ela fez BO, retirou em seguida. Para ela, a pior violência é a física. Ninguém ajuda, pode matar. Uma pessoa falou para ela, certa vez que, quando estivesse apanhando, não gritasse socorro e sim fogo, porque aí as pessoas iriam ajudar. Ela diz que a pessoa nunca sabe até onde a outra pode chegar, às vezes, nem a pessoa sabe, às vezes, ele não quer matar. Ela argumenta que ficou tanto tempo apanhando porque muitas vezes faltava coragem para denunciá-lo. Ela ficava com medo da situação financeira. Diz que as pessoas que não trabalham, não têm para onde ir.

1.4.6 Margarida

Margarida tem 48 anos e trabalha com caminhão. Há mais de 10 anos, ela tem a carteira assinada como motorista de caminhão. Ela tem um salário de R\$1.400,00, mas ganha outros recursos além deste. Ela é divorciada do 1º marido e separou-se recentemente do 2º, possui vários cursos. Ela morou 8 anos numa fazenda e ia sempre para Viçosa-MG fazer cursos tais como de inseminação artificial, castração, cuidava de filhotes, tudo era ela quem fazia, além de ter sob sua responsabilidade o manejo de 40 vacas para tirar leite. É mecânica de carros também e trabalha sozinha com o caminhão. Com o 1º marido, ficou casada por 2 anos, com o 2º marido, 22 anos juntos. Sempre vivenciando um ambiente de muita traição, agressão e violência. Ele é pedreiro. Ela é evangélica. Ela é quem sustenta a casa, tem 2 filhos de 11 e 14 anos e diz que o trabalho a distrai. Tem 6 meses de separada. Toma remédio para diabetes. Ela trabalha, cuida da mãe doente, cuida da casa, dos filhos. Há dias em que sai de casa às 4 h da manhã para trabalhar. O ex-marido é muito trabalhador, mas é muito ignorante. Ela se casou com 19 anos, pois tinha pressa de sair da casa dos pais. O 1º marido não gostava de trabalhar e não queria

que ela trabalhasse. Ela conheceu o 2º marido na fazenda onde trabalhava. Ele não batia nela muitas vezes, porque ela corria muito. Hoje, ela tem uma chácara, cria cabras, faz queijo, tem uma horta grande. Ela diz que gosta dele demais. Que está fazendo campanha na igreja para esquecer dele, para ver se Deus tira esse sentimento. Ele saiu uma vez e voltou, mas voltou só para agredir, para fazer ameaças, só para fazer confusão. Ela viaja para todas as cidades de Minas com seu caminhão.

1.4.7 Fernanda

Fernanda tem 32 anos. É formada em Segurança do Trabalho e trabalha como Gerente Comercial de Vendas. Vende roupas também. Tem um salário de R\$ 2.400,00. Está divorciada desde fevereiro. Casou-se com 23 anos, ficando 9 anos casada. Ela é loira, de olhos verdes, muito bonita. Ele é comerciante, também loiro, de olhos verdes, tem um salário de R\$ 5.000,00, ambos são católicos. Ele bebe demais. Ela toma anticoncepcional e remédio para o coração. Ele era áspero nas palavras que era o que mais a machucava. Ele a chamava de piranha. Ela chorava, gritava com ele demais. Ele ficava indiferente. Começou a esconder a chave do carro para ela sair a pé. Em 2016, ficou 3 meses separada, depois voltou. As brigas pioraram porque ele saía, chegava às 3 horas da manhã, às vezes, só no outro dia. Ele tinha futebol, amigos, videogame. Ela não tinha nada. Ele chegou a falar com ela que queria se separar porque não a suportava mais. Ela diz: “palavra fere a gente”. Ela fala que mulher tem que ter amor próprio. Mas, arrependeu-se de ter saído de casa. Quando a mulher apanha e fica, é porque ela gosta. É muito triste apanhar de homem, mas ela já pensou 200 mil vezes em voltar para ele.

1.4.8 Fabrícia

Fabrícia tem 48 anos, trabalha de faxineira numa farmácia em meio horário, ganha meio salário, mas tem carteira assinada. À tarde, ela faz faxina em casas de família para complementar o salário. Ela diz que perdeu todas as pessoas da família, que é sozinha no mundo, paga aluguel, é solteira. Teve um relacionamento de 6 anos e está separada há 2 anos. Ela é parda. Ele é branco e é pedreiro. Ela é católica, todo domingo vai à missa. Ela sustenta a casa. Toma remédio de pressão. O ex-marido bebia muito. Agora está no crack. Ele a colocava na rua, chamava-a de puta, de piranha. Ela achou a mãe morta com 5 anos. Sempre ajudou em casa. Começou a trabalhar fora com 12 anos. Ele tinha todos os direitos. Ela nada. Se falasse alguma coisa, ele batia e a colocava para fora de casa. Ele era violento só com ela. As brigas aconteciam quando ele bebia. Ela ficou uns 3 anos apanhando. Separavam e depois voltavam. Ele começou a usar

droga, deixava a casa aberta, ela ficou com medo. Ela sofreu violência física, psicológica, moral e sexual. Teve vez de ele bater até ela desmaiar. Era soco, se tivesse um pau, ele pegava. Ele bateu muitas, muitas vezes, sem falar da violência psicológica. Segundo ela: *A partir do momento que você trabalha, você pode sair dessa. O homem que ama, não maltrata.*

1.4.9 Heloísa

Heloísa tem 42 anos, é branca, solteira, fisioterapeuta. É autônoma. Trabalha com Estética. Tem vários cursos de especialização e há 4 anos está num relacionamento com o companheiro. Ele é branco. Empresário. Ela é evangélica praticante. Ele é evangélico não praticante. Ele tem 2 filhos de 6 e 8 anos e tem guarda compartilhada. Ela se separou recentemente. Espera que dessa vez seja definitivo. Já se separaram várias vezes. Ele bebe muito e usa cocaína. Ela não toma nenhum medicamento. Tem intolerância ao glúten, possui psoríase e outras alergias. Ele tem arma de fogo, é violento com os filhos, com os irmãos. Ele cortou o cabelo dela com navalha. Quando ele fica agitado, ele começa a fazer brincadeiras de mau gosto. Ele tem estilingue, maçarico, arma, faca. Ele atirou na coxa dela, ela tem a marca até hoje. Na frente do pai dela, aparentemente abraçado com ela, ele a beliscava muito e ela não podia nem falar nada. Com o maçarico, ele queimou suas coxas. Ele a chuta no banho. Ele a humilha, chama-a de velha. Há violência sexual também, diz que ela o trai, por isso está sozinha, manda-a ir comer com os cachorros. Ela diz ter passado por todos os tipos de violência e, mesmo assim, fica pensando que ele não é isso.

1.4.10 Rosa

Rosa tem 35 anos. É graduada em Gestão de Recursos Humanos. Trabalha como fotógrafa. Tem 2 filhos: um menino de 12 e uma menina de 4. O menino é filho do 1º marido e a menina do 2º marido. O primeiro marido é branco, é engenheiro formado, mas não gosta muito de trabalhar. Quem paga a pensão de seu filho é o pai dele. Ele bebe, fuma maconha, cheira cocaína. Ficaram 10 anos juntos, 8 meses casados. O 2º marido é branco, de olhos azuis. Ficaram 10 anos juntos. Ele também bebe, fuma maconha e cheira muita cocaína. Possui Ensino Fundamental e trabalha com van escolar. Rosa fala que o problema que ela tem na vida é o 2º marido. Estão separados há uns 2 anos. Ele a chama de desgraçada, capeta, vagabunda, tudo enquanto é nome. Ele nunca respeitou medida protetiva. Ele já lhe deu tapas na cara e murros. Ele a colocava no canto e lhe segurava pelo braço, apertava seu pulso, isso quase todo dia, não lhe deixava sair. Ele a levava ao descontrole. O ex-companheiro tinha revólver. O jeito dele de

conversar é agressivo. Ele briga muito com o irmão e com os outros na rua. Ele tinha ciúme doentio dela. Ela sofreu violência física, psicológica, moral, patrimonial. Uma vez, ele lhe deu um “tapão”, machucou a boca, o olho ficou roxo. No outro dia, ele levou pomada, ficou cuidando dela, chorando.

1.4.11 Daiana

Daiana tem 33 anos, é auxiliar de cozinha nos finais de semana, cabelereira, gesseira. Tem 10 meses que está separada do companheiro. Tem 2 filhas uma de 7 e outra de 3 anos. É parda. Está morando de favor na casa da irmã. Ela ganha R\$ 400,00, trabalhando nos finais de semana como auxiliar de cozinha. Ela estudou até a 4ª série, retomou os estudos agora e está fazendo a EJA. As filhas foram sequestradas pelo pai que ficou com elas 5 meses e a filha mais velha foi abusada enquanto estava lá. Ela tem bolsa família de R\$ 171, 00. Ela ficou com o ex-companheiro por 11 anos. Ele é pardo e estudou até a 2ª. série. Ele é gesseiro e o salário dele é de mais ou menos R\$ 4.000,00. Ela é católica. Ele a obrigava a dormir no chão com frio, a ter relação sexual com ele. Ele usava maconha, agora está usando cocaína e começa a surtar. Já cortou o cabelo dela com a faca. Um dia, ele chegou, quebrou a casa toda. Eles resolveram ficar juntos depois de 5 anos, ele insistir com dela. Na segunda semana em que foram morar juntos, começou a violência. As brigas começaram. Ele brigou por causa de uma blusa. Ele mandou tirar, ela não tirou, ele rasgou a blusa toda. Eles sempre batiam boca, ele lhe batia, ele lhe mordía, ela chegava no serviço machucada. Ele fazia todas as violências, ele destruía as roupas que ele não queria que ela usasse. Ele dava soco, chutava, mordía, xingava, enforcava, falava mal da família dela. Depois que ele batia, ele debochava dela, ria dos machucados, cuspiam nela. Várias vezes, ele a machucava. Ele batia muito, dava muito soco. Ele a chamava de cabeça d'água, de fedida, de macaca, de negra, de vagabunda. A parte judicial ainda não resolveu nada. Já vai fazer um ano e até hoje, ela não tem a pensão das meninas.

1.4.12 Brenda

Entrevistei Brenda em sua casa. Ela tem 28 anos, uma filha de 3 anos. Mora com a mãe, o irmão e a filha. Tem uma empresa virtual de quadros decorativos. Fez Curso Técnico em Administração. Não falou o salário. Ficou 5 anos no relacionamento. Tem 5 meses que está separada e o ex-companheiro é engenheiro, tem um salário por volta de R\$ 8.000,00. Ela é católica praticante. Ele espírita não praticante. A mãe trabalha e tem pensão do marido, falecido recentemente. A mãe é quem toma as decisões da casa. Ela toma antidepressivo há 2 anos:

Alprazolam e Paroxetina. Ela começou a passar mal com uma dor no peito, os batimentos cardíacos alterados, o coração fica disparado. Ela evita sair de casa (tive de ir lá para entrevistá-la). Ela já ficou mal demais. Crise de ansiedade, depressão, pressão alta. O ex-companheiro bebe muito, é alcohólatra de fim de semana, é manipulador, grosso, consegue fazer o outro acreditar que é ela que está errada. Ela fica com medo dele. Ano passado, ela pensou em morrer, estava difícil. Brenda diz que o companheiro conseguiu tirar todo o seu brilho. Quando ela descobriu que estava grávida, decidiram morar juntos. Morou junto até a filha ter 2 anos e três meses. Ele acabava por forçá-la a ter sexo. Havia violência física, psicológica, moral, sexual. Fazia ameaças. Ele debochava, agia com arrogância, menosprezo. Até hoje, ela tem medo de sair de casa. Ele puxava o seu braço, tentava beijá-la, abraçá-la à força. Quando estava grávida, ele lhe deu um tapa, fazendo-a se sentir um lixo. Ele a chamava de “carniça”, falava que ela tinha que fazer tratamento com psicólogo, que ele pagaria o tratamento. Os pais falavam para ela relevar, teriam que ficar juntos. Ela ia para a igreja e só chorava. Ela só conseguiu se separar depois da morte de seu pai.

1.4.13 Ingrid

Ingrid tem 37 anos, mora com a mãe em casa própria. É professora de Português no Ensino Médio, em escola pública. É formada em Letras com Especialização em Mídias na Educação. Ela é contratada e diz sempre ficar insegura no final de ano. Tem um salário de mais ou menos R\$ 1.700,00, é divorciada. O divórcio saiu em 2016. Tem um filho de 10 anos. Ficaram juntos 9 anos e o casamento durou 6 meses. Depois que se separaram, ainda se encontraram várias vezes. Ela acha que é uma dependência afetiva. Ela é branca, ele é pardo. Ele tem Ensino Fundamental, é representante comercial. Ela é católica praticante. Ele também é católico, não praticante. Ela e a mãe sustentam a casa. O ex-companheiro bebe, está envolvido com drogas e já foi até preso. Um dia ele lhe bateu, seu braço ficou todo roxo, ele falou que ela era preguiçosa, que não fez almoço para ele. As brigas aconteciam desde o namoro. Na formatura dela, ele arrumou uma grande confusão, ela teve que ir embora, não pôde ficar na festa. Em outras situações, em festas, ele queria fazer escândalo, ela tinha que ir embora. Na casa dela, ele começava a brigar, chamando-a de nomes impróprios, ela saía de casa. Ela diz que viveu todos os tipos de violência. Ingrid fala que o companheiro fez um estrago em sua vida. Ele amassava todas as roupas e lhe mandava passar e guardar de novo. Ela ficava com hematomas, tinha que colocar blusas de mangas compridas, ele lhe dava cotovelada, puxava seu cabelo, empurrava,

jogava no chão, ela ficou com um caroço na cabeça que chegou a ir ao médico. Ela acha que no primeiro empurrão, na primeira alteração de voz, a pessoa tem que sair.

1.4.14 Laura

Laura tem 39 anos, está morando em uma casa de favor há 2 meses, estudou Nutrição, parou no 8º Período do curso por não ter como pagar e ser impedida pelo marido. Ela trabalha em casa com congelados da linha fitness. Ganha mais ou menos, um salário mínimo por mês. Ela é separada. Tem 3 filhos do 1º marido e um do 2º marido. O filho do 1º casamento estuda Medicina em Universidade Federal em outro estado e os outros 2 têm guarda compartilhada. Ela ficou casada 10 anos no 1º. casamento e 5 anos no 2º casamento. O 2º marido estudou Direito, foi Agente Penitenciário, trabalha com van escolar. Ela e ele são católicos não praticantes. Moram ela e os 3 filhos. Ela tem Bolsa Família e está separada há 2 anos. Ela toma vários medicamentos, não dorme, está com depressão e muito agitada. O ex-companheiro era muito agressivo, extremamente arrogante, achava que estava acima de tudo e de todos, impedindo-a de ir e vir. Tudo lhe foi negado: o direito de estudar, de ir à casa de seu pai, de passear com os filhos. Ele tinha arma de fogo, ele era agente. Ela sofreu todos os tipos de violência. Agressão física: esses agentes penitenciários têm um jeito de bater que não fica marcado, já levou muito tapa, já quebrou dente. Chegou a tentar suicídio. Tomou muito remédio. Ela teve que ser internada, houve violência sexual. Ele a xingava de palavras de baixo calão. Ela já ficou trancada dentro de um quarto, em um banheiro por 2 dias. Ele esmurrava a porta. Até a esposa do juiz foi à porta de sua casa para lhe intimidar. Ele não pagou nada, não ficou preso.

1.4.15 Bianca

Bianca tem 34 anos, fez o Ensino Médio, é faxineira, está no período de experiência em uma academia. Vai ganhar meio salário porque trabalha meio horário, mas terá a carteira assinada. Ela tem uma união estável, mas está se desfazendo dessa união. Tem uma filha de 5 anos que fica na creche o dia inteiro. Ela teve um relacionamento de 14 anos. Está separada há 2 anos. Ele é pardo, está desempregado. Ela também é parda, da igreja presbiteriana há quase 2 anos. O companheiro vai à igreja católica. Ele também possui Ensino Médio. Tem um cômodo grande onde ele fica, há um colchão para ele dormir. Ela fica no quarto com a filha. Eles brigam muito. Ele tem uma camionete de pequeno porte, faz carreto. Ele fala que o juiz vai dividir a casa ao meio. Há muitos anos que eles moram lá. Ele paga as contas. Ela fala que esses dois anos têm

sido insuportáveis. O companheiro é muito possessivo, muito bruto. As brigas começaram 3 anos depois de fazerem união estável e irem morar juntos. Ele começou a ficar agressivo, queria dominar, não lhe deixava estudar, falava que não precisava, que ele daria tudo o que ela quisesse. Mais à frente, ele começou a bater. Quando ela ficou grávida, ele batia mais ainda. Tinha ciúme demais. Ela não podia falar nada. A violência física e psicológica a afetaram demais. Ele lhe dava soco no rosto, um dia ela saiu com ele, ele tinha bebido, deu-lhe um “tapaço”, ela desmaiou, ficando caída na rua. Há 2 anos, ela espera a sentença do juiz. Ela ficou muito magoada, muito machucada, sem sentimentos, não confia nas pessoas, em nada. A violência é horrível. Ele a chamava de lixo, de vagabunda.

1.4.16 Walkíria

Walkíria tem 36 anos, estudou até o 6º ano do Ensino Fundamental, é negra. Tem uma filha de 17 anos que já é casada e tem um filho, e tem 2 filhos gêmeos de 13 anos. É auxiliar de cozinha em um restaurante e ficou 13 anos com o companheiro. O companheiro estudou até a 2ª. série do Ensino Fundamental, trabalhava na prefeitura. Ela é evangélica, não tem lazer. Moram ela e os 2 filhos. Ela é quem sustenta a casa. Ele fumava maconha. Ela engravidou para sair de casa. Ela se casou em um sábado, no outro sábado, a filha nasceu. Na semana do casamento, o marido lhe bateu muito. Ela teve que fingir que estava desmaiada para ele parar. Com 12 anos, foi estuprada pelo primo várias vezes. O marido batia muito nela grávida. Ele dormia com um punhal debaixo do travesseiro, era gari. Ele fincava o punhal em sua “bunda” quando ela não queria fazer sexo e ela tinha que fazer. As brigas começaram porque ela gostava de usar roupa curta. Ele pegava as roupas dela e rasgava. Ela teve todos os tipos de violência. Ela não gosta de gritos. Ele gritava, quebrava pratos. Uma vez, ele pegou a cama com ela deitada e virou. Ela ficou bem machucada. Logo depois que ela conseguiu se separar, ele cortou os pulsos e depois se enforcou. Ele deixou uma carta falando que ela não salvou uma vida, que ela o deixou morrer. Ela tentou suicídio várias vezes, mas não deu certo e diz ter-se tornado uma pessoa muito amarga. Ela diz que sente dor por dentro. Ela tem medo das pessoas, acha que alguém vai machucá-la. Até hoje, 5 anos após a separação e a morte do marido, ela faz tratamento no CREAS. Walkíria diz que todas as violências são terríveis. Ele a chamava de vagabunda, de diabo, de puta. Ela foi chamada na Delegacia da Mulher e no Fórum. Ele chegava lá chorando, falando que estava arrependido, a sua advogada falava para ela retirar a queixa, dar uma chance para ele. Deixou a ela e os filhos sem nada. Ela afirma que se sente culpada pela morte de seu

marido. Ela tem pensando muito em suicídio. (Essa fala foi transmitida imediatamente à psicóloga do CREAS, que tomou as medidas pertinentes).

1.4.17 Nádia

Nádia tem 37 anos, seu estado civil ainda é o de casada (ela faz questão de dizer que é casada!), está morando com a mãe há 3 anos e meio. É parda. Trabalha com depilação, mas atualmente está desempregada. Recebe R\$ 260,00 de pensão para as 2 filhas, de 11 e 13 anos. Ela fala que tenta inúmeras formas para sobreviver, mas nada tem dado certo. Ela namorou 5 anos e ficou 12 anos casada, num total de 17 anos de relacionamento. Ela e o marido têm Ensino Médio. Ele é mecânico eletricitista de carros. Ela acha que ele ganha bem. Além do emprego, ele faz serviços extras, conserta carros, caminhões. Ele gosta da religião espírita, mas é católico. Ela diz que seu coração é católico, mas está indo na igreja adventista com o namorado. O ex-marido foi o primeiro namorado e ela se casou virgem. Ela não quis alguém que bebesse, mas diz que não sabia que o homem para ser violento não precisava beber. Em um dia, ele quebrou um guarda-roupa todinho. Em outro, tentou enforcá-la e saiu arrastando-a. A 1ª vez que ele usou de violência, foi em BH quando ela deu pânico. Ele já brigou muito, já lançou mão do facão várias vezes para brigar, ameaçou outras pessoas, brigava no trânsito. Ele começou a bater nela mesmo, um ano antes de ela se separar, com uns 10 anos de casamento. Nádia argumenta que sofreu todas as violências. Ela fala que ele acabou com o seu psicológico. Ela diz que se sentia suja, ia para o banheiro, lavava-se, esfregava-se. Nos últimos tempos, era todo dia, toda noite, ela chorava. Ela saiu de casa várias vezes, ia para a casa de sua mãe, voltava. Ele a chamava de piranha, de vagabunda, falava que ela o traiu. Ele foi ao supermercado onde ela trabalhava, brigou, ameaçou todo mundo, falou que ia quebrar tudo. Sua família, até hoje, acha que ela tem que voltar para ele.

1.5 Análise das entrevistas e a estrutura da Tese

As entrevistas constituem uma porta de acesso às realidades sociais e o papel do entrevistador consiste em facilitar a livre expressão dos pontos de vista dos entrevistados. A entrevista pode ser considerada como uma conversa prolongada, mas para ultrapassar o nível de conversação, a entrevista deve focar em temas específicos, com um propósito condizente com os objetivos e ou com as perguntas de pesquisa. Os dados obtidos na entrevista referem-se diretamente ao indivíduo entrevistado. De acordo com Minayo (2014), os dados obtidos dizem respeito às

reflexões que o próprio sujeito faz sobre a realidade em que vive e só podem ser obtidos através da contribuição da pessoa ou sujeito da pesquisa.

As ideias, crenças, opiniões, sentimentos, condutas, representações da realidade, razões conscientes e inconscientes para determinados comportamentos e atitudes são atingidos através da entrevista. O uso dos métodos qualitativo e da entrevista, em particular, foram e ainda hoje são considerados como meios de dar conta do ponto de vista dos atores sociais e de considerá-los para compreender e interpretar as suas realidades. As condutas sociais não poderiam ser compreendidas, nem explicadas fora da perspectiva dos atores sociais. A entrevista seria, assim, indispensável, não somente como técnica para apreender a experiência dos outros, mas, igualmente, como instrumento que permite elucidar suas condutas, na medida em que estas só podem ser interpretadas, considerando-se a própria perspectiva dos atores, ou seja, o sentido que eles mesmos conferem às suas ações. Para apreender as realidades segundo o ponto de vista dos atores sociais, é preciso ainda um método que o permita. Assim, os sociólogos da Escola de Chicago e, em sua continuidade, os interacionistas justificam o recurso aos métodos qualitativos. Conforme sugeriram Becker e Geer (1957), Park (1987) misturar-se às atividades cotidianas dos atores, com a ajuda da observação participante, constitui o melhor meio de perceber suas práticas e interações, como também de interrogá-los.

O recurso das entrevistas, de acordo com os autores, continua sendo um dos melhores meios para apreender o sentido que os atores dão às suas condutas (os comportamentos não falam por si mesmos) a maneira como eles representam o mundo e como eles vivem sua situação, com os atores sendo vistos como aqueles em melhor posição para falar disso. As condutas sociais não seriam somente condicionadas pelo exterior, mas por uma série de determinantes sociais e seria preciso, necessariamente, interpretá-las à luz da perspectiva dos atores, justificando, assim, o recurso aos métodos qualitativos.

Goffman (1961) e Becker (1963) tentaram descrever a maneira como as experiências sociais são marcadas, simultaneamente, pelas interpretações que os atores dão sobre elas e pelas coerções que o meio lhes impõe. Ao argumento de ordem epistemológica, invocado para defender o recurso às entrevistas de tipo qualitativo, soma-se ao argumento de ordem ética e política. Como a entrevista permite uma exploração em profundidade das condições de vida dos atores, ela é vista como um instrumento privilegiado para denunciar, de dentro, os preconceitos sociais, as práticas discriminatórias ou de exclusão e as iniquidades de que podem se tornar objeto, certos grupos considerados como “diferentes”, “desviantes” ou “marginais” (doentes mentais, homossexuais, detentos, consumidores de drogas, sem teto, etc.), algumas

minorias étnicas, ou ainda, as “vítimas” de todas as espécies, tais como as de HIV e de violência conjugal. Justifica-se, assim, a necessidade, a relevância, a adequação da aplicação do método qualitativo no caso desta pesquisa.

Os discursos produzidos pelas entrevistas foram analisados tanto à luz dos enfoques dados pelos entrevistados quanto pelo pesquisador numa perspectiva de autocrítica, tentando ser o mais transparente possível quanto às influências sofridas. As entrevistas foram analisadas relacionando-as com o processo cultural, socioeconômico e político nos quais o discurso acontece, com todas as injunções subjetivas: desejos, motivações, aspirações, crenças, valores, instintos, determinações sociais, ideologias, contradições, incoerências, repetições, omissões e as representações.

Pretendemos, com esse trabalho, contribuir com as ponderações feitas, à luz das teorias feministas, sobre a temática aqui explicitada, a partir dos relatos das mulheres que passam ou passaram por violência em sua vida conjugal, trazendo reflexões sobre a sua socialização, os valores internalizados, propondo questionamentos sobre estar presa numa relação e discutir que não é natural ser vítima de violência. Além disso, pretendeu-se encontrar argumentos, encontrar reflexões que tragam contribuições para a mulher em situação de violência, para a família, para a escola, quem sabe, para outras instituições e quiçá para a sociedade, para os órgãos públicos, no sentido de repensarem e reformularem suas teorias e suas práticas, suas leis, buscando traçar novas diretrizes que possibilitem desenvolver políticas públicas mais eficazes, objetivando evitar, diminuir, combater, enfim, não permitir que essa violência seja naturalizada e continue a acontecer. Este estudo quer alertar a família, a escola, as autoridades, as instituições sobre as graves consequências da cultura do machismo que persiste no país.

Esta Tese foi estruturada em uma introdução, quatro capítulos e as considerações finais. No segundo capítulo discutimos “Gênero e violência de gênero”. O terceiro capítulo trata da “Socialização de gênero e violência dentro da família”. No quarto capítulo, abordaremos “Violências: os mecanismos de atenção à mulher vítima de violência e como as mulheres chegam lá”. Apresentamos os relatos das mulheres entrevistadas, a discussão e análise dos dados e, finalmente, nossas considerações finais, no quinto capítulo.

O capítulo 2 discute gênero a partir da perspectiva de diversos autores tais como Azevedo (1985), Scott (1989), Gregori (1992), Giddens (1993), Lauretis (1994), Saffioti (1995), Smigay (2000), Louro (2001), Heilborn (2004), Sorj (2005), Araújo (2011) dentre outros. Gênero vai se referir aos sentidos atribuídos às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres e está ligado a noções socialmente construídas de

masculinidade e feminilidade e não, necessariamente, ligado ao sexo biológico do indivíduo, de acordo com Giddens (1993). O capítulo discute a grande transformação nas identidades e nas práticas de gênero no Brasil nas últimas décadas. Este capítulo também aborda as relações violentas de gênero no espaço privado, doméstico. Gênero e masculinidade, gênero e feminilidade também são considerados e procuramos examinar sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, hoje.

O capítulo 3 aborda a socialização de gênero e a violência dentro da família, procuramos traçar uma linha do tempo pelo qual passou a família. A família considerada como o primeiro modelo de socialização. Fala-se rapidamente sobre o casamento, e principalmente, sobre a inserção social da família de origem, a infância, a educação e as condições materiais de vida, como grande parte do pano de fundo sobre o qual vão se tecer as histórias individuais. O capítulo ainda discute as relações conjugais, famílias estigmatizadas, violência psicológica, a conjugalidade moderna e as desigualdades atuais entre homens e mulheres.

O capítulo 4 trata de “violências”. Buscou-se conceituar violência a partir de diferentes olhares, diferentes autores. Discutiu-se também “poder” que viria acompanhado da violência. Procurou-se considerar as diversas definições dadas pelos mais renomados autores sobre o que é violência de gênero. A violência contra a mulher foi abordada, traçando-se uma linha no tempo, destacando o que já foi feito até hoje, contra a violência à mulher. Tratou-se aqui das relações violentas e do espaço de intimidade que pode acobertar violências sutis, imposição, limitações e o espaço da casa como um espaço de risco para as mulheres e crianças. O capítulo apresenta dados quantitativos como o Mapa da Violência, dados da ONU, estudos realizados pela OMS. Ainda são descritos os diversos tipos de violência física que seriam infringidos à mulher pelo companheiro. E, finalmente, neste capítulo, apresentamos os mecanismos de atenção à mulher em situação de violência, o Movimento Feminista e as mudanças na Legislação e os efeitos da Lei Maria da Penha, assim como a experiência das mulheres com esses mecanismos.

No capítulo cinco, nas considerações finais retornamos às questões inicialmente propostas nesta pesquisa, assim como as hipóteses que foram elaboradas antes da realização do trabalho de campo. Falamos das principais conclusões a que chegamos, após realizado o trabalho de campo e as análises tanto das observações participantes no grupo de mulheres no CREAS, quanto das entrevistas que fizemos com as mulheres em situação de violência. Nosso olhar voltou-se, mais uma vez, para as questões que deram origem à esta pesquisa, e também para as hipóteses levantadas, no início do trabalho.

CAPÍTULO 2

GÊNERO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

2.1- O CONCEITO DE GÊNERO

O conceito de gênero surgiu no final do século XX como um novo modelo teórico sobre a organização social entre os sexos. A utilização do conceito relações de gênero foi trazida ao Brasil pelo movimento feminista, junto com seus questionamentos e reivindicações. É fundamental que se discuta o que é gênero para se buscar compreender as relações, as desigualdades, as assimetrias, o poder e a percepção que os homens têm e o que entendem por masculinidade. Vejamos o que autores tais como Azevedo (1985), Scott (1989), Gregori (1993), Giddens (1993), Laurettis (1994), Smigay (2000), Louro (2001), Butler (2003), Sorj (2005), Saffioti (2015) dentre outros, discutem a respeito de gênero e violência de gênero. Scott (1989) argumenta que

O gênero se torna [...] uma maneira de indicar as ‘construções sociais – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é segundo essa definição uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado (SCOTT, 1989, p. 4).

Ou seja, a partir destes estudos, o conceito de gênero se tornou fundamental, uma vez que permite distinguir a prática sexual daqueles papéis sociais que são atribuídos às mulheres e aos homens. Gênero enfatiza todo um sistema de relações que pode ou não incluir o sexo, mas não determina diretamente a sexualidade nem é determinado diretamente pelo sexo (SCOTT, 1989). Gênero e sexo são categorias diferentes, sexo vai se referir às diferenças biológicas que caracterizam homens e mulheres. Por outro lado, gênero se reporta à construção social e às relações sociais impostas a cada sexo que construiriam sujeitos masculinos e femininos. O conceito de gênero vai variar entre as sociedades e no interior delas, entre sujeitos de diferentes classes, raças, gerações e religiões. Então, os sujeitos passariam a ser pensados como constituídos pelo gênero, pela raça, classe e sexualidade, mas que também os constituem. O gênero seria uma construção social que define o ser mulher e o ser homem. A partir das noções de mulher e de homem, originam-se as normas que vão possibilitar transformar um bebê em um ser feminino ou masculino. Para Louro (2001),

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente. Elas são também renovadamente reguladas, condenadas ou negadas (LOURO, 2001, p. 4)

Então, de acordo com a autora, há variadas maneiras de fazer-se homem ou mulher, mas as diversas possibilidades de viver prazeres e desejos do corpo são sempre sugeridas socialmente. Ao mesmo tempo, estas várias possibilidades são também reguladas, condenadas ou negadas por essa mesma sociedade. Por isso, é um processo duplo: sujeitos constituem e são constituídos pelo gênero. Louro (2001) argumenta que muitos consideram a sexualidade como algo que homens e mulheres possuem naturalmente. Entretanto, a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções, ou seja, processos profundamente culturais e plurais. Os corpos ganham sentido socialmente. Ainda de acordo com Louro,

A inscrição dos gêneros – feminino ou masculino – nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As identidades de gênero e sexuais são [...] moldadas pelas redes de poder de uma sociedade. (LOURO, 2001, p.4)

As questões de poder estariam implícitas em variadas maneiras de viver, em costumes diversos e também na maneira como meninas e meninos são educados. A postura de que determinadas atitudes são próprias de homem e outras são de mulher são direcionadas pela percepção de masculino e feminino na sociedade. Em nossa sociedade, a norma que se estabelece historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, os outros se tornam “marcados”. A mulher representada como o “segundo sexo” e gays e lésbicas são considerados como desviantes da norma heterossexual. A autora reitera que homens e mulheres apresentam determinados comportamentos que parecem ter sido impressos em suas histórias de vida. Butler (2003) também discute sexo e gênero e salienta que a distinção sexo/gênero vai sugerir uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos. Tanto Louro (2001) quanto Butler (2003) ressaltam o peso que a sociedade e a cultura exercem sobre os corpos. A construção de homens não se aplicaria exclusivamente a corpos masculinos, assim como o termo mulheres não se refere somente a corpos femininos. Então, de acordo com Butler,

Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino. (BUTLER, 2003, p. 24-25)

Butler (2003) argumenta que o construto “sexo” talvez seja tão culturalmente construído quanto o gênero e que talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal maneira que não haveria distinção entre sexo e gênero. A autora diz mais, ela ressalta que, se é possível falar de um homem com um atributo masculino, também é possível falar de um homem com um atributo feminino.

Neste mesmo viés, Conto (2013) assinala que os moldes de como agir, brincar, com que brincar, vestir, o que vestir, como reagir, qual o léxico adequado, o que fazer estariam intrincados em discursos e concepções culturais que precedem o sujeito. (CONTO, 2013, p. 114) De acordo com Scott (1989), as relações sociais de poder profundamente desiguais entre homens e mulheres, com a subordinação feminina na vida pública, na divisão sexual do trabalho, na repressão da sexualidade feminina, nas ideias, na violência doméstica sofrida por milhares de mulheres, entre outras, seriam estruturadas pelo processo de construção de gênero. Desta forma, a construção de gênero ocorreria quase como uma “doutrinação”, desde muito cedo, na vida de cada pessoa, homem ou mulher. Também Saffioti e Almeida (1995), argumentam que a organização social de gênero seria cotidianamente alimentada, tanto por homens, quanto por mulheres. Segundo as autoras, não há como pensar o masculino sem lembrar do feminino. Há de se pensá-los como diferentes, entretanto, as imagens construídas pela sociedade a respeito do masculino e do feminino estariam inter-relacionadas. Giddens (1993) assinala,

[...] nossos conceitos de identidade de Nero, assim como as atitudes sexuais e inclinações relacionadas a elas, configuram-se tão cedo em nossas vidas, que, como adultos, as aceitamos como fatos dados (...) do tom de voz aos gestos e dos movimentos às normas de conduta, todos os aspectos de nossa existência recebem o “timbre de gênero” (GIDDENS, 1993, p.103).

Explicando melhor, aprendemos, desde muito pequenos, como devemos falar, quais gestos são permitidos, como deve ser nosso comportamento, enfim, tudo que se refere ao nosso sexo. Entretanto, a vida sexual, como tantas outras coisas, está sofrendo mudanças importantes e afetando a vida emocional da maioria de nós. Para se referir às diferenças anatômicas e fisiológicas que definem os corpos masculinos e femininos, os sociólogos utilizam o termo “sexo”. “Gênero” vai se referir às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres e está ligado a noções socialmente construídas de masculinidade e feminilidade e não, necessariamente, ligado ao sexo biológico do indivíduo (GIDDENS, 1993).

Lauretis (1994) vai apresentar um sujeito múltiplo que estaria engendrado tanto nas experiências de relações de sexo, como nas de raça e classe. Este sujeito seria multifacetado e marcado por contradições. A identidade de gênero seria uma das facetas da identidade do sujeito e um guia essencial para a atuação no mundo e também um dos suportes para se construir a história de vida (FULLER, 1997). Não obstante, cabe observar que as pessoas não são apenas construídas socialmente, elas também se constroem, elas também escolhem a sua forma de atuar no mundo. Saffioti (2001) reitera que o gênero pode ser construído, independentemente do sexo e seu conceito, mostra ainda que se trata de uma modelagem social, não necessariamente se referindo ao sexo. A autora associa gênero, etnia e classe social que estariam imbricados numa realidade complexa, outras variáveis também deveriam ser consideradas como aceitação da violência, status socioeconômico, estresse. Nas situações de violência, o estresse funcionaria como desencadeador do fenômeno. A ordem patriarcal de gênero seria o caldo de cultura em que teria lugar a violência de gênero, seria a argamassa para edificar as várias desigualdades entre homens e mulheres. Saffioti (2001) e Bijos (2004) denunciam que as normas sociais que regulam a convivência entre homens e mulheres, entre ricos e pobres, entre brancos e negros conteriam violência. Além disso, a autora salienta que o contrato heterossexual estabelece o controle da sexualidade feminina pelo homem. Para Bijos (2004), o “dever conjugal” que obriga as mulheres a manterem relações sexuais com o companheiro, mesmo contra seu próprio desejo, expressaria a violência contida no casamento e à qual as mulheres cedem.

Pretendemos abordar neste trabalho a construção de gênero em nossa sociedade que se apresenta como um divisor desigual de poder entre o homem e a mulher e como essa construção vai atuar na relação entre marido e mulher, facilitando o surgimento de violência do homem contra sua parceira. Os processos sócio-históricos em nossa sociedade garantem maior poder e autonomia ao homem e naturalizam sua agressividade que é compreendida por homens e mulheres como inerente à masculinidade. Importante compreender que o que define ser homem e ser mulher nem sempre é o mesmo em diferentes épocas e em diferentes sociedades. As mulheres e todos aqueles que são excluídos de posições de poder estão mais sujeitos a violências, oriundas de nossa própria organização social que dá ao homem, autorização e/ou tolerância para punir o que não lhes parece certo. Debert e Gregori (2008) asseguram que o conceito de gênero foi determinante na crítica à vitimização das mulheres, que eram consideradas vítimas passivas da dominação. Muito embora não se possa dizer que aquelas mulheres que desenvolvem atitudes de não passividade frente à violência, consigam se libertar de práticas discriminatórias, encontrando caminhos onde possam recuperar seus direitos e

conduzir a própria vida. Os relacionamentos abusivos são difíceis de se desvencilhar e também difíceis de explicar. São muitas questões envolvidas para cada casal. A violência é estrutural.

O feminismo vai levantar bandeiras que vão se inserir no bojo dos direitos individuais e vão reivindicar a equidade, a distribuição justa de direitos e deveres, de acesso a prestígio, poder e prazer. Presume-se que as mulheres, no movimento feminista, “causaram” e trouxeram incômodo para os sindicatos, para a igreja, para os movimentos sociais. Hoje, espera-se que as relações de opressão e de violência sejam revistas, muito embora, de acordo com Smigay (2000), a literatura já tenha apontado que há uma forte tendência entre as mulheres ao perdão, a relevar os erros e inabilidades do outro, em consequência de uma socialização de gênero que as treinou para a aceitação incondicional, para proteger aquele que é incapaz, aquele que requer cuidado. As atitudes das mulheres do grupo do qual participamos, corroboram essa tendência de que fala a autora, quando se mostram preocupadas com os cuidados que o marido requer, assumindo esse compromisso como se fosse dela uma obrigação, mesmo vivendo em uma situação de violência com ele e, ou separados, apesar de na mesma casa. Podemos ver isso na fala das mulheres entrevistadas:

Eu cuidei dele com muito carinho, mesmo ele sendo muito ciumento, não me deixava trabalhar, não podia conversar com as pessoas. Eu que olho tudo em casa! (Ivone, 62 anos, doméstica, ao falar do 1º. marido)

Apesar da violência dele, de já ter me ameaçado de morte várias vezes, corrido atrás de mim com uma faca, de ter que dormir em outro quarto, com a porta trancada, por medo dele me atacar à noite, eu que cuidei dele, aplico insulina, lhe dou os remédios, não tenho coragem de não fazer, ele não sabe nem tomar os remédios sozinho! (Ivone, 62 anos, doméstica, ao falar do 2º. marido)

Uma boa esposa tem que saber como contornar, cuidar da casa, do marido, mesmo violento, cuidar dos filhos, no meu modo de ver, é obrigação da mulher. A gente tem que aprender a perdoar as pessoas (Evelyn, 51 anos, Ajudante de Serviços Educacionais)

Uma boa esposa tem que fazer tudo. Eu fazia comida, acordava de madrugada para fazer café para ele levar. Eu tinha muito cuidado com as roupas dele, com os calçados (Alice, 24 anos, Atendente)

Eu fui uma boa esposa, cuidei muito bem dele. A mulher tem que cuidar do marido, da casa e ter uma vida sexual ativa (Fabrícia, 48 anos, Auxiliar de Serviços Gerais)

Além disso, muito impressiona a permissividade que faz com que tais limites sejam extremamente dilatados em relação aos padrões de tolerância que seriam considerados “normais”. As próprias mulheres, após conseguirem se libertar da situação de violência,

percebem essa tolerância da parte delas e argumentam que deveriam ter dado um basta, no primeiro tapa, no primeiro empurrão, na primeira alteração de voz do companheiro. Entendemos que a atitude de aceitação por parte das mulheres, dificulta a possibilidade de mudanças. Essa tolerância é corroborada na fala das mulheres entrevistadas:

Agora, mesmo tomando diversos medicamentos, não estou conseguindo dormir. As irmãs dele não querem saber de olhá-lo. Não tenho coragem de separar dele, quem vai cuidar dele? Eu não reclamo, eu faço tudo de coração. Não tenho nada de bom no relacionamento. O meu amor acabou. Hoje, eu não tenho vontade nem de sentar perto dele (Ivone, 62 anos, doméstica)

Sabe por que eu estou com ele até hoje? Porque eu sei quem ele é. Ele é um homem bom! Ele é sensível, ele é bom pai! (Melissa, 54 anos, doméstica)

Meu defeito é aceitar as coisas sem domínio. Eu sou muito amorosa. No relacionamento tem que ter compreensão! Eu não consigo tomar decisão de nada! Se fosse hoje, eu ia mudar tudo. A hora que ele fosse abrir a boca, eu não ia deixar ele terminar! (Evelyn, 51 anos, Auxiliar de Serviços Educacionais)

A maior dificuldade para sair é a pessoa ter força de vontade. Eu vou te falar: se ele chegasse para mim, hoje e me pedisse perdão por tudo o que ele já fez, eu perdoava ele, eu voltava para ele! (Margarida, 48 anos, Motorista de Caminhão)

Eu não me enxergava como vítima de violência! Eu penso que isso tudo não aconteceu! Que é coisa de minha cabeça! Eu gosto muito dele! Eu tenho medo de mim! De aceitar ele de novo! (Heloísa, 42 anos, Fisioterapeuta)

Ah... ele é um bom homem! Ele cuidava de mim! Ele buscava tudo o que eu queria! Eu sei que qualquer coisa que acontecer comigo, ele vai chegar primeiro! (Rosa, 35 anos, Fotógrafa)

Eu tinha muito medo de sair. E também para não passar o que estou passando agora, sem casa, sem ter o que comer... (Daiana, 33 anos, cozinheira)

Louro (2001) pontua que a sexualidade é mais do que simplesmente o corpo, ela tem a ver com nossas crenças, com nossas ideologias, com nosso imaginário, com nosso corpo físico, enfim, a sexualidade seria uma construção histórica. Ou seja, a sexualidade de cada um, a forma de as pessoas se relacionarem com ela, estaria fundamentada, de acordo com esta pesquisa, no que foi interiorizado da religião que, geralmente, é repressora e coercitiva, e no imaginário de cada um, construído e modelado, desde muito cedo, por intermédio das interações sociais, da família, da educação.

A partir das últimas décadas do século XX, teria acontecido uma grande transformação nas identidades e nas práticas de gênero no Brasil. Sorj (2005) corrobora essa constatação,

argumentando que as mudanças culturais estariam valorizando a autonomia e a independência das mulheres. Não obstante essas mudanças, reiteramos que estamos na primeira metade do século XXI e o comportamento e atitude de alguns homens, com relação às mulheres, permanecem os mesmos de dois séculos atrás.

Para Sorj (2005), muitos autores mostram que as atividades realizadas pelas mulheres seriam sempre mais precárias, não importa se renda, horas trabalhadas, formalização da ocupação etc. Além disso, as mulheres continuam, em diferentes sociedades, sendo praticamente as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico. Ribeiro (2005) e Borges (2005) corroboram esta afirmativa, assinalando terem constatado que em todas as classes sociais, as mulheres desempenhariam trabalhos domésticos três vezes mais do que seus maridos e companheiros. Haveria uma considerável participação das mulheres no espaço público, mas o privado continuaria, em grande parte, a ser de sua responsabilidade e, com isso, o trabalho da mulher teria dobrado. A fala das mulheres entrevistadas corrobora Sorj, Ribeiro e Borges (2005) quando dizem que é obrigação da mulher cuidar da casa, dos filhos, do marido, das roupas, dos alimentos. Se ela trabalha fora de casa, o companheiro pode até ajudar, mas a obrigação é dela. Assim falam as mulheres dessa pesquisa, confirmando o que dizem os autores acima:

Uma esposa ruim é uma esposa que não cuida da casa, que não cuida dos filhos direito, que o marido chega e não tem nada pronto. (Ivone, 62 anos, doméstica)

A boa esposa é aquela que sabe cuidar da casa, dos filhos, do marido, no meu modo de ver. (Evelyn, 51 anos, Ajudante de Serviços Educacionais)

Uma esposa ruim é uma esposa que não dá conta de nada, que não dá conta da casa. (Alice, 24 anos, Atendente)

Uma boa esposa tem que ser amorosa, dedicada, nunca deixar faltar nada dentro de casa. (Margarida, 48 anos, Motorista de Caminhão).

Eu tenho pensamento de antigamente: a mulher tem que limpar, manter a casa limpa, cuidar das roupas, da comida. (Fernanda, 32 anos, Gerente Comercial)

A mulher tem que cuidar da casa, dos filhos, ter uma vida sexual ativa. (Fabrícia, 48 anos, Auxiliar de Serviços Gerais)

Uma boa esposa é aquela que cuida da casa, que cuida do marido, não é para ficar deitada no sofá e deixar a casa uma bagunça. Ela pode trabalhar fora, mas não pode abandonar a casa, ela precisa saber o que o marido gosta. (Brenda, 28 anos, Empresária)

Eu fazia tudo, eu deixava o café pronto na cabeceira dele e ia trabalhar. (Ingrid, 37 anos)

É obrigação da mulher cuidar da casa e das crianças. (Walkíria, 36 anos, Ajudante de Cozinha)

Ademais, Borges (2005) destaca que o casamento continua, de alguma maneira, a persistir nos sonhos das mulheres e a educação dos filhos ainda é sua função. A fala de uma mulher entrevistada ilustra isso: “*Eu falava para minha mãe: ‘ eu só caso com um homem que me pegar no colo e for dançando comigo até o quarto. Minha mãe dizia: ‘ minha filha, se ele for conversando com você até o quarto já está bom!’*” (Evelyn, 51 anos, Auxiliar de Serviços Educacionais). Para o autor, ainda há muito a ser conquistado e os indicadores sociais mostram como as desigualdades de gênero estruturam os lugares sociais de homens e mulheres. Não obstante as mulheres terem maior escolaridade e maior acesso ao ensino superior, ainda assim os dados revelam uma taxa de desemprego maior, rendimento médio menor e uma menor ocupação em postos de chefia que os homens. Com relação aos afazeres domésticos, Gomes (2010) reitera que a jornada extensiva de trabalho ainda se mantém para a maioria das mulheres. A autora acentua que a divisão sexual do trabalho estaria na base do poder que os homens exercem sobre as mulheres. Ou seja, muito embora muitas mulheres tenham conquistado avanços, estes ainda não significam autonomia e dignidade de vida.

Vale considerar que a construção que cada sociedade faz dos gêneros também é diferente e acentua potencialidades humanas diferentes; os papéis dos dois sexos seriam concebidos através das relações humanas e da cultura e as personalidades dos dois sexos seriam socialmente produzidas. Segundo Minayo (2005),

[...] a concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material (MINAYO, 2005, p.23).

Cabe dizer que, de acordo com a autora, o homem age, decide, é o chefe, é ele quem manda nas relações familiares e à mulher caberia obedecer, cuidar da casa e dos filhos, atender às suas determinações. Gênero seria uma divisão dos sexos socialmente construída, um produto das relações sociais de “sexualidade”. Ribeiro (2005) complementa, acentuando que classe social e gênero seriam dois princípios fundamentais da estratificação social. E, em função disso, Araújo e Scalon (2005) observam que, quanto mais modernos sejam os valores morais, mais igualitários serão as percepções sobre gênero, trabalho e família.

Cyrino (2009) salienta que a sua pesquisa com grupos focais mostra um discurso que é aprovado socialmente, entretanto, a autora constatou que a igualdade entre os gêneros estaria apenas em um discurso quase idealizado. A maioria das relações entre os gêneros, nos grupos pesquisados, seriam desiguais e assimétricas. Ou seja, a igualdade entre os sexos só existe no discurso, mas em casa, na educação dos filhos, a desigualdade, a diferença é visível, é a norma, é o que se ensina, é o que se aprende. Concordamos com a autora, a fala das mulheres entrevistadas retrata essa desigualdade entre homens e mulheres:

Muitos homens exercem dominação sobre a mulher. É terrível. Eu tenho medo de acontecer alguma coisa. Mesmo com a Lei, a gente tem medo (Ivone, 62 anos, doméstica)

A mulher ocupa hoje um papel de guerreira. Só conquista alguma coisa na base da briga mesmo! Por que tem que existir uma lei para a gente ter direito a alguma coisa? Ser homem é autoritarismo, machismo, ser dono do mundo, ser dono da verdade, eles nunca erram, humildade passou a quilômetros! (Melissa, 54 anos, doméstica)

Acho que a mulher tem que dar conta de muita coisa sozinha. O homem é que virou coadjuvante. O homem não se sente com obrigação nenhuma! (Rosa, 35 anos, Fotógrafa)

Ser mulher é uma coisa que eu brigo muito. Ser homem é achar que manda, tratar a gente igual lixo! (Brenda, 28 anos, Empresária)

Os homens de hoje em dia acham que podem fazer com a mulher o que querem, muitos são sustentados por elas. Ainda assim, são desaforados, querem mandar! O homem quer manter a mulher sob o domínio dele! Acho que a mulher é tanta coisa hoje. Ao mesmo tempo que ela é frágil, ela é tão forte! A mulher tem esse poder de dar o grito, de não suportar o que eu suportei, de se sustentar! (Ingrid, 37 anos, Professora de Português)

Ser mulher é ser batalhadora, a mulher é a cabeça da família! Homem é muito possessivo, é muito bruto! (Bianca, 34 anos, Faxineira)

Continuando a discussão sobre a desigualdade entre homens e mulheres, Gomes (2010) nos traz questões bastante incisivas e preocupantes, dentre elas: por que as mulheres mesmo estudando mais tempo que os homens, ainda assim recebem menos que eles, ocupando postos iguais? A autora ressalta que se pode fazer variadas inferências. E que a maioria dos homicídios de mulheres seria produto da estrutura desigual de gênero existente em nossa sociedade, que através das relações sociais produzem e reproduzem os modos de vida. Os homicídios de

mulheres praticados por companheiros ou ex-companheiros ainda são predominantes nos crimes em que a mulher é a vítima. Araújo (2011) acrescenta que

[...] a questão do gênero toca noções individuais de masculinidade e feminilidade, o que é ser masculino ou feminino, como educar e ser educado como menina ou como menino e chegar à idade adulta com uma identidade produzida pela cultura e pela sociedade, impregnada de atributos, privilégios e limitações, baseando-se no que é biológico (ARAÚJO, 2011, p. 24).

De acordo com Araújo (2011), os processos sociais e individuais em que se adquire a identidade de gênero seriam fundamentais para a apropriação de quais tarefas e sentimentos seriam, por natureza, de homens ou de mulheres. O que cada um deve fazer e sentir seria, então, definido “ideologicamente” pela biologia, o que não é verdade e sim uma construção social. Obviamente, não se pressupõe que todos os homens sejam iguais e nem tampouco as mulheres.

A desigualdade social entre homens e mulheres deve ser vista como uma construção social historicamente situada. Há toda uma cultura, uma educação que, de certa forma, vê como natural esta desigualdade entre homens e mulheres. As concepções e vivências das masculinidades e feminilidades são constituídas por meio de interações sociais. O homem, nas suas interações sociais, vai se dando conta do que é ser homem e vai se apropriando destas formas de ser, agir e pensar. Costa (2013) também discute gênero, pontuando que ele deveria ser tomado como um processo histórico e uma prática social, que seriam vivenciados tanto nas relações cotidianas, carregadas de poder, como nas reformulações identitárias às quais os sujeitos vivenciam ao longo da vida. De acordo com a autora, a própria noção de machismo é entendida como uma construção que se fortalece e, por vezes, enfraquece-se na história social de longa duração, entrecruzada com os processos de dominação masculina e com a atualização que sujeitos individuais fazem ao longo de suas vidas na diversidade dos contextos sociais. O machismo seria um sistema de valores e ideias que legitimam e reforçam a dominação do homem sobre a mulher, como se fosse natural o que é histórico e construído culturalmente. Esta dominação seria fruto de uma violência simbólica, reconhecida no imaginário social e considerada como resultado de um longo processo de construção acerca do que é “ser homem” e do que é “ser mulher”. Assim sendo, torna-se necessário e urgente buscar novos sentidos para as relações de gênero, focados no respeito próprio, no respeito ao outro e principalmente no respeito às diferenças. (CONTO, 2013).

Também Oliveira (2014) destaca que um dos principais fatores que podem levar as mulheres a permanecerem em uma relação abusiva é a desigualdade de gênero. As mulheres

internalizariam como algo natural a dominação masculina e, a partir disso, não conseguem romper com a situação de violência e opressão em que vivem.

Por um outro viés, Gomes (2014) chama a atenção para o fato de que os valores sociais e as normas não seriam internalizados por todos e em toda sociedade haveria a possibilidade de que essas regras sejam quebradas.

2.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A violência de gênero é aqui pensada como violência contra a mulher. Este tipo de violência vai ocorrer em uma relação em que há dominação do homem que espera submissão da mulher. Esse tipo de violência seria resultado do processo de socialização tanto do homem quanto da mulher. Gregori (1992, p.24) tenta definir as relações violentas de gênero, no espaço privado, doméstico, como um jogo entre parceiros e que teria a violência como única comunicação existente, entre eles. Neste jogo, nesta disputa verbal, quem dá a última palavra é o vencedor. A autora pontua que, desde o início, a cena de violência se estruturaria como uma troca ordenada de “réplicas” verbais entre os parceiros até que abandonam o jogo, que é substituído pela agressão física. Não entendemos como um abandono do jogo, mas sim que, ao perceber que não está conseguindo dominar a mulher, impor a sua vontade que ela está lutando contra ele e, por não encontrar argumentos, ou se sentir perdedor, o homem agressor faz uso da violência.

A violência seria, então, uma linguagem e uma forma de comunicação do casal, a casa seria um espaço de conflitos, de tensões, de negociações, um espaço de referência e também de refúgio. A casa atenderia às necessidades básicas dos indivíduos, mas, além disso, seria também um campo de lutas declaradas. E, neste espaço, a mulher pode ser mantida aprisionada, seja pelo temor, seja pela esperança de uma mudança, ou, até mesmo, pela espera de algo que ela nem sabe o que é. Aqui, uma mulher entrevistada consegue falar desse aprisionamento:

Eu queria me deitar, mas não podia colocar camisola, porque não sabia como o meu companheiro ia chegar, se ele me colocaria para fora de casa, se eu teria que passar a noite na rua, como aconteceu por tantas vezes...(Fabrícia, 48 anos, Auxiliar de Serviços Gerais)

Outra mulher denuncia:

Eu nunca sabia como ele ia chegar em casa...Às vezes, ele chegava e falava que eu estava com cheiro de outro homem... Se eu arrumava o cabelo, dizia que era para outro

homem...Uma vez, cortou o meu cabelo com a faca...Um outro dia, quebrou a casa toda... A gente sempre batia boca e depois ele me batia...(Daiana, 33 anos, Cozinheira)

Então, a esfera do privado também se reveste de sigilo e há que se colocar limites bem demarcados, ou seja, quando o homem se dá conta de que a mulher não quer mais ser sua parceira, ou discorda dele, ou não se submete às suas vontades, ou dá sinais de que quer sair da relação, ou que não está na mesma sintonia dele, o homem se sente como perdedor.

Quem decide deve ser ele, a última palavra deve ser a dele e a violência na falta de argumentos, é a sua forma de reagir à perda. Além disso, cabe considerar que as pessoas acreditam que devem revelar seus sentimentos para formar vínculos afetivos, mas podem estar contribuindo para a destruição da relação. O intimismo pode ser prejudicial. Giddens (1993) acentua que a agressão verbal quase sempre estaria acompanhada da agressão física. Inicialmente, há uma sutileza sobre um fundo de amor e ternura. De acordo com Saffioti e Muñoz-Vargas (1994), o fenômeno da violência de gênero seria transversal à sociedade e ignoraria fronteiras de classe social e de raça/etnia. Importante considerar que as classes mais abastadas talvez apareçam menos porque vão dispor de mais recursos que visem ocultar este tipo de violência, isso foi constatado em nossa pesquisa. Observamos que as mulheres de classe social mais alta demonstram uma necessidade maior que essa violência sofrida não venha a público.

Também Saffioti (1995) vai destacar que a violência contra a mulher ocorreria em um contexto social, gerado através de clivagens de raça, gênero e classe que atravessam as relações familiares nas quais a distribuição de poder não é equitativa. A autora assinala que não existe ser humano fora das matrizes de gênero. Saffioti (2001) ressalta que a ideologia de gênero seria insuficiente para garantir a obediência das potenciais vítimas, as mulheres, e, então o homem faria uso da violência. Para a autora “[...] a ordem das bicadas na sociedade humana é muito complexa, uma vez que resulta de três hierarquias/contradições – de gênero, de etnia e de classe”. (SAFFIOTI, 2001, p. 43) O poder masculino atravessaria todas as relações sociais. De acordo com Bourdieu (1988), a ordem masculina se coloca com tamanha força que não precisa ser justificada, ela se impõe e se naturaliza.

De acordo com os autores pesquisados, a violência de gênero atinge igualmente mulheres em diferentes inserções sociais, tanto quanto etnias. Entretanto, os autores asseguram que não há dúvida de que a orientação cultural (combinação entre etnia, status econômico e moradia) das classes mais baixas vão contribuir enormemente para a situação de violência, ou seja, a probabilidade de indivíduos se tornarem vítimas de violência se acentua pelo lugar que

ocupam na estrutura social, o que foi corroborado por nossa pesquisa. Henning (2015) discute o conceito de interseccionalidade, que vai se referir às reflexões e teorizações a respeito da multiplicidade de diferenciações que se juntam a gênero, permeando o social. Ou seja, o autor se preocupa com as maneiras pelas quais os marcadores sociais da diferença tais como gênero, idade, sexualidade, raça, geração, classe social e corporalidades vão interagir, potencializando ou não as desigualdades sociais e hierarquizações. Há de se destacar que certos marcadores de diferença se sobrepõem a outros.

Entendemos que, por exemplo, a independência financeira pode contribuir fortemente para que a mulher possa se libertar dessa situação ou pelo menos atenuá-la. Por outro lado, uma mulher mais velha, negra, de uma classe social mais baixa, certamente estará muito mais sujeita à violência de gênero. Ou seja, esses marcadores sociais da diferença estariam entrelaçados e determinados cruzamentos contribuiriam para aumentar a desigualdade. Há que se pensar se a diferença é um marcador de hierarquia, desigualdade, opressão, exploração. O autor acentua que os indivíduos podem se utilizar de suas marcas identitárias no sentido de exacerbar algum traço em detrimento de outros, com o propósito de desconstruir possíveis desigualdades.

As pessoas estariam envolvidas nas experiências de relações de sexo, de raça e de classe. Alguns grupos de mulheres estariam, conseqüentemente, muito mais expostos que outros à experiência de violência. Cabe ressaltar que, muitas vezes, a violência seria constituinte do vínculo e, dessa forma, inevitavelmente, enquanto houver vínculo, haverá violência. Krane (1996) pontua que o abuso físico de mulheres, no interior de relações íntimas, acontece em maior ou menor grau, em todas as culturas no mundo, desde as sociedades mais desenvolvidas àquelas que apresentam problemas socioculturais, econômicos e políticos. E que, após o casamento, os maridos passam a exigir serviços domésticos e exclusividade sexual, exercendo controle, posse e autoritarismo. O espaço da intimidade pode acobertar violências sutis, imposição, limitações. Acrescentamos que estas violências, muitas vezes, mantêm-se em segredo e as mulheres não falam nem mesmo para pessoas da família. Até porque as pessoas podem exigir uma atitude que a mulher não está pronta para assumir.

Também Almeida (1997) vai postular que a combinação entre etnicidade, local de residência e status econômico, com um destaque para a pobreza e moradia em locais populosos seriam fatores que produziriam efeitos bem mais potentes sobre a violência. O homem, em uma posição de força, tenta controlar sua parceira, utilizando-se de diferentes ordens, com o propósito de mantê-la em uma situação de inferioridade ou de obrigá-la a se comportar de acordo com os seus desejos, com as suas ordens. Para Smigay (2000), a violência de gênero

seria uma das formas de desrespeito aos direitos fundamentais, este tipo de violência apresentaria especificidades. A autora sugere que

Entre agressores e vitimados, todo um inter jogo, relacional, aprisiona os parceiros em um laço atravessado por contradições, antagonismos, paradoxos. A violência se compõe sobre uma trama de relações muito particulares, onde afetos, emoções, signos, símbolos, ancorados em relações de poder, que circulam entre os pares e que são desiguais, marcam possibilidades e saídas” (SMIGAY, 2000, p.8)

No entendimento da autora, haveria um tripé envolvendo os parceiros, em uma relação com tendências a se rotinizar e cronificar e, conseqüentemente, difíceis de serem desfeitas ou modificadas: o vínculo se estruturaria pelo afeto, pela violência e pelo erótico. Para Welzer-Lang (1998) e Smigay (2000), a violência doméstica seria sempre masculina, qualquer que seja o sexo do agressor. Essa violência opera de forma contínua, cruel e é constante. E essa violência impacta sobre os corpos, mas principalmente sobre o psiquismo, abalando a saúde mental. Smigay (2000) indaga: “[...] que teia é essa, que permite uma espécie de bordado, onde se cruzam o amor ao ódio, a dor à alegria, o fantasmagórico ao real? Smigay (2000) reitera que “[...] todo e qualquer homem oprime toda e qualquer mulher, enquanto representante de uma condição, de uma inserção, de uma categoria ou grupo social” (SMIGAY, 2000, p. 95). Não obstante, como nem todo o conhecimento é estabelecido pelas lentes do gênero, as mulheres podem oferecer resistência ao processo de exploração-dominação que se abate sobre elas e muitas têm agido dessa maneira (SAFFIOTI, 2001). A autora assegura que as mulheres sempre reagem contra o agressor das mais variadas formas. Sim. As mulheres de nosso estudo não ficaram passivas diante da situação de violência, elas dizem: “*Se pudesse arrebatava ele*”. (Bianca, 34 anos, Faxineira); “*Eu fiquei agressiva com ele também*”. (Laura, 39 anos, empresária); “*Eu chutava ele, mordida, empurrava*”. (Alice, 24 anos, Atendente); “*Eu corria muito*”. (Margarida, 48 anos, Motorista de Caminhão); “*Eu dei uma paulada na cabeça dele*”. (Fabrícia, 48 anos, Auxiliar de Serviços Gerais); “*Quebrei as coisas no carro dele*”. (Rosa, 35 anos, Fotógrafa); “*Eu bati nele também*”. (Fernanda, 32 anos, Gerente Comercial); “*Eu quebrei o celular dele*”. (Fernanda, 32 anos, Gerente Comercial); “*Eu dava soco, empurrava ele*”. (Daiana, 33 anos, Cozinheira); “*Eu olhava nos olhos dele e falava: vem, me bate*”! (Melissa, 54 anos); “*Eu enfrentava ele*”. (Laura, 39 anos); “*Eu peguei uma cadeira para jogar nele*”. (Laura, 39 anos, empresária).

Concordamos com Smigay (2000) e ressaltamos que se o homem não consegue oprimir, pelo menos ele tenta, ou seja, a falta de empatia faz com que os os homens não tenham nenhuma noção da vivência corporal e psicológica sofrida pela parceira e não conseguem

estabelecer uma correlação entre o seu ato e o dano causado, eles não se dão conta das consequências de seus atos. Não conseguem reconhecer o grau e a extensão da dor que estão impondo à sua vítima, afinal, ele é o chefe, é ele quem dirige a relação, é ele quem controla o outro e parece não saber se colocar no lugar do outro, ou seja, não tem empatia. No discurso masculino, é possível reconhecer um *continuum* e uma intencionalidade; a violência segue uma sequência: verbal, sexual, física e o objetivo é mostrar ao outro um desejo, impor uma vontade, mostrar quem manda. Os atos de violência, no entendimento absurdo e equivocado dos homens, teriam um “intuito pedagógico”, o de ensinar um certo lugar, de subalternidade e submissão, equivalentes. (SAFFIOTI, 2001, p.140).

Nas relações conjugais, o “macho social” apresentaria suas atitudes e relações violentas como “atos corretivos”. Os machos se investem de uma função disciplinar em nome de um poder e de uma lei que julgam encarnar. Os maridos “violentos” alegam que primeiro buscam “avisar”, “conversar” e depois, se não são obedecidos, “batem”. Além disso, de acordo com Femenias e Rossi (2009), a ilusão de disciplinar as mulheres “**rebeldes**” (grifo nosso) reafirmaria para o homem o reconhecimento de sua masculinidade, bem como recuperaria seu *status* diante de outros homens mais valorizados socialmente. Marques (2009) acrescenta que a agressão física e a violência seriam recursos utilizados pelos homens para impor a hierarquia de gênero e também como punição à mulher considerada por eles como “**transgressora**” (grifo nosso), ou seja, o objetivo é mostrar ao outro um desejo, impor uma vontade, é preciso mostrar quem “manda”.

Machado (2009) corrobora Saffioti (2001), Femenias e Rossi (2009) e Marques (2009) argumentando que “**corrigir**” (grifo nosso) é utilizado pelos agressores, de uma forma naturalizada, como se sempre coubesse a eles a correção. De acordo com os olhares masculinos, a correção não é só legítima, é atribuição deles, os homens acusam e fiscalizam as ações das mulheres; fazer algo não aprovado pode resultar em agressão física, para aprender e não repetir. Os atos de violência para os homens teriam um intuito pedagógico, o de ensinar certo lugar de subalternidade e submissão. É como se fosse uma forma de educar, de ditar as regras. Na fala do agressor; “*você procurou; você caçou; a culpa é sua; você me provocou; você me irritou*”. A agressão acontece em decorrência do “comportamento inadequado” de suas parceiras que faz com que estes homens saiam do sério, havendo uma minimização ou negação de que tenham tido um ato violento. As mulheres entrevistadas confirmam as afirmações dos autores acima e descrevem o comportamento e os atos de violência do companheiro, além da culpa que sentem e que é atribuída a elas pelo agressor:

Ele começou a esconder a chave do carro para eu não sair de casa...Ele falava que não me suportava mais...é muito triste apanhar de um homem...(Fernanda, 32 anos, Gerente Comercial)

Eu não podia falar nada...Ou ele me punha para fora de casa ou me batia, ou me batia e me punha para fora... Eu estava cansada de apanhar... Já apanhei até desmaiar...várias vezes...você tem que sair do serviço correndo para não chegar em casa depois dele... Ele me colocava na rua, no frio de junho...(Fabrícia, 48 anos, Auxiliar de Serviços Gerais)

Ele se achava superior a todo mundo... Ele é o dono da verdade... Ele falava que se quisesse, me destruía, destruía a minha vida, a minha carreira...Eu comecei a ter pânico de telefone... Ele não podia ver que eu estava online...Ele cortou meu cabelo com navalha... Ele queimou minhas pernas... Ele atirou em mim... Ele me chamava de velha solteira... Me mandava comer junto com os cachorros... (Heloísa, 42 anos, Fisioterapeuta)

Ele me agredia, ele me forçava a ter sexo... Ele falava que a culpa era minha... e eu acabava concordando... Até hoje, tenho o maior medo de sair de casa... Ele era muito manipulador, eu ficava sem reação... Ele me chamava de carniça, me mandava ir para o psicólogo... Eu não tinha mais forças...Eu chegava a pensar que era frescura minha... (Brenda, 28 anos, Empresária)

Eu tenho medo, muito medo dele...Começa até me dar uma fobia...De medo, eu nem peço pensão... Ele me envolvia de uma tal maneira, que no final, eu estava chorando, pedindo desculpas de uma coisa que eu não tinha feito... Ele tinha muito poder comigo... Nem deixou eu participar de minha formatura... Arrumou confusão e eu tive que ir embora... Eu me sentia culpada, eu pensava que não devia ter falado, que devia ter ficado calada...Eu tinha um sentimento de impotência, de que eu não valia nada... Eu nem me arrumava mais para ele não brigar... Eu sempre me sentia culpada... Eu achava que podia ter feito alguma coisa diferente para não chegar naquela situação... (Ingrid, 37 anos, Professora de Português)

Eu nunca sabia como ele ia chegar em casa... Ele chegava em casa, falava que eu estava com cheiro de outro homem...Se eu arrumava o cabelo, ele dizia que era para outro homem. Ele já cortou meu cabelo com a faca... Um outro dia, quebrou a casa toda... A gente sempre batia boca e depois ele me batia... Na hora dele chegar, eu passava mal, eu ficava tremendo...(Daiana, 33 anos, Cozinheira)

As brigas eram porque ele era o meu dono... Eu só podia fazer o que ele queria... Ele falava que eu não tinha para onde ir, que eu tinha que aguentar ele... Ele falava que estava me batendo, porque eu merecia, porque eu caçava... Que não precisava de eu ter feito aquilo... Ele me chamava de fedida, de macaca, de negra, vagabunda...Isso dói demais... Ele já me deixou trancada em casa, várias vezes... Depois, fui aprendendo a fazer tudo o que ele queria, para apanhar menos...(Daiana, 33 anos, Cozinheira)

Podemos observar que os relatos são fortes e cada mulher fala de sua dor e das consequências da violência em sua vida, tais como depressão, baixa autoestima, não se considerar capaz de nada, não querer sair de casa, ter medo de sair de casa, sentir-se suja, não conseguir dormir, fazer uso de medicamentos para ansiedade, depressão, insônia, ter se tornado

amarga, sentir-se impotente, “sentir dor por dentro”, considerar-se doente. A fala de muitas mulheres entrevistadas simboliza a aniquilação do feminino. Entendemos que quando a mulher busca ajuda ou faz registro, através da queixa policial, de alguma maneira, ela estaria exercendo algum poder e sinalizando que quer uma vida sem violência, que quer ter o direito de ir e vir e de conduzir sua vida da forma que melhor lhe convier. Cabe salientar que cada mulher vive sua história de um jeito bem particular. As condições socioeconômicas e ou culturais em que vivem podem se revelar frágeis, mas também podem oferecer estratégias para a sobrevivência. (PASINATO, 2006). Entretanto, haveria a instauração de um poder que manteria as desigualdades e diferenças, na sustentação dessas relações, o patriarcado estaria na base de sustentação.

Concordamos que há uma violência cotidiana, sorrateira que se abate sobre o feminino, a figura do *pater familiae* ainda permanece e exerce o mando, exige obediência, submissão; é difícil haver espaço para negociações. Para Louro (2001), a sexualidade tem sido um marcador particularmente sensível de relações de poder e a Igreja e o Estado têm mostrado, sempre mostraram, um contínuo interesse no modo como nos comportamos ou como pensamos. Louro (2001) diz usar o termo “gênero” para descrever a diferenciação social entre homens e mulheres, e “sexualidade”, como uma descrição geral para a série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas. O gênero se manteria, seria definido e regulado através de violências. Assim, perpetua-se a estrutura do poder atribuída coletiva e, individualmente, aos homens à custa das mulheres. Os homens, por outro lado, desde muito cedo, seriam levados a ações e sentimentos que reproduziriam os valores da masculinidade.

Ademais, nossas necessidades e desejos estariam profundamente entranhados em nós como indivíduos. Louro (2001) ressalta que os sentidos que damos a nossos corpos e suas possibilidades sexuais, tornar-se-iam de fato uma parte vital, essencial na nossa formação individual, não importando quais sejam as explicações sociais. A dominação masculina permanece uma característica central da sociedade moderna, muito embora, as mulheres estejam sendo participantes ativas na modelação de sua própria definição de sexualidade.

Importante considerar que na situação de violência contra a mulher, há um segredo e um silêncio que nos remetem ao antigo e conhecido ditado: “*em briga de marido e mulher, não se mete a colher*”. Isso nos exime, a cada um de nós, de ter que agir, de interferir e de deixar que os casais resolvam suas questões, mesmo que um conflito, uma briga possa acabar em morte. O ditado citado acima ainda é bem atual e é frequente as pessoas dizerem que em vida

de casal não se pode entrar, eles resolvem suas questões, ou “*roupa suja se lava em casa*”. O espaço privado confere aos homens o direito de exercer seu poder sobre as mulheres, mesmo que estas já estejam separadas deles. Mas, é necessário desconstruir isso, é necessário e urgente, interferir, é preciso “meter a colher sim!” Uma mulher do grupo relatou que uma pessoa a aconselhou que, ao invés de gritar “socorro”, gritasse “fogo”, porque, as pessoas iriam socorrer. Consideramos importante isso: há ainda outro dito popular que explica bem essa violência quando diz que “*quem dá o pão, dá o ensino*”. Ou seja, o homem acredita e faz valer que, como provedor da família, tem todo o direito de disciplinar, não só os filhos, mas também a esposa, com o objetivo de corrigir algo que, no seu entendimento, tenha sido feito de forma inadequada, o que já é uma violência em si. As mulheres entrevistadas nesse estudo se remetem às falas dos companheiros, quando eles dizem que são eles quem mandam por sustentarem a casa financeiramente, ou como interferem na sua liberdade, na sua privacidade, dentro de sua casa:

Ele fala: Eu sustento a casa, então quem manda sou eu! (Melissa, 54 anos, doméstica)

Ele tinha que ficar me bancando, mas me jogava as coisas na cara, o tempo todo... Acho que as tarefas podem ser divididas, só se o homem não mandar na casa...Também como eu não trabalhava, ele era muito machista...Ele achava que eu não tinha os mesmos direitos, porque eu não trabalhava fora... Ele falava que era ele que mandava, porque era ele que bancava a casa...Ele me colocava regras... Roupas ele achava ruim, short não podia usar...ele não deixava...(Alice, 24 anos, atendente)

Ele me colocava pra fora de casa nas noites frias de junho... eu ficava andando pelas ruas a noite toda... Eu não podia fazer nada na minha casa, depois de um dia de trabalho... Era ele que mandava...(Fabrícia, 48 anos, Auxiliar de Serviços Gerais)

Ele se acha superior a todo mundo... Bate tanto nos filhos, que tira sangue... Se eu entrar apanho também...Em casa, eu tinha um sentimento de tristeza, de medo, de acontecer mais coisas... Eu tinha que fazer o que ele quisesse...(Heloísa, 42 anos, Fisioterapeuta)

As brigas aconteciam porque ele era o meu dono... Eu só podia fazer o que ele queria...Sempre que eu via que ele ia me bater, eu mandava minha filha sair... Eu acho que ele tem uma sensação de posse... Ele já saiu e me deixou trancada em casa...Ele destruía as roupas que não queria que eu usasse...(Daiana, 33 anos, cozinheira)

Ele conseguiu tirar todo o meu brilho...Eu ficava sem reação...Eu não tinha forças para sair...(Brenda, 28 anos, empresária)

Meu direito de ir e vir foi cortado, meu direito de estudar, meu direito de ir à casa de meu pai, meu direito de sair com meus filhos... Eu perdi emprego por causa dele... Eu tinha que ir onde ele queria...Eu já fiquei dias trancada dentro de um quarto, 2 dias trancada dentro de um banheiro...Ele é extremamente arrogante e acha que está acima de tudo e de todos...(Laura, 39 anos, trabalha com congelados).

Cabe considerar que o mal-estar da sociedade contemporânea com a falta de empregos, de moradias, a desatenção à saúde, à educação, a falta de segurança levariam a violência a estar sempre retornando, não obstante os esforços da civilização em contê-la e organizá-la (MARIN, 2002).

Para Heilborn (2004), as relações entre família e sexualidade vêm passando por transformações significativas nas últimas décadas. Há um tempo, relações sexuais antes de um vínculo conjugal eram uma obrigação para o homem e um estigma para as mulheres. Dos homens, esperava-se que chegassem experientes sexualmente ao casamento, das mulheres, que chegassem virgens. Hoje, poder-se-ia dizer que a sexualidade passou por muitas alterações, mas, segundo a autora, não foi produzida ainda uma visão de liberdade. Dessa forma, os métodos contraceptivos permitiram às mulheres menos tensão, pelo menor risco de reprodução e o poder de escolha sobre a hora que querem engravidar.

A modernização dos costumes sexuais trouxe a desvalorização da virgindade feminina, o alongamento da vida sexual, o aumento de práticas sexuais aceitáveis, as carícias preliminares ao ato sexual, como um ideal de comportamento. A sexualidade vai depender de socialização, de aprendizagem de determinadas regras, de roteiros, de cenários culturais e o sexo se tornaria um meio de negociação entre os gêneros. Entretanto, de acordo com Heilborn (2004), concepções de sexo e gênero, em determinados grupos sociais, não teriam passado pela modernização de costumes. Vale dizer que a diferença de poder nas relações estaria sempre presente, sendo atribuído ao homem o papel de cabeça do casal. Os atos de agressão física, sexual, psíquica ou moral, geralmente, são recorrentes e cotidianos. Moraes e Sorj (2009) acrescentam que, nas distintas formas de agressão, as violências se fariam de acordo com as construções sociais de identificação de gênero.

Delahaie (2007) ressalta que quando há violência, ela existe desde o início da relação, mas pode levar tempo para se tornar física. Para a autora, geralmente os homens violentos declaram amar suas esposas e dizem não poderem viver sem elas, a relação vai se enredando lentamente, mas é possível tomar consciência desse drama latente. Além disso, de acordo com Gockel (2007), muitas mulheres são educadas para serem “amáveis demais”, ou seja, nunca pensam em si mesmas, são pacientes, nunca reclamam, isso porque elas têm medo, medo de não serem amadas, pontua a autora. Essa atitude por parte das mulheres facilitaria as agressões continuadas e, muitas vezes, “permitidas” como se fosse natural essa violência.

Ainda hoje, encontramos mulheres que são subservientes, que só sabem servir, agradar, obedecer. Na fala das mulheres entrevistadas: “*tem que fazer uma comidinha gostosa para o*

marido” (Ingrid, 37 anos, Professora de Português); *tem que fazer uma comida que ele goste* (Alice, 24 anos, Atendente); *“tem que cuidar da roupa dele”* (Evelyn, 51 anos, Auxiliar de Serviços Educacionais), *“tem que estar arrumada para quando ele chegar”* (Brenda, 28 anos, empresária); *“tem que saber o que ele gosta e fazer”*(Fernanda, 32 anos, Gerente Comercial) É como se tivessem internalizado esse jeito de ser, é como se não soubessem viver de outra forma. De alguma maneira, esta forma de ser foi aprendida. Pode-se notar, também, que alguns homens gostam de mulheres que obedecem, que não questionam, que são “boazinhas”. As mulheres de nossa pesquisa corroboram isso, quando dizem que aprenderam a ficar quietinhas, a fazer o que ele quiser, a ficar calada, para apanhar menos. E, reiteramos, a violência afeta as mulheres pelo simples fato de serem deste sexo, ou seja, é a violência perpetrada pelos homens que mantém o controle e o domínio sobre as mulheres.

Um dos caminhos que facilitam compreender a violência vivenciada na intimidade seria defini-la por meio da própria relação como sugere a OMS em seu relatório sobre a violência. Dessa forma, seria possível abranger o caráter dinâmico das interações humanas, buscando reunir os diversos fatores que contribuiriam para produzir comportamentos violentos, tais como os aspectos históricos e idiossincráticos de cada indivíduo e da própria relação; o universo sociocultural em que a relação se inscreve; as formas de poder e contrapoder que caracterizariam as relações conjugais; a cultura particular de cada casal; as acoplagens neuróticas que permeiam as relações amorosas; as desigualdades de ordem física; os contextos societários e os instrumentos formais e informais de contenção ou de estímulo à violência (MORAES e SORJ, 2009, p. 145).

Acrescentamos que, nesses novos tempos, com a nova ordem de governar, parece que cada vez mais a violência se afigura e se aproxima de todos nós. Com um governo machista, violento, heterossexista, misógino, preconceituoso, que estimula e incita a violência com armamento para a população, inclusive, temos a sensação de que agora a violência em geral, especificamente a violência contra a mulher, está legitimada. E, a cada dia, borbulham casos e casos em todo país em que homens matam a companheira e ou ex-companheira, de forma brutal e hedionda, além dos inúmeros casos de violência física que são mostrados diuturnamente. Isso posto, não conseguimos vislumbrar dias melhores para as relações conjugais em que há violência contra a mulher. De acordo com Machado (2009),

[...]o alto índice de mortes intencionais contra as mulheres, combinado com o conhecido caráter doméstico e familiar, quase exclusivo, destes feminicídios, indica uma crescente violência contra as mulheres”[...]parece haver uma espiral crescente em direção ao momento máximo de seu ciclo que é o ato de agressão fatal. Os dados

[...]indicam que os conflitos conjugais e familiares se situam com incidências profundamente diferenciadas por gênero entre perpetradores e agredidos (MACHADO,2009, p.165).

Vale dizer que a violência contra a mulher é crescente e teria um caráter doméstico e familiar, o que significa que esta violência partiria de pessoas conhecidas, maridos, namorados, ex-maridos, ex-namorados, pessoas da família, pessoas ligadas por afeto. Esta violência iria num crescendo até chegar à morte; a incidência de mortes de mulheres por homens cresce a cada dia. Concordamos com Bernardes (2014) que, mesmo formas leves de agressão no contexto de violência e subordinação da mulher, adquirem uma seriedade que não teriam em outro contexto. Os atos de violência, que não são graves, podem se tornar severos e debilitantes se trouxerem um contínuo ambiente de medo e de controle do qual a vítima não consegue escapar. A violência contra a mulher é singular, uma vez que existe vínculo entre os protagonistas, ela se apresenta com episódios individuais, mas em situações continuadas e a seriedade da violência deve ser avaliada pela gravidade do mal físico provocado e também pela vulnerabilidade e isolamento que se obriga à vítima. Uma causa dessa vulnerabilidade seria a normalidade atribuída à submissão das mulheres no privado em atividades domésticas. A autora salienta que o direito defendeu, por muito tempo, a faculdade de o marido castigar a mulher e que a privacidade seria como uma proteção para o domínio masculino. Ou seja, a privacidade funcionaria como uma máscara, protegendo a violência do homem contra a mulher. A violência contra a mulher “estaria enraizada na natureza das relações íntimas e na própria segurança da vida familiar”. (BERNARDES, 2014, p. 11)

Também Muniz (2017) postula que a cultura machista se encontraria naturalizada e cristalizada no imaginário social brasileiro. Esta cultura estaria entranhada em nossas práticas sociais cotidianas, desde que os portugueses aqui chegaram. Nas relações entre os colonizadores e os indígenas eram comuns assassinatos, estupros, escravizações, para a autora, “[...] essa cultura da violência de gênero foi historicamente alimentada/retroalimentada até os dias atuais, de modo insidioso, perverso e poderoso” (MUNIZ, 2017, p.39).

Muitas vezes, os homens se comportam como se fossem os donos da mulher que deve se comportar de acordo com suas leis. Se a mulher foge ao estabelecido pelo homem, ele vai corrigi-la, com atitudes violentas para que ela aprenda e não incorra no mesmo erro. Uma entrevistada relata que a violência do companheiro teve início por causa de uma blusa que ela vestiu. O companheiro não gostou, não achou adequada, disse que ela não podia usar, rasgando a blusa. Outra mulher diz que o chão da casa tinha que ficar impecável, mesmo que o companheiro entrasse a todo momento com os pés sujos. Se não estivesse do jeito que ele

queria, ele gritava e batia nela. Femenías e Rossi (2009) acrescentam que a violência contra as mulheres seria como uma pandemia mundial, no ritmo da globalização e que de cada três mulheres, uma terá sido golpeada, obrigada a sexo indesejado ou qualquer outro tipo de abuso. Essas violências seriam de seus pares, de familiares, amigos, desconhecidos, companheiros de trabalho e outros. Para as autoras, é muito difícil entender a violação, a mutilação, a tortura, como formas de castigo ou como uma maneira de disciplinar o outro.

Em nossa pesquisa de campo, participando do grupo das mulheres em situação de violência, no CREAS, pudemos observar, no relato das mulheres, que a violência do parceiro pode acontecer de forma exacerbada quando há alguma tentativa da parceira em desfazer o vínculo conjugal. Às vezes, essa violência acontecia simplesmente por ela discordar do parceiro e, muitas vezes, apenas por falar. É como se essa iniciativa colocasse em xeque o poder do macho, a sua dominação na relação, quem propõe alguma coisa é ele, a sua verdade é a que deve prevalecer. Algumas mulheres de nosso estudo ilustram esse “ não poder falar”:

Em casa, eu não falo nada; Tenho que ficar calada; Se falo, ele avança em mim, me ameaça... (Ivone, 62 anos, doméstica);

Eu ouvia ele, mas ele não me ouvia...Ele me diminuía na frente de outras pessoas...Eu não podia falar, mas eu não parava de falar... eu não conseguia parar... Parece que eu pedia pra ele me bater...Antes eu ficava me culpando... achava que eu devia ter ficado calada...A gente nunca sabe onde a pessoa pode chegar... Às vezes, nem a pessoa sabe...Às vezes, ele não quer matar...(Alice, 24 anos, Atendente);

Ele era áspero nas palavras que era o que mais me machucava...Eu chorava demais... Mas, eu não queria separar...A química era muito boa... Palavra fere a gente, fica... É muito triste apanhar de homem...(Fernanda, 32 anos, Gerente Comercial)

Ai, a gente sempre batia boca... depois ele me batia...As brigas eram porque ele era o meu dono...Eu ficava quieta, eu ficava calada, porque aí, ele parava...Eu aprendi a fazer tudo o que ele queria, não brigar, ficar calada, para não apanhar...(Daiana, 33 anos, cozinheira)

Ele é machista, bruto... Ele que manda em tudo... A mulher não pode falar nada...Ele era muito possessivo, eu não podia falar nada...Ele sempre foi um ordinário, um mandão...Eu não suporto mais passar por isso... Tá insuportável...(Daiana, 33 anos, cozinheira)

Eu não gosto que gritem comigo... Ele gritava... quebrava pratos... quebrava copos...Eu nunca bati de frente com ele... eu ficava parada... Ele gritava muito... eu ficava em pânico...Eu tinha muito medo... pavor...(Walkíria, 36 anos, Ajudante de cozinha)

Eu não sabia que o homem pra ser ignorante não precisa beber... Eu brigava pelos meus direitos...Ele não sabe conversar...Tudo era motivo pra ele ficar nervoso... Ele falava que eu mexi com ele...Eu encolhia de medo... Ele tinha muita força...(Nádia, 37 anos, depiladora, desempregada)

2. 3 Gênero e Masculinidades

Queremos ressaltar neste tópico a fragilidade e insegurança masculinas. É antigo o orgulho masculino em relação à sua condição de suposta superioridade. Entretanto, o que é muito exaltado, geralmente, não corresponde à verdade. Seria a violência uma máscara para cobrir essa fragilidade e insegurança masculinas? Importante destacar que a violência masculina varia de uma sociedade para outra. Atribui-se ao uso da força física como uma consequência natural em razão de se ter nascido com hormônios e órgãos sexuais masculinos, ou seja, faz parte da essência, da natureza masculina. É preciso desfazer este emaranhado no qual se transformou a relação entre o homem e a mulher, as relações familiares e sociais. Para Lovbond (1990) talvez nenhuma outra característica se mantenha tão fortemente quanto a dominação masculina na sociedade contemporânea.

De alguma forma, os homens seriam sempre beneficiados pelo sistema de poder que os manteriam numa situação privilegiada em relação às mulheres e outros segmentos. A força seria como uma máscara para cobrir a fragilidade e insegurança masculinas. Giddens (1993) relata que a fragilidade seria demonstrada em situações de dominação. Isso posto, propõe-se a urgência de um “novo homem” liberto dessa opressão que o exercício da masculinidade hegemônica lhe exige e que possa ser capaz de expressar suas emoções, sem ter que resolver no grito ou na força, as questões que se lhe impõem, simplesmente, sendo humano e civilizado.

O homem é educado para dominar, para estabelecer as regras que devem ser obedecidas. Entretanto, Bourdieu (1999) pontua que não haveria necessidade desse estabelecimento de regras, dessa educação, uma vez que os hábitos, o jeito de ser, seriam internalizados desde muito cedo. A identidade masculina não seria garantida pela anatomia e sim pelo pertencimento a um grupo e a determinados valores e condutas considerados masculinos. Então, Cecchetto (2004, p.76) complementa que nenhum menino “nasce homem”, mas “torna-se homem”. Só que a sociedade está se modificando, as mulheres estão tentando ser donas de suas próprias vidas, fazer suas escolhas e não tem mais se submetido às exigências masculinas. Aqui surge o impasse, embora apareçam como naturais, as relações de gênero seriam sempre construídas. A sociedade civil como um todo é patriarcal e as mulheres estariam

submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública. Ainda assim, Welzer-Lang (2001) denuncia

[...] mesmo sendo um homem, um dominante, todo homem está também submetido às hierarquias masculinas. Nem todos os homens têm o mesmo poder ou os mesmos privilégios. (...) Todos os homens que aceitam os códigos de virilidade têm ou podem ter poder sobre as mulheres (...) alguns entre estes (...) têm também poder sobre os homens. É verdadeiramente neste duplo poder que se estruturam as hierarquias masculinas. (WELZER- LANG, 2001, p. 474-475)

Então, cabe esclarecer que há também a masculinidade subordinada que se refere à dominação e subordinação entre grupos de homens, como exemplo a dominação dos homens heterossexuais e subordinação dos homossexuais. Aqueles que não portam os estereótipos de macho dominador, mas ao contrário, assemelham-se ao feminino, são oprimidos. As práticas de dominação e subordinação incluem abuso, discriminação econômica e pessoal, violência legal. A masculinidade cúmplice é ligada ao projeto de masculinidade hegemônica, mas sem incorporá-lo completamente.

Vale considerar que, mesmo o homem com toda a sua dominação, também se submete a outros homens. E, além disso, ele também tem medo, tem nojo de determinados tipos de trabalho. É como se por trás de toda essa virilidade, existisse uma resistência para enfrentar as adversidades, é como se a dominação fosse também uma forma de se proteger.

Importante ressaltar que para se ter os privilégios de ser da “classe superior”, é preciso que se carregue a parte maior dos pesos e das responsabilidades. O menino deverá se destacar nas atividades esportivas e deverá ser competente para os jogos agressivos e competitivos, deverá agir de modo viril e não ter medo de brigas; tem que ser macho, competitivo, agressivo e sofisticado intelectualmente. Além disso, existe uma preocupação de impressionar também os outros homens. Pode-se observar a hipervalorização do corpo e a busca incessante por um corpo perfeito, através da musculação, cirurgias estéticas, dietas, injeções, remédios, há um culto ao corpo, à beleza. E, paradoxalmente, não se pode esquecer também que, desde tempos remotos, os homens se destroem mutuamente, através da violência (CECCHETTO, 2004).

Desde a infância, é imposta uma série de expectativas sociais a respeito do comportamento considerado adequado tanto para homens quanto para mulheres, mas principalmente para os homens. Alguns modelos de masculinidade são mais valorizados e exaltados, enquanto outros são desprezados e subordinados, como os homossexuais. Os homens negros e os homens homossexuais são considerados como exemplos de identidade de gênero subalterna. Já o homem branco não é questionado todo o tempo sobre a sua masculinidade.

Espera-se que as relações sexuais sejam heterossexuais e que o homem tenha autocontrole, força e seja agressivo. Os sentimentos masculinos dever-se-iam ser canalizados para os esportes, para o sexo, para as lutas. A masculinidade deve ser provada constantemente. Essa cobrança e o esforço dos homens para garantirem seu lugar podem resultar em comportamentos dominadores e violentos. Não obstante, de acordo com Cecchetto (2004), alguns homens heterossexuais podem ser excluídos em função da posição que ocupam na estrutura social e econômica.

O homem viril é descrito como “naturalmente” mais agressivo que a mulher. Além disso, o homem viril geralmente é associado a imagens ou instrumentos de poder como armas, carros, mercadorias que têm um significado de prestígio na formação capitalista. Um conjunto de fatores tais como raça, classe social e geração, entre outras, possibilita uma compreensão mais ampla no sentido de que para cada contexto sociocultural, há aqueles homens que são valorizados e aqueles que são desprezados. Ou seja, a masculinidade vai diferir de cultura para cultura, em diferentes períodos e também de homem para homem. De acordo com Cortez (2006), os papéis sociais de comportamentos prejudicam tanto o homem quanto a mulher. Enquanto as mulheres têm sua sexualidade reprimida, os homens são permanentemente cobrados quanto à masculinidade e virilidade e praticamente se impede que eles vivam por completo experiências afetivas. Em pesquisa realizada com homens e mulheres, focando as representações sobre a sexualidade masculina e feminina e a relação entre gêneros, de homens e mulheres de classe popular, Salem (2004) observou no discurso dos homens que estes atribuem as diferenças entre os sexos ao fato de os homens se encontrarem submetidos a impulsos incontrolláveis, enquanto as mulheres deteriam maior domínio sobre sua sexualidade.

Os homens, na pesquisa de Salem (2004), argumentaram que os gêneros se submetem a regimes sexuais diferentes. Eles afirmam que têm mais necessidade de sexo que as mulheres, os homens separam, claramente, sexo de um lado e afeto ou vínculo de outro. Entretanto, quando exercida no contexto do vínculo, a sexualidade masculina revestir-se-ia de um significado mais relacional e não seria meramente pulsional. Nesse sentido, também a fidelidade é concebida como uma moral antes relacional do que propriamente sexual. Heilborn (2004), também em pesquisa realizada, afirma ter observado evidências de que a presença do social modelaria a identidade sexual masculina. Nos depoimentos, a autora constatou o quanto a honra e a identidade masculina são medidas pelo desempenho sexual.

A pesquisa de Heilborn (2004) também revelou que, para os homens, ter um vínculo e um compromisso, não significa ter exclusividade sexual com a parceira fixa, mas este

comportamento é esperado dela. Os limites femininos vão desde não conceder práticas sexuais específicas e/ou a recusa do sexo, as estáveis se dão ao direito de negar sexo ao parceiro. O homem saberia separar sexo e vínculo, enquanto a mulher insiste em subordinar o sexo à relação. Os homens falaram da dissimulação feminina e da vulnerabilidade masculina, e que, segundo eles, as dificuldades na relação homem e mulher estariam no encontro ou desencontro da natureza de cada um. Também está presente nas falas dos homens entrevistados, um pretenso desamparo masculino *versus* o “maquiavelismo feminino”, que justificaria a necessidade do uso da violência por parte deles (SALEM, 2004).

Cabe considerar que as concepções e vivências das masculinidades e feminilidades são constituídas por meio de interações sociais, dessa forma, a desigualdade social entre homens e mulheres deve ser vista como uma construção social. O homem, nas suas interações sociais, vai se dando conta do que é ser homem e vai se apropriando destas formas de ser, agir e pensar. Não se pode falar de um padrão, de um ideal, de um masculino universal, é preciso atentar-se para as particularidades de cada um, para a cultura, para a época, para as condições socioeconômicas. Como bem acentua Cecchetto (2004, p. 34), “é impossível generalizar, com base no sexo, na idade e na classe social, a respeito da presença ou não do etos guerreiro, bem como da adesão aos valores e, principalmente, às práticas da violência”.

Gregori (1991) sugere que para o homem voltar atrás, seria uma categoria articulada estreitamente com o ceder ou o conceder e estaria ligada em grande parte à socialização feminina, treinada para o perdão, para o sacrifício, para a ética do cuidado, esse modelo não se aplicaria a eles.

Há a constituição do casal, como um lugar de acolhida, mas também de conflito, relacionado à cobrança da exclusividade sexual e à expectativa de que a mulher deve estar sexualmente à disposição do cônjuge. Vale dizer que se o homem não for inserido na cultura, barrado em seus desejos acaba por se julgar no direito de agredir e matar o outro que lhe nega algo (LEMOS, 2009).

O homem entende que deve gerir o relacionamento (não apenas, mas também), através de violências verbais, físicas e sexuais e essa violência constitui-se como um dos componentes da construção do masculino (HEILBORN, 2013).

2.4 Masculinidade e Violência

De acordo com Schpun (2004), os atos violentos seriam considerados atos “corretivos” pelos homens autores de violência que alegam que suas mulheres não obedeceram ou não

fizeram o que deveriam ter feito, a violência seria sempre disciplinar. Cabe salientar que essa atitude por parte dos homens já é uma violência contra a mulher.

Há toda uma cultura, uma educação que, de certa forma, vê como normal esta violência. A supremacia masculina, de acordo com Saffioti (1987) perpassa toda as classes sociais, por isso, a ideologia machista, que considera o homem um ser superior à mulher, não estaria apenas na cabeça dos homens: também as mulheres acreditam nestas ideias e as transmitem aos filhos. Que paradoxo: a cultura machista ser transmitida aos homens pelas mulheres! Smigay (2000) salienta que a dominação masculina seria uma tradição cultural androcêntrica e uma das causas centrais da violência contra as mulheres. Segundo a autora, em um contexto desfavorável, com pai violento na família de origem no qual o homem está desempregado e a renda familiar é baixa, haveria uma forte e importante tendência a aderir a uma ideologia familiar patriarcal. As categorias do feminino e do masculino teriam sido construídas num solo cultural e social de longa duração. Os atos de violência não seriam vividos como ausência ou dificuldade de argumentar, mas sim como uma resposta rápida dada a um “não saber” e seriam experimentados como uma opção em função de uma lei e de um poder encarnado por eles.

De acordo com Costa (2013), haveria uma naturalização da violência simbólica da dominação masculina, que é histórica e culturalmente construída, ou seja, a dominação seria fruto de uma violência simbólica, reconhecida no imaginário social e deve ser considerada como resultado de um longo processo de construção acerca do “ser homem” e do “ser mulher”. A violência de gênero seria um exercício abusivo do poder pelo qual um indivíduo, em posição de força, tenta controlar o outro. Os homens não podem falhar e, por isso mesmo, não é fácil ser homem. Assim, o sentimento de impotência pode levar o homem à agressividade. Para isso, utiliza-se de diferentes ordens com o propósito de manter a mulher em uma situação de inferioridade ou de obrigá-la a agir de acordo com seus desejos ou ao seu mando. É comum que o homem seja violento com sua companheira e não o seja nos demais setores de sua vida, mantendo relações sociais consideradas adequadas com todos, muitas vezes, sendo visto como uma pessoa bem-educada e aprovada socialmente. Diante de outros homens, o homem não mostra a sua agressividade, a sua violência, o seu poder. Isso é retratado na fala das mulheres quando alegam que, com as outras pessoas, o companheiro é muito gentil e que não se pode imaginar no que ele se transforma e do que seja capaz. No espaço privado de sua casa, o homem se investe de poder e, pode, frente à sua mulher, impor a sua vontade.

Tavares e Nery (2012) acentuam que não só as mulheres, mas os homens também seriam prejudicados nesta relação de aparente domínio e superioridade. Os homens pagariam um alto

preço e, muitas vezes, ao invés de um privilégio, representaria uma carga muito grande em que o homem tem de provar a todo tempo, a sua “virilidade”, seja nas relações com outros homens, seja para ter sucesso na carreira profissional, seja dentro de casa como o provedor do sustento material da família. E, nem sempre, o homem consegue manter esse *status*.

Para Guimarães e Diniz (2017), os homens ficariam presos a posições de agentes e, ao mesmo tempo, também seriam grandes vítimas de um modelo tradicional, estereotipado e violento de socialização. Os autores ressaltam que os homens podem se sentirem amarrados às várias exigências sociais e, em consequência, podem perder ou tirar a vida de outras pessoas, buscando se assegurar de um sexo social, melhor explicando: os homens aprenderiam a violência através da socialização, mas ela seria reforçada pela cultura e pela sociedade. Os homens não podem falhar e, por isso mesmo, não é fácil ser homem, assim, o sentimento de impotência pode levar o homem à agressividade. O desemprego, o abuso do álcool, o estresse e diversas outras questões seriam utilizadas pelo homem como responsáveis pela violência e também como justificativas das mulheres para permanecerem na relação, com o argumento de que é preciso cuidar do parceiro, que seria considerado um doente (GUIMARÃES e DINIZ, 2017).

Muniz (2017) reitera que os atos de violência física, sexual, psicológica, moral e patrimonial contra as mulheres expressariam o exercício de poder, opressão e dominação masculinas. Seria necessária uma educação que transformasse a cultura de violência em uma cultura de respeito à diferença, de reconhecimento da diversidade, de desconstrução.

2.5 Gênero e Feminilidades

Tentou-se de toda maneira provar a inferioridade da mulher, utilizando-se, para isso, da religião, da filosofia, da teologia e também da biologia e psicologia experimental (BEAUVOIR, 1970). De acordo com a autora, a ligação da fêmea e do macho com os filhos seriam condicionadas pelo equilíbrio entre as forças produtoras e reprodutoras que aconteceriam em variados momentos econômicos da história humana. Ainda em Beauvoir (1970), a autora afirma que o mundo sempre pertenceu aos machos, que a sociedade teria sido sempre masculina, com o poder político nas mãos dos homens. As razões da opressão da mulher estariam no propósito de assegurar a manutenção do patrimônio, além da função que a mulher teria de perpetuar a família. Para Beauvoir (1967), “ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9). Bandeira (2017), cinquenta anos depois atualiza e complementa, parafraseando Beauvoir

(1967): “**Não se nasce mulher, mas se morre por ser uma mulher!**” (Grifo nosso) (BANDEIRA, 2017, p. 16). As estatísticas mostram e confirmam o quão verdadeiro é esta afirmação: morre-se muito por ser mulher, ou seja, não há nenhum destino biológico, psíquico, econômico predeterminado e sim àquilo que a civilização produz como modelo, em determinada sociedade e em determinada época. A mulher é construída. A mulher seria, então, um produto artificial que a civilização fabrica e essa sociedade espera e propõe que a mulher cumpra o papel que dela é esperado como casar-se, ter filhos, cuidar da casa, obedecer ao marido, por exemplo.

Zaluar (1981) reforça que a expressão ‘saber andar’ é bastante frequente na fala das mulheres e que significava não só conhecer pessoas que pudessem ser patrões, mas também “saber andar na rua”. Esse “saber andar” atualiza-se nos tempos modernos, quando se refere às roupas que a mulher usa e se impõe socialmente, que determinadas roupas não seriam adequadas a uma mulher “decente” e o seu uso justificaria abusos, estupros e até mortes. Essas determinações de se usar roupas “adequadas” a uma mulher “decente” são trazidas por mulheres de nossa pesquisa: “*As brigas começaram porque eu gostava de usar roupas curtas. Ele pegava as minhas roupas e rasgava*”(Walkíria, 36 anos, ajudante de cozinha); “*As brigas começaram na 2ª. semana que a gente foi morar junto. Por causa de uma blusa. Ele me mandou tirar. Eu não tirei. Ele rasgou a blusa toda. Eu voltei pra casa e tirei a blusa. A gente sempre batia boca e depois ele me batia. Eu ia para o serviço, machucada!*”(Daiana, 33 anos, cozinheira) Esse argumento seria utilizado tanto por homens quanto por mulheres, infelizmente. Na nossa sociedade contemporânea, o casamento ainda é um valor que classificaria as mulheres: ou elas são casadas, ou já foram, ou estão se preparando para casar, ou estão sofrendo por não serem casadas. Entretanto, não obstante essa importância que se dá ainda à instituição do casamento, ela vem se alterando, modificando-se e se adequando à evolução econômica e social. Cabe ressaltar que, quando as mulheres participam da produção, mesmo pertencendo às classes oprimidas, gozam de certa autonomia econômica. Entretanto, há que se apontar que o rigor dos costumes, mais que o rigor das leis oprime a mulher, tanto nos países latinos, quanto nos países orientais.

O movimento feminista, como produto da modernização do país, renasce no Brasil na década de 1970 e suas ativistas são profissionais de alta escolarização da classe média que se expõem e se sensibilizam frente ao desenvolvimento do feminismo internacional. De acordo com o feminismo, a relação entre os sexos seria construída cultural e socialmente, seria uma relação desigual em que caberia ao feminino um lugar inferior, uma atitude de passividade

frente ao mando masculino manteria essa dominação (GREGORI, 1993). É preciso atentar que as pessoas não são apenas construídas socialmente, elas se constroem. Que chegue o tempo em que mulheres e homens possam transitar no terreno da igualdade social e que a capacidade de escolher possa ser conquistada pelas mulheres, no sentido de que elas possam exercer a sua cidadania. (SAFFIOTI, MUÑOZ-VARGAS, 1994).

O feminismo levanta bandeiras que vão se inserir no bojo dos direitos individuais, reintroduzindo a equidade, a distribuição justa de direitos e de deveres, de acesso a prestígio, poder e prazer e isso supõe a necessidade de que sejam revistas as relações de opressão e de violência. (SMIGAY, 2000, p. 150) Heilborn (2004) acrescenta que sua pesquisa revelou que as mulheres fariam do casamento uma dimensão importante de suas vidas e também a elas seria reservado manter a relação. Haveria um consenso de que o ‘cuidado’ e a ‘celebração’ do casal seriam desempenhados, principalmente, pelas mulheres. Stadniky (2005) também fala da subordinação da mulher:

A subordinação da mulher ao homem é função de um discurso que se orienta pela salvaguarda dos princípios da hegemonia cultural masculina, sendo o corpo feminino uma construção que se vai adaptando aos imperativos de uma ordem falocêntrica dominante, resultando na imagem da mulher-terra. A idealização é a de uma mulher-descanso para o guerreiro, a imagem da mulher-água, fonte de frescor, água parada, passiva, amorosa, paciente e misteriosa, sempre disposta ao mais alto grau de renúncia, sufocando seu próprio desejo, enquanto aguarda a explosão do sol (STADNIKY, 2005, p.355).

Para Stadniky (2005), a literatura se nutria desses tipos de mulher, ao longo do século XIX, representando a mulher a partir dos elementos da natureza. O autor demonstra, com muita clareza, a idealização da mulher como passiva, amorosa, paciente, capaz de sufocar seu desejo e renunciar ao que lhe é importante. Há de se pensar que este tipo de mulher esteja bem distante da mulher do século XXI, que vai à luta e em busca dos seus desejos e não se deixa esmorecer, diante das adversidades. Entretanto, é importante dizer que as mulheres, independentemente de suas motivações e seus desejos pessoais, estariam em um cotidiano tensionado também pela incompatibilidade entre trabalho produtivo e reprodutivo. Ainda assim, Peraro e Borges (2005) fazem poesia e escrevem com sensibilidade a respeito da mulher:

Ao tecer, alvar, bordar, cantar, tocar um instrumento, elas ousaram sonhar. Sonharam com diferentes espaços, outros parâmetros de vida, convivência, sociabilidade e alçaram voos. Voos que hoje se concretizam, sem que muitas delas visualizem com amplitude o quão importante tornaram-se, o ingresso em uma escola de primeiras letras, o ingresso em uma universidade, ou o próprio ingresso no mercado de trabalho. E, ainda, os cuidados com o corpo, com a pele, os cabelos não mais longos e presos,

a indumentária menos presa e mais colorida e sem os espartilhos, as saias e vestidos Chanel, enfim, a liberdade de ir e vir para lugares e estações antes apenas reservados ao universo masculino (PERARO e BORGES, 2005, p.9-10).

Ou seja, a mulher ousou sonhar e esses sonhos hoje se tornam possíveis: a mulher está na faculdade, está no mercado de trabalho, a mulher se cuida, cuida do corpo, da pele, dos cabelos, que ela traz do jeito que gosta. A mulher vai para onde deseja, frequenta lugares que antes eram reservados apenas ao homem, mas, apesar do caminho trilhado, há ainda muitas barreiras a serem vencidas e a luta é contínua. É visível que as mulheres, cada dia mais, vêm ocupando espaços profissionais que antes eram ocupados apenas por homens.

Para Sorj (2005), o movimento feminista teve um grande impacto na transformação das percepções sobre as relações de gênero. Muito embora, de acordo com Gregori (1993), as mulheres ainda não percebam a subalternidade da condição feminina a que estariam sujeitas, nem tampouco o quanto são oprimidas, pois nem todas as desigualdades de gênero são percebidas como injustas.

A associação do feminino com o doméstico constituiria um *habitus* muito resistente a mudanças. Bourdieu (1989) denominou *habitus* como um conhecimento adquirido e também um haver, um capital de um agente em ação, o *habitus* nasceria justamente da interação entre o processo de socialização e o equipamento genético de que é portador o agente social. Com o conceito de *habitus*, busca-se entender como se dá a relação da subjetividade dos indivíduos com o mundo objetivo no qual estão inseridos. Para Bourdieu (1989), os dois mundos: o objetivo e o subjetivo estariam em constante relação e o *habitus* resultaria da mediação entre eles.

Então, partindo das relações de gênero, é possível compreender as atitudes, comportamentos de cada ser humano que desenvolveriam seu *habitus* a partir de sua inserção em determinada conjuntura histórica que determinaria a sua maneira de agir, de pensar e de se relacionar com os outros. Não se pode desconsiderar que a ideologia da classe dominante vai se encarregar de disseminar a sua cultura e impor seus valores, suas ideias. Esse conceito incomoda pela sua quase absoluta permanência, ou seja, por uma quase impossibilidade de mudar. (SAFFIOTI, 2015). Esse *habitus* se manteria em função da precária posição das mulheres no mercado de trabalho. As mulheres, com um melhor nível de instrução, distanciar-se-iam mais do modelo tradicional de gênero, àquele em que o papel do homem seria o de provedor do lar e à mulher ficaria responsável pelos cuidados com a família. Vejamos o que diversos autores falam a esse respeito.

Oliveira (2005) corrobora Sorj (2005) e Gregori (1993), postulando que o modelo de família homem/provedor e mulher/dona de casa em tempo integral refletiria a assimetria sexual, quando todo o poder é centralizado no homem. Esse modelo seria o *locus* preferencial da dominação masculina. Não obstante, a autora observa que uma parcela representativa da mulher cônjuge não estaria mais cumprindo na hierarquia familiar de gênero, o papel subordinado. Para Oliveira (2005), hoje, haveria um tipo diferente de dominação de gênero, que seria distinto daquele exercido durante a sociedade patriarcal, uma vez que as mulheres estariam, cada vez mais, integradas ao espaço público. Picanço (2005) indo neste mesmo viés, argumenta que estaríamos “em processo” que estaria havendo um deslizamento de valores mais tradicionais sobre o que seria homem e mulher na sociedade contemporânea. Para a autora, “estar em processo” seria tornar as desigualdades entre homens e mulheres menos agudas, apesar de, no Brasil, ainda haver muito a fazer. Isso posto, é possível dizer que as desigualdades entre homens e mulheres estejam ainda “em processo”, caminhando em direção à igualdade, mas é preciso ressaltar que a distância é grande e a caminhada é longa. Cada sociedade, de acordo com Pasinato (2006), acaba por disponibilizar conceitos normativos, representações sociais que são veiculados através da educação, da religião, da ciência, de instituições sociais tais como família, escola, mercado de trabalho, entre outros e que vão contribuir para que se reproduzam papéis sociais, valores, atitudes, comportamentos que serão compartilhados por homens e mulheres.

Não se pode pensar, atualmente, em cidadania, democracia, desigualdades sociais, mudanças na organização da família, formas de trabalho sem se referenciar nas mulheres, na constituição deste novo sujeito social e na construção pelo discurso feminista de uma nova forma de dominação, a de gênero (MORAES e SORJ, 2009). Brumer (2009) salienta que gênero não se limita às mulheres, mas, na maioria das vezes, às categorias que estão nas posições mais baixas das hierarquias estabelecidas entre mulheres e homens, entre homossexuais e heteros. Essas categorias se entrecruzariam com grupos étnicos, raça, classes sociais, habitantes de determinados lugares, categorias etárias, profissões e ocupações. Também Henning (2015) se preocupa com os marcadores sociais da diferença como gênero, sexualidade, idade, geração, raça, classe social, que para o autor, estariam entrelaçados. Para Brumer (2009), em consequência da globalização

[...] ocorrem profundas transformações estruturais e organizacionais nas sociedades, que afetam suas populações, entre as quais se encontram a precariedade e a precarização do trabalho, as características da família e seu lugar na sociedade, e as relações entre diferentes grupos e categorias sociais (BRUMER, 2009, p. 15).

Podemos afirmar que essas mudanças impactam as relações, nas características da família e nos papéis de cada um na sociedade. Conto (2013) ressalta que a luta deve ser por uma nova concepção de igualdade, igualdade que se apoie na diferença, mas sem hierarquia e assinala que as mulheres não seriam inferiores aos homens, mas também não seriam iguais. Para a autora, as mulheres seriam mais intuitivas, sensíveis, empáticas, enquanto os homens seriam marcados pela agressividade e competitividade.

À guisa de concluir, ressaltamos que o movimento feminista teve um grande impacto na transformação das percepções sobre as relações de gênero. Entretanto, estas mulheres ainda estariam em um cotidiano tensionado pela incompatibilidade entre trabalho produtivo e reprodutivo. O modelo de família homem/provedor e mulher/dona de casa ainda é bastante atual, refletindo a assimetria sexual, quando todo o poder é centralizado no homem. Não obstante o caminho trilhado, ainda há muitas barreiras a serem vencidas e a luta é contínua, a distância é grande e o caminho é longo. Parafraseando Picanço (2005), estamos em processo. As desigualdades entre homens e mulheres vem diminuindo muito lentamente e os valores tradicionais estariam deslizando e sendo substituídos por outros em que haja o respeito às diferenças e se caminhe para a igualdade e a equidade.

CAPÍTULO 3

SOCIALIZAÇÃO DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DENTRO DA FAMÍLIA

A vida privada, hoje, ocupa diferentes espaços e apresenta diferentes formatos que são designados ainda por família porque é onde se instala como o lugar da intimidade, da vida privada e tem um papel central na vida das pessoas, nas sociedades ocidentais contemporâneas. Vale dizer que a família é uma instituição histórica e está em permanente transformação. A transformação é contínua e não acontece sem que haja conflitos internos. Há resistências ao autoritarismo, à violência nas relações familiares. Ao longo do tempo, as famílias são sempre plurais e apresentam configurações diversas. Muito embora, não obstante essa diversidade, um modelo hegemônico de família, insista em permanecer no imaginário social. O casamento continua a constituir uma opressão para ambos os cônjuges, embora a sua forma tradicional venha sofrendo modificações, já salientava Beauvoir (1967). A afirmação da autora, feita há 50 anos, parece não ter sofrido alterações, o casamento hoje seria a união de duas individualidades autônomas, que se unem por livre e espontânea vontade, que têm obrigações recíprocas e o divórcio pode ser obtido por uma ou outra parte. Aqui, o sentimento não dependeria de nenhuma palavra de ordem externa. Deveria ser assim, mas não o é.

Vamos traçar um curto percurso pelo qual passou a família, ao longo do tempo, buscando ressaltar que a opressão do sexo masculino sobre o sexo feminino acompanhou as relações e quase sempre esteve presente. Ariés (1973) salienta que a partir do século XIV, assistimos ao desenvolvimento da família moderna com uma degradação progressiva e lenta da situação da mulher no lar. No século XVI, a mulher casada torna-se uma incapaz e nada pode fazer sem que seja autorizada pelo marido ou pela justiça. A autoridade do marido tornava-se maior. Durante muito tempo, o casamento foi apenas um contrato. A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental. De acordo com Therborn (2015), as relações de poder estão inscritas nos direitos e obrigações dos membros da família. Autoridades políticas, organizações religiosas e a legislação estatal sempre determinaram os direitos e deveres na privacidade da vida familiar. De acordo com o autor, os sistemas familiares podem ser entendidos como geoculturas, ou seja, deve-se tratá-los como instituições ou estruturas que tirariam suas cores dos costumes e das tradições, da história, da cultura de uma área particular. Deve-se também relacioná-los aos padrões do poder político, haja vista a importância do poder na sustentação e na mudança das instituições sociais. A monogamia teria sido a primeira forma

de família, que se fundamentava em condições econômicas, uma vez que os casamentos continuavam sendo de conveniência e teria surgido sob a forma de subjugação de um sexo pelo outro, proclamando, dessa forma, o conflito entre os sexos. A primeira divisão do trabalho teria sido a que se fez entre o homem e a mulher na procriação dos filhos. A primeira oposição de classes coincidiria com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classe seria a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino. (ENGELS, 1891). Morgan, citado por Engels (1891), salienta que a família, de modo algum, fica parada, à medida que a sociedade avança, a família também evolui e passa a uma forma superior. Mas, entendemos que, mesmo com os avanços, a família contemporânea ainda continuaria bem ligada ao sistema conjugal de tempos mais remotos.

Na leitura de Corrêa (1981), seria importante avaliar os diversos modos pelos quais se articulariam entre si as formas econômicas, políticas e sociais nas diversas áreas de ocupação da sociedade brasileira, antes de se falar de um modelo que abarcaria todas as áreas de relacionamento social. A autora sugere que haveria no mesmo espaço social, diversas formas de organização familiar e tentar-se-ia todo o tempo inventar formas de aguentar ou de fugir da dominação. Azevedo (1985) discorre sobre uma educação diferenciada em que se fabricariam machos e fêmeas, um processo psicossocial que se desenvolveria de forma intencional, através da escola e de forma não intencional, através da família, da igreja, dos grupos de vizinhança e amizade, dos meios de comunicação de massa. Ou seja, na escola, na família, nos grupos de amizade, através da mídia, cada um aprenderia quais seriam os modelos de homem e de mulher e o que seria permitido, proibido e esperado de cada um deles. As mulheres entrevistadas não souberam falar sobre essa aprendizagem recebida, entendemos que pode ser que esses modelos estejam internalizados de uma forma que a pessoa aja naturalmente, sem que o perceba.

A família é representada como a instituição pilar da sociedade, é o lugar do aconchego, da segurança, da afetividade, mas tem sido também o espaço da violência. Ainda assim, Côrtes (2008), denuncia que o espaço familiar não tem se configurado como um espaço harmônico, isto porque as interações que ali acontecem, estariam entrelaçadas e imbricadas por três contradições básicas: o gênero, a raça/etnia e a classe social. E, o mais importante, de acordo com o imaginário social e a tentativa de preservação da instituição família, a mulher é considerada como a responsável por seus problemas, sendo incumbida de buscar a solução para eles. A família seria o primeiro modelo de socialização e deveria se constituir como um modelo positivo para a criança uma vez que o registro de suas primeiras experiências emocionais surge

das relações de afeto com os pais e formariam matrizes psíquicas determinantes na sua visão de mundo e de si mesma.

O matrimônio seria condicionado pela posição social dos noivos e seria **sempre** (grifo nosso) um casamento de conveniência. A monogamia teria surgido para concentrar grandes riquezas, nas mãos de um homem e a seus filhos, por herança. A nova sociedade civilizada, a sociedade de classes não seria outra coisa que não o desenvolvimento de uma pequena minoria às custas de uma grande maioria explorada e oprimida. Esta sociedade continuaria nesse formato hoje, mais do que nunca. De acordo com Almeida et al (1987), a literatura define a família brasileira como resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, que teria gerado um modelo que teria na sua essência, tendências conservadoras e características do patriarcado. Mas, a autora ressalta que caracterizando a família brasileira, nesse modelo, como um todo, não se consideram as variações ocorridas em decorrência do espaço, dos diferentes grupos sociais e do tempo, na organização da família. Para Samara (1987):

Mergulhar no passado buscando reconstituir a família é enveredar por muitos caminhos, é o encontro de uma gama variada de composições ora simples, ora complexas, que vão da unidade conjugal à extensa, do grupo de sangue ao núcleo doméstico, que agrega relações não formalizadas apenas pelo parentesco. (SAMARA,1987, p. 31)

Segundo Samara (1987), uma análise da família brasileira deve considerar os aspectos da historiografia recente, a pluralidade de organização e a própria representatividade do casamento, que seria uma opção para somente uma parcela da população. Há que se atentar também para a questão da bastardia, dos concubinatos, das uniões esporádicas que mostrariam visões bem mais realistas do modo de vida e do comportamento no passado. Para Samara (1987), de um lado estariam o casamento, a moral, a submissão e a castidade da mulher; em outro lado, vê-se o alto índice de ilegitimidade, a falta de casamentos e a insatisfação feminina mostrada nos testamentos e nos processos de divórcio. E, “[...] a estrutura da família varia não só de uma sociedade para outra, mas também de uma classe para outra, numa mesma sociedade”(SAMARA, 1987, p.34). A autora questiona a demasiada ênfase que se dá à autoridade do marido e à dependência da mulher, no período colonial e se pergunta se teria havido esse ideal de passividade feminina, uma vez que verificou testamentos e processos de divórcio, de mulheres de diferentes níveis sociais que levaram para o casamento tensões provocadas por insatisfação ou rebeldia.

Mulheres divorciadas conseguiam a tutela dos filhos, a parte que lhes cabia no patrimônio e casamentos arranjados pelas famílias eram desfeitos, no princípio do séc. XVIII.

No século XIX, havia divergências com relação à submissão da mulher e ao ideal de castidade. De acordo com Therborn (2015), o homem de família, provedor, administrador de sua propriedade, tornou-se a norma do século XIX. Ele era a pessoa do sucesso e da respeitabilidade, muito apoiado pela lei religiosa e pela opinião pública. A escola pública era comprometida com a inculcação de valores patriarcais nos alunos, tais como disciplina, obediência, no sentido de sustentar as normas patriarcais existentes. As mulheres eram consideradas como sustentáculos importantes, até mesmo cruciais das normas, como portadoras da “civilização” e das boas maneiras. Ainda que permanecesse a autoridade nas mãos do marido, os valores tradicionais eram burlados e havia um distanciamento entre a norma e a prática. (SAMARA, 1987, p. 35). Mas, a procriação estava sujeita a sanções e era alvo de recriminação no nível social e religioso, que às vezes, se confundiam, se não fosse dentro do casamento. As rodas, espaços que acolhiam os ‘filhos do pecado’ salvavam a mãe, o filho e a sociedade e preservavam a ordem social. Os higienistas concebiam a mulher como frágil e passiva e esta era direcionada ao casamento e à maternidade, a mulher vítima do homem.

Neste mesmo viés, Almeida (1987) fala de uma família patriarcal rural escravagista, poligâmica, em cuja ética estaria registrado que às mulheres brancas reservava-se a castidade e depois a fidelidade enquanto aos homens todas as relações sexuais ativas são possíveis e desejáveis. A autora fala da família patriarcal como uma espécie de matriz que permearia todas as esferas, do social, da política, das relações de trabalho e poder, nas quais preponderava nos contratos de trabalho o favor e a alternativa da violência, muito mais que a ideia de direitos. No século XIX, a família rural que agora estava nas cidades teve poucas modificações, mas continuava a dominar a ideia sobre o patriarcalismo. Almeida (1987) denuncia:

[...] a família patriarcal na Antiguidade Clássica, família em que esposa e filhos compunham, juntamente com os escravos, agregados, gado e todos os outros bens móveis e imóveis, o patrimônio do pater famílias[...] pela instituição da escravidão, a propriedade de seres humanos. A sexualidade passava sobretudo por fora dessa família, realizando-se com as diversas categorias de amantes e prostitutas, [...] ou com outros rapazes[...]. (ALMEIDA, 1987, p. 58)

Com o Cristianismo, uma nova moral transforma a família patriarcal e o exercício do sexo tornara-se um mal absoluto, sendo tolerado apenas pela necessidade de continuar a espécie. É valorizada a castidade e a continência sexual. Os eixos norteadores do comportamento feminino são obediência, passividade e silêncio. Um parâmetro é reforçado ao longo de muitos séculos pela Idade Média adentro: **a recusa do prazer** (grifo nosso). Para se

preparar para a continência sexual, não se podia comer, não se podia beber, não se podia dar conforto ao corpo.

Com a Reforma Protestante, o sexo torna-se menos pecaminoso e comer e produzir outras atividades consideradas naturais agora poderiam ser feitas, desde que estivessem a serviço de Deus. Entretanto, o mundanismo iria contra essa visão da igreja e o lado do prazer imediato, o conhecer por prazer se estabeleciam. A mulher aristocrata assume o prazer sexual, quase em igualdade com o homem, desejando ocupar os lugares ocupados pelos homens, nas artes, nas ciências, no mundo da política e rejeita a maternidade, a amamentação, a criação e a atenção afetiva dos filhos (ALMEIDA, 1987). De acordo com Velho (1987), existem vários tipos de família e sistemas variados de parentesco. Família e parentesco se relacionam, mas são diferentes, entretanto, haveria modelos básicos de organização que se expressariam em tipos de famílias. A família nuclear seria o lugar do ‘sufoco’: pais, filhos, uma unidade isolada, sem capacidade de estabelecer relações de sociabilidade com outras unidades. Velho (1987) pontua: “[...] a família é uma instituição fundamental no processo de socialização da subjetividade. Ela será de algum modo construída, elaborada ou desenvolvida[...] a família é uma instituição privilegiada”. (VELHO, 1987, p.80)

Velho (1987) acentua que uma posição mais radical da antipsiquiatria “[...] considera a família nuclear como um mal, algo negativo, na estrutura social” (VELHO, 1987, p. 81). Velho considera que na sociedade brasileira não existe uma família brasileira, uma vez que há diferenças relacionadas à classe social, ao grupo de *ethos*, tradições regionais, grupo de status. O autor argumenta que não existe a família patriarcal de que fala Gilberto Freyre, existe uma memória e a sociedade mudou e a família também. A família teria um alto grau de estabilidade; a família organiza a sociedade.

No século XIX, a família é intimista, reduzida ao pai, mãe e alguns filhos, vivem sós, sem criados, agregados e parentes na casa. A mulher, mãe por instinto, abnegada é o canal da relação entre os filhos e o pai, que só se faz presente para exercer a autoridade. A família continua patriarcal, quem comanda é o pai. De acordo com Almeida (1987), a família conjugal atual surgiu da família patriarcal, uma família que se originou de “*famulus*”, escravo e, por isso, um de seus traços fundamentais é o pátrio poder ilimitado do pater famílias, um poder de propriedade. Houve uma transição da pré-monogamia para a monogamia, a mulher passou a ser entregue incondicionalmente ao poder de um homem, com o propósito de garantir a sua fidelidade e também a paternidade dos filhos; até se o homem matasse a mulher, estaria exercendo o seu direito. Os laços do casamento monogâmico já não podiam ser rompidos

facilmente, por qualquer das partes. Só o homem pode romper e repudiar a mulher e a ele é concedido o direito à infidelidade conjugal.

Fazendo uma leitura dos autores citados anteriormente, Barsted (1987) vai argumentar que no discurso legal sobre a família, só está o modelo da família patriarcal, monogâmica e nuclear que atravessa as mudanças sociais e as épocas. E que

A família estruturada pela legislação brasileira[...] é a codificação de uma visão de mundo das elites dominantes, preocupadas com a legitimação, em termos legais, dos laços familiares, com a definição do poder marital e paterno, com a legitimação da prole e a regulamentação do patrimônio. (BARSTED, 1987, p. 104)

Barsted (1987) ressalta que o Código Civil, de 1916, trazia uma concepção de família composta por pai, mãe e filhos, como núcleo fundamental da sociedade. É o homem, o chefe ao qual estariam subordinados a mulher e os filhos. Da Matta (1987) acentua que a família constitui também e principalmente um valor, a sociedade brasileira a coloca como uma instituição fundamental à vida social; a família seria um grupo social e também uma rede de relações. Para o autor, pertencer bem ou mal a uma ‘família’ tem mais significado que ter ligações com pessoas e instituições. Não fazer parte de uma família mais ou menos importante dificulta a realização de coisas em certos ambientes. Pode-se observar que a proposição de Da Matta (1987) continua bem atual e bastante presente na sociedade contemporânea. Esse pertencimento de que o autor fala determina sim dificuldades ou facilidades para as pessoas no sentido de resolver suas questões diárias. Dependendo da família a que se pertence, não é preciso fazer muito esforço, tudo fica mais fácil, muito mais portas se abrem. Isto se reflete na fala de uma mulher de nossa pesquisa quando disse que apesar dos diversos BOs que ela fizera, nada aconteceu com o marido violento por ser ele de uma família influente na cidade.

O mundo social será englobado, em alguns contextos pela mulher, em outros pelo homem, entretanto, é sabido que tudo que se relaciona à casa é feminino e deve ser feito pela mulher, o que pertence à rua, que fala de economia, de política, de formalidades é masculino. O modelo de família patriarcal ainda permanece como uma maneira de revelar sucesso e domínio e a família moderna é cercada de diversos agregados. Não haveria mais escravos, mas empregados de todos os tipos, como era no passado, gozando de lealdade e intimidade junto a família dominante. Pode-se ter várias famílias, a do emprego, a de nossos parentes, a de nosso país e a formada por nosso marido e filhos, mas

Só temos uma casa. Somos senhor e escravo; patrão e empregado; homem e mulher; pai e filho, mas todos vivemos em um espaço comum que é o da nossa casa. [...] “ a

família é tudo e vale por tudo[...] Ela é banco e escola, agência de serviço social e igreja, consultório médico e partido político, máquina de controlar o tempo e lugar onde temos cidadania perpétua, restaurante de luxo e local onde sabemos ser amados incondicionalmente. (DA MATTA, 1987, p. 132-136)

A partir de 1970, de acordo com Barsted (1987), houve uma grande alteração no direito sobre a família. O Ministério da Saúde passou a se preocupar com questões da natalidade, planejamento familiar, com as questões de reprodução e saúde. Entretanto, o aborto continua sendo crime, exceto em casos de estupro ou a gestante corra risco de morrer. Oliveira e Bruschini (1992) acentuam que o casamento seria, para muitas mulheres, uma forma de escapar ao autoritarismo e à violência vividos na família de origem. De acordo com Therborn (2015), o casamento afetaria dois outros aspectos da sociedade: o status social e a formação dos domicílios. O casamento seria um mecanismo importante para estabelecer o status social dos adultos. Seria uma saída imaginada em direção a uma vida melhor, na qual o homem é visualizado de forma idealizada, um pouco como príncipe encantado e bem diferente do pai opressor, quando a mulher sonha em ser diferente da mãe oprimida. Constatamos que essa visão do casamento e do homem como príncipe que a carrega no colo ainda é bem presente no imaginário das mulheres em situação de violência que nos contaram sua história. Giddens (1993) fala do amor apaixonado que conflitaria com as rotinas cotidianas. O amor apaixonado teria uma qualidade de encantamento e seria tão invasivo, tão forte que levaria os indivíduos a ignorarem suas obrigações habituais. De acordo com o autor, sob o ponto de vista da ordem e do dever sociais, o amor apaixonado seria perigoso. Além disso, muitas mulheres viram no casamento uma possibilidade de saírem da casa paterna, de romperem com o domínio do pai. “*Eu me casei mais para sair da casa dos pais*” (Walkíria, 36 anos, Ajudante de cozinha) “*O meu sonho, era meu marido me carregando nos braços, até o quarto*” (Evelyn, 51 anos, Auxiliar de Serviços Educacionais)) *Só que não!*

A inserção social da família de origem, a infância, a educação e as condições materiais de vida vão compor grande parte do pano de fundo sobre o qual se tecem as histórias individuais, seria como um bordado sobre uma tela (SMIGAY, 2000). É preciso ressaltar que, desde a infância, há a imposição de um modelo de masculinidade pré-concebido. É bastante utilizada a tese de que a presença de um padrão violento na família de origem, seria tomado como referência e repetido, imitado. Muitas vezes, conforme os autores discutidos neste trabalho, as pessoas se apaixonam, envolvem-se e perdem a sua racionalidade, esquecem-se de seus compromissos cotidianos, não respeitam as regras e querem ficar com a pessoa amada a qualquer custo, esse amor tem urgência. Essa loucura pode levar a escândalos e a tragédias, isso

acontece com mais frequência, quando esse envolvimento sem medidas não é correspondido e a pessoa não aceita isso. Há muitos homens que não sabem receber um não.

Também Smigay (2000) salienta que a literatura já apontou que haveria uma forte tendência entre as mulheres ao perdão, a relevar os erros e a inabilidade do outro, como consequência de uma socialização de gênero que as treina para a aceitação incondicional para proteger aquele que falha, aquele que é incapaz, aquele que requer cuidado. A autora destaca:

O cotidiano permeado pelo desamor, pelo autoritarismo, pelas pequenas e grandes violências, destrói mitos, abala a autoestima do agredido e o leva a diferentes graus de depressão, que não favorecem, necessariamente ações positivas, saídas efetivas do ciclo de violência (SMIGAY, 2000, p.211)

As falas das mulheres entrevistadas corroboram Smigay (2000) quando tentam explicar como se sentem após o relacionamento de violência:

Um homem que me deixava sozinha em casa, com um filho pequeno e saía para jogar a valer, beber e só chegar de madrugada...Desde que eu me casei que ele era impotente... ele não me falou...Não tenho nada de bom no relacionamento...Depois das agressões eu senti só que o meu amor acabou...Não tenho vontade nem de sentar perto dele...Eu tenho medo de acontecer alguma coisa...Hoje, eu tomo remédio para pressão alta, para depressão, para dormir... Mesmo assim, não tenho conseguido dormir...(Ivone, 62 anos, doméstica)

Além do alcoolismo, ele tinha vício do jogo também... ele perdeu muito dinheiro... Já ficamos até sem ter o que comer dentro de casa...Eu ia atrás dele... eu brigava com os homens que estavam com ele... Eu fiquei com a pressão alta, ela chega a 20... tomo 3 medicamentos...A glicose também é alterada...Abalou muito o meu psicológico... eu fiquei nervosa demais... ficando nervosa, a pressão sobe...Mas, eu amo ele com os defeitos dele...A pior coisa que tem na face da terra é você ser acusada daquilo que você não fez...Eu escondo... eu tenho muita vergonha dos vizinhos...Às vezes, eu sinto muita angústia, me sinto fraca, sem forças...O que eu vivi fez uma ferida... qualquer coisinha arranca a casca...(Melissa, 54 anos, doméstica)

Eu estou tomando remédio para o stress...Eu acho que fui uma boa esposa, até demais... O cheiro dele me faz mal, me enjoa...Eu tenho um sentimento de ódio...eu tenho ódio profundo dele...Essa violência é a pior coisa do mundo, depois da morte...Está fazendo um ano que estou separada e até hoje não recebi a pensão...(Daiana, 33 anos, cozinheira)

Eu tenho muito receio, muito medo dele... chega a me dar até uma fobia...Eu fiquei com medo... não pedi a pensão...Hoje eu vejo que era um covardia... Eu me sentia culpada...A maior dificuldade para sair desse relacionamento, foi sair da depressão...Parece que as pessoas acham que você é culpada, pela forma que te olham... inclusive na Delegacia de Mulheres...Esse momento de angústia, de depressão...Você se sentir incapaz, isolada... Passou pela minha cabeça fazer uma besteira...Eu pensei em chegar a desistir...Hoje, eu sinto que estava me afogando e que consigo agora dar uma respirada...(Ingrid, 37 anos, Professora de Português)

Logo depois que eu me separei, ele cortou os pulsos, depois se enforcou...Ele deixou uma carta falando que não salvei uma vida... que eu deixei ele morrer...Eu senti muito ódio... Eu tentei suicídio várias vezes...Eu me tornei uma pessoa muito amarga... Eu sinto dor por dentro...Eu tenho medo das pessoas... Eu acho que alguém vai me pegar... Eu fico muito angustiada...Se falar alto comigo, eu fico apavorada...O medo

toma conta de mim...Eu tenho pensado muito em suicídio... Minha cabeça está virada para o suicídio...(Walkíria, 36 anos, Ajudante de cozinha)

Eu saí de casa um monte de vezes... Eu saía, ia pra casa de minha mãe e depois voltava...Minha família acha que eu tenho que voltar pra ele...A Lei Maria da Penha acabou me prejudicando porque não posso entrar na minha casa...A mulher tem que saber... Desde que começa o namoro, a gente já vê... Homem não muda...Hoje, não sei o que é pior: morar com meu marido e sofrer todos os tipos de violência, apanhar quase todos os dias, mas ter o que comer, ser a dona do dinheiro, ou morar com minha mãe e não ter liberdade nem para me alimentar, ter que deitar com fome e rezar pra dormir...(Nádia, 37 anos, depiladora, desempregada)

Smigay (2000, p. 211) acrescenta que “as relações conjugais seriam articuladas em torno de permanentes conflitos, tecidas em uma trama que forma laços, redes, onde se desfazem e refazem esperanças”, ou seja, haveria quase uma impossibilidade de se compreender o que acontece nas relações conjugais. Cada relação teria as suas idiossincrasias, mas subentende-se que a assimetria estaria sempre presente. A autora se pergunta se as relações amorosas se fundariam justamente sobre as fragilidades e pontua que talvez seja o se defrontar com o outro frágil, que demanda cuidados, proteção, o núcleo organizador do vínculo.

A autora fala também de um tipo de amor que ela denomina “instrumental” que seria aquele em que se mantêm ganhos, aquele que oferece segurança material, econômica, ordenação do cotidiano, divisão de tarefas e responsabilidades e ou asseguração da vida sexual. O componente utilitário seria seu traço mais marcante e este modelo sustentaria uma parcela significativa de casais. Mulheres seriam, de certa forma, empurradas para buscar e manter um companheiro, sem grandes investimentos afetivos e eróticos, mas tendo assegurado um provedor.

Nossa pesquisa corrobora o que fala Smigay (2000) quando as mulheres afirmam: “*Meu medo de separar era passar o que estou vivendo agora, sem ter onde morar, sem ter o que comer*”(Daiana, 33 anos, cozinheira), ou “*não sei o que é pior, apanhar, mas ser a dona da casa, ter controle sobre o dinheiro ou morar na casa de minha mãe e ter até que dormir com fome, além dos olhares de ódio e das indiretas*”(Nádia, 37 anos, depiladora, desempregada) “[...]ninguém sabe... nós somos obrigadas a voltar...”(Laura, 39 anos, empresária) “[...] ele joga na minha cara o tempo todo, que ele construiu a casa, que os incomodados se mudem...”(Bianca, 34 anos, faxineira)

Para Marin (2002), haveria na família uma dinâmica, pretendendo dar conta de toda a angústia que pode ser e é suscitada no processo de socialização de qualquer ser humano. Seria necessário reconhecer em cada um, suas necessidades, suas fraquezas, sua impotência, e procurar encontrar formas de satisfação de seus desejos, mais aceitáveis. Mas, é preciso permitir

que os sujeitos se responsabilizem por seus atos e possam encarar sentimentos negativos, normalmente negados. Entendemos que cada mulher, ilusoriamente, buscaria no relacionamento amoroso satisfazer as suas necessidades, os seus desejos, como se esta relação pudesse ter um significado de completude, de felicidade plena. Parece haver no imaginário dessas mulheres, o casamento representando um “felizes para sempre”, como nos contos de fadas, ouvidos na infância. Com relação à família, Uziel (2004) assegura que desde a Constituição Federal de 1988, ratificada pelo Código Civil, reconhecem-se da mesma maneira tanto famílias formadas por pai e mãe, ou apenas um deles e seus descendentes. Segundo a autora, na definição de família monoparental, estaria incluída a presença de uma criança na casa, e, geralmente, a guarda estaria com a mãe, uma vez que os lares de homens solteiros, separados ou viúvos, não seriam considerados lares familiares, o que já vem sendo modificado.

A estigmatização das famílias formadas por apenas um membro diminui na medida em que a concepção de família é ampliada, passando a incluir como entidade familiar, da mesma maneira, casais legalmente casados, em união estável ou solteiros. Para Uziel (2004, p.89), “[...] família é um conjunto de indivíduos aparentemente ligados entre si – seja pela aliança (o casamento), seja pela filiação, seja mais excepcionalmente pela adoção (parentesco) – e vivendo sob o mesmo teto (coabitação)”. A família seria um princípio de construção da realidade social e este princípio seria socialmente construído. A autora argumenta que a forma mais tradicional e comum de família partiria de uma relação sexual, fundamentando-se na biologia e fantasiosamente, ofereceria garantias maiores de felicidade. A família nuclear ainda seria o ideal de família, seria a família conjugal das camadas médias, mas este modelo é minoritário na sociedade contemporânea. O casamento civil foi instituído no Brasil, logo após a Proclamação da República e a Constituição de 1891 traz o reconhecimento e obrigatoriedade do casamento. (LEONZO, 2005).

Araújo e Scalon (2005) argumentam que o modelo de família baseado nos papéis de mulher dona de casa em tempo integral e homem provedor, declinaram significativamente, ao longo da segunda metade do século XX. As autoras acrescentam também que, a partir da década de 1970, as famílias estariam ficando menores e surgiram alterações nos tipos de arranjos familiares e nos padrões de conjugalidade. Na verdade, teria havido uma grande revolução, impactando na sexualidade, nos costumes, no casamento, o que acabou por afetar de forma bastante significativa o padrão de família. As autoras salientam que também a idade média com que as pessoas se casam aumentou, muitos valores patriarcais estariam em declínio, a esposa que apenas cuida da casa e dos filhos vem declinando, o poder de escolha das mulheres

aumentou, hoje, elas podem escolher por não ter filhos ou criar filhos sozinhas, sem que isso seja considerado como uma negação de seu papel. Entretanto, “[...] no Brasil, o peso institucional do casamento ainda se faz presente. [...] Estar casado, podia significar ser ou não aceito socialmente[...] pertencer ou não a determinado grupo de status” (ARAÚJO e SCALON, 2005, p. 35). Não obstante, cabe observar também que uma parcela bastante expressiva de mulheres cônjuges, ainda continuam na condição de dependentes econômicas de suas famílias. E, a matriz cultural dominante continua a estabelecer que a pessoa de referência na família, o chefe, o provedor, ainda é o homem. O feminino continua ainda associado com o espaço privado da família. Há ainda muita discriminação com as mulheres separadas, o que também contribui para que as mulheres tentem continuar no casamento, conforme dizem as mulheres no grupo do CREAS: “*elas não respeitam a gente*” (Ana, 32 anos) “*A presença de um homem faz com que a gente seja respeitada*” (Yvone, 62 anos) “*meus pais falavam que era assim mesmo, que não era para separar*” (Berenice, 47 anos) “*Minha mãe falava que era o jeito dele, pra aguentar*” (Sônia, 42 anos) “*minha mãe dizia: casou, agora aguenta*” (Ivana, 38 anos).

Como a família está em permanente transformação, seu conceito modificou-se substancialmente, a regra não é mais a família formada por homem e mulher, ligados pelo casamento e com filhos. Com a igualdade de direitos entre marido e mulher e a proteção dos filhos, até mesmo fora do casamento, este deixou de ser o pilar da família, que hoje é constituída pela união de pessoas ligadas pelo afeto, pela comunhão de vida e parceria. De acordo com Picanço in Araújo e Scalon (2005), novos arranjos familiares estariam sendo construídos, assim como novos significados para a família, mulher e homem estariam também sendo produzidos. Cappellin in Araújo e Scalon (2005), aponta que os diferentes arranjos familiares, o reduzido número de filhos, o aumento da escolaridade, o convívio familiar prolongado entre as gerações, a extensão da educação universitária seriam os indicadores mais visíveis da transformação da família. Araújo e Scalon (2005) corroboram a ideia de que as relações familiares, sobretudo de casais, tendem a concentrar altas expectativas de afeto e autenticidade e que, de fato, a família funcionaria como um espaço de interação afetiva e de afirmação de identidades. Peraro (2005) lembra que o casamento teria surgido no Brasil como uma instituição imposta pela Igreja e pelo Estado, decorrente da necessidade de a elite dominante assegurar seus direitos patrimoniais.

Importante destacar que, de acordo com Fante (2005), o comportamento agressivo que uma pessoa apresenta, provocando sofrimentos em outra pessoa, de forma velada ou não, teria sua origem, dentre outros fatores, no modelo educativo familiar em que foi criado. A relação

afetiva entre pais e filhos vai repercutir na formação da personalidade do indivíduo e as raízes do comportamento agressivo estariam firmadas na infância, segundo Fante (2005).

Vale dizer que é no ambiente familiar que se aprende ou se deveria aprender a se relacionar com as pessoas, valorizar e respeitar as diferenças, desenvolver a empatia, adotar maneiras não violentas de lidar com seus próprios sentimentos e emoções e com os conflitos que surgem nas relações interpessoais. Tavares e Nery (2012) salientam que durante todo o nosso processo de socialização, vamos assimilando o que deve ser incorporado ao masculino e ao feminino e isto vai se refletir, para Bourdieu (1998), na maneira de se portar que seriam expressas na maneira de andar, de cruzar as pernas, de sentar-se de levantar a cabeça, de falar. A cultura vai impor à mulher uma postura recatada, comportada, com uma conduta em relação ao corpo bem restrita, enquanto ao homem caberia uma postura mais relaxada. Conseqüentemente, essas “diferenças naturais” são percebidas em todo o mundo social e vão se incorporando nos corpos e nos *habitus* dos indivíduos, funcionando como esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (TAVARES e NERY, 2012, p. 11). Para as autoras, as mulheres seriam violentadas e lhes seriam inculcados esquemas de percepção androcêntricos que as limitam e aprisionam, tanto física quanto simbolicamente, inscrevendo nos corpos a maneira de agir, de se comportar e de se submeter ao modelo culturalmente imposto.

Debert e Barros (2006) argumentam que é necessário observar os novos modelos que a família contemporânea assume e que o modelo de família nuclear não comportaria a diversidade de configurações que estariam surgindo no contexto atual. Além disso, a família seria um espaço onde haveriam conflitos que envolvem as hierarquias de gênero e de geração. O sentimento de família estaria ligado à casa, ao governo da casa e à vida na casa, pois a família seria como o primeiro refúgio em que o indivíduo se protege, quando ameaçado.

Para Cardoso (2008) e Koltai (2009), as mudanças de nosso tempo parecem todas convergir para uma degradação do laço social que se manifestaria pelo aumento do individualismo, para o fim das ilusões e para a depressão que, mais do que uma miséria afetiva, vem se transformando num modo de viver, no mal-estar da civilização atual. Estas novas formas de viver transformam o que se entende por família e sua função e atuação na sociedade contemporânea. O sujeito contemporâneo é hoje fortemente influenciado por uma cultura individualista que gira em torno do capital. A sociedade padroniza a personalidade de homens e mulheres e cada instituição, (principalmente a família) dessa sociedade vai se adequar a essa padronização. E quando a sociedade insiste em padrões de personalidade tanto para o homem, quanto para a mulher, viola a individualidade de cada um. Entretanto, a instituição do

casamento vem se alterando com a evolução econômica e social e, queremos acreditar que as mulheres já estejam se libertando gradativamente, desta imposição e procurando a sua realização pessoal e profissional, sem que isso esteja relacionado ao fato de estarem ou não casadas.

Segundo Heilborn (2009), a conjugalidade moderna seria definida como um núcleo de trocas afetivo-sexuais e haveria certo tipo de arranjo de vida cotidiana, caracterizado pela não-distinção de papéis conjugais. Haveria uma dependência recíproca entre os parceiros: “Os sujeitos podem escolher parceiros do mesmo sexo ou de sexo diferente, em mudanças sucessivas, ou podem conhecer apenas uma transição” (HEILBORN, 2009, p.80-81). Aqui, escolher-se-ia a pessoa, o parceiro e não o sexo. Essa escolha não é fixa, ela é flexível e pode ser modificada. A autora relata que a identidade social seria o conjunto de marcas sociais que posicionariam um sujeito em determinado contexto e seria também a moldura possível na qual os sujeitos podem existir e se expressar; a identidade sexual seria referida à existência de um elenco de atributos e traços, que constituiriam e classificariam o sujeito, sendo possível arrolar diversos indicadores, como idade, gênero, e determinar como ele estaria inserido na estratificação social.

Barros (2009) reitera que a família moderna se apresentaria como instituição em que as características hierárquicas das relações geracionais e de gênero, conviveriam com os elementos do individualismo moderno. A família não seria mais o espaço da harmonia, da proteção, do refúgio. Ela seria, sim, um espaço em que haveria relações de opressão, onde o abuso físico e emocional, o crime e a ausência de direitos individuais estariam bem presentes (MORAES, SORJ, 2009).

A norma estabelece para a família determinados padrões. A expectativa que se tem a respeito da constituição de família é que ela inclua duas pessoas, de sexos diferentes, como começo. Também a coabitação, para definir família seria um fator de peso. Entretanto, o ideal para que se estabeleçam relações de afeto e se consagre uma família é ainda a questão do par, mesmo que morem em lugares diferentes. Insiste-se também na necessidade de uma mulher para educar uma criança. De acordo com Adelman (2009), desde a antipsiquiatria até Foucault foi demonstrado que também a vida familiar era permeada de poder e seriam necessárias formas novas e mais sofisticadas para se pensar as relações entre o público e o privado. Reconhecendo que a vida em família tinha características complexas e conflitivas e estava ligada a outras instituições, era preciso encontrar novas maneiras para organizar a vida cotidiana e os relacionamentos amorosos e sexuais. Essa busca passou a ser o propósito de vários movimentos

sociais dos anos 60, tais como a contracultura, os movimentos das minorias sexuais, o feminismo. A autora destaca que “[...] as sociedades atuais de fato são “multiculturais”, juntando grupos étnicos e raciais e produzindo novos espaços, culturas e linguagens “híbridas”. (ADELMAN, 2009, p.209) A família teria um alto grau de estabilidade e organizaria a sociedade. O casamento seria o projeto inicial através do qual se começaria a constituir uma família, fazendo com que se comece a delinear a responsabilidade do homem, a imagem do homem de respeito, o pai de família. O casamento seria necessário para a aquisição do código masculino de sociabilidade. (SARTI, 2011)

Para Sarti (2011), diante da precariedade de serviços públicos de educação, saúde, previdência, amparo à velhice e à infância, a família é que vai mediar a adaptação ao meio urbano e à vida cotidiana dos pobres. Então, a família e o código de reciprocidade nela implícito seria um valor para os pobres. A família vai conferir ao pobre uma identidade de ser social e vai referenciar a sua explicação do mundo em que o homem é identificado como a figura da autoridade, mas a mulher também. O homem como chefe de família e a mulher como chefe da casa. Mas, o autor acentua: “ [...] diante das frequentes rupturas dos vínculos conjugais e da instabilidade do trabalho que assegura o lugar do provedor, a família busca atualizar os papéis que a estruturam, através da rede familiar mais ampla”. (SARTI, 2011, p. 70) A família, para os pobres, estaria associada àqueles em quem se pode confiar, àqueles com quem se pode contar, àqueles que retribuem ao que se dá, àqueles para com quem se tem obrigações. Aqui se desenvolvem as relações de afeto, mas não haveria relações com parentes de sangue, se com eles não for possível dar, receber, retribuir.

Novas configurações de família estão surgindo, mas, o modelo de família patriarcal na qual o homem é o centro da organização familiar, provedor do sustento ainda existe. Novas formas de conceber a família estão emergindo, como por exemplo, famílias monoparentais, famílias homoafetivas e muitas outras. A família monoparental, composta por um dos pais e os filhos e o caso mais comum no Brasil, a família monoparental, constituída por mulheres. As famílias homoparentais seriam não, necessariamente, mães ou pais biológicos de uma criança (BARROS, 2009; PIZZI, 2011). Como a família se aperfeiçoou ao longo dos séculos, pode-se supor que ela seja capaz de continuar se modificando, até que se atinja a igualdade entre os sexos, que estaria a anos-luz de distância, na visão de Macedo (2014).

Há de se compreender que cada família está inscrita em um lugar, pertence a um espaço físico e está inserida numa cultura e, de acordo com essa cultura, há as normas que regem todo o comportamento de homens e mulheres. A mulher seria socializada para comportar-se como

caça que espera o “ataque” (Saffioti, 2015) do caçador. Por outro lado, o homem seria educado para ir à caça para, na condição de macho, sempre tomar a iniciativa e, portanto, não ver com bons olhos, a atitude de mulheres desinibidas. Quando se diz que a mulher consegue tudo do marido, se for habilidosa, se souber usar o “jeitinho”, está se afirmando, na verdade, que a mulher deve ficar à sombra do homem, ou seja, a mulher deve seguir o modelo que lhe é imposto, deve disfarçar as suas qualidades, não contestar a autoridade do marido e, portanto, não entrar em competição com ele, até mesmo para manter o relacionamento. Isso se reflete na fala das mulheres dessa pesquisa:

Eu tentei fazer tudo o que eu pude: tive que sair da minha festa de formatura, não podia ir às festas de minha família. A mulher tem que dar o grito... não pode suportar o que eu suportei...Antes, as mulheres não podiam sair do casamento...Os homens hoje, fazem com a mulher o que querem...Eu fazia tudo...Eu tentei ser compreensiva, ser amiga, tentei agradar...A mulher tem que cuidar das coisas do marido...da alimentação... fazer uma comidinha gostosa pra ele...(Ingrid, 37 anos, professora de Português)

Eu resolvo tudo o que ele me pede...eu não reclamo...eu faço tudo de coração...Se eu tiver que sair, deixo almoço pronto...(Ivone, 62 anos, doméstica)

Eu faço de tudo para manter... Finjo que não estou escutando o que ele fala...O relacionamento de um casal deve ter muita compreensão...Quando a gente gosta da pessoa, a gente tem de aceitar do jeito que ela é...Uma boa esposa é aquela que está ali a todo momento, na alegria, na tristeza, na saúde, na doença, difícil...Ninguém é perfeito... Eu amo ele com os defeitos dele também... E sei que, do jeito dele, ele me ama também...Eu tento resolver as coisas no diálogo, ser uma esposa acolhedora...(Melissa, 54 anos, doméstica)

Eu tenho uma paciência de Jó...Uma boa esposa tem que ser dedicada, carinhosa...Eu acho que pus ele mal-acostumado...Se ele chegasse pra mim hoje e me pedisse perdão por tudo o que ele me fez, eu perdoava ele... eu voltava pra ele...(Margarida, 48 anos, Motorista de caminhão)

Se eu tivesse tido mais paciência com ele, a gente não teria separado...(Fernanda, 32 anos, Gerente Comercial)

Eu não sei porque eu aceitava tanto...Eu fico pensando que ele não é isso...(Heloísa, 42 anos, Fisioterapeuta)

Eu achava que estava no controle, mas agora eu vejo como eu era pressionada...e como me sentia culpada...Se eu falasse apenas sim pra ele, a gente ia viver muito bem...Mas, eu não vou aceitar mais isso de ninguém...Hoje, eu não deixo passar mais as minhas coisas não...Hoje, eu só quero se for bom...Todo homem quer determinar, mas eu não vou aceitar mais isso de ninguém...Ele tinha um ciúme doentio... Não podia olhar... não podia cumprimentar...No princípio, a gente acha bonitinho e acaba por alimentar...A gente romantiza muito... Eu estou muito cansada...(Rosa, 35 anos, Fotógrafa)

Uma boa esposa tem que saber o que o marido gosta...A esposa tem que ser empregada do marido para o resto da vida...Eu era forçada a ter sexo...Eu acabava concordando com ele e inclusive, achando que a culpa era minha...Minha família falava para relevar... teria que ficar junto...Eu achava que era frescura minha. (Brenda, 28 anos, empresária).

Entendemos que tal como afirma Saffioti (2015), as mulheres são socializadas para apresentar comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores, enquanto os homens são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que demonstrem força, coragem. Isso interfere até no fato de que seguros de automóveis dirigidos por mulheres custem menos, uma vez que elas não usam o carro como arma, correm menos e são mais prudentes. A autora acentua que, na verdade, seríamos todos, homens e mulheres, socializados para ser machistas (SAFFIOTI, 2015).

Entretanto, há de se apontar que o rigor dos costumes, mais que o rigor das leis, oprime a mulher, tanto nos países latinos, quanto nos países orientais. Isso posto, cabe destacar que a família assumiria um papel fundamental em uma espécie de arranjo discursivo, em que não forneceria apenas um modelo, mas também um conjunto de regras.

Heilborn (2004) explica que por conjugalidade deve-se entender uma relação social que se institui em um par, admitido o caráter de uma opção por uma determinada gestão da sexualidade, para a autora, “[...] a assimetria é constitutiva das relações de gênero. [...] A sexualidade e o sexo só despontam como domínios portadores de inteligibilidade em si mesmos em um contexto ocidental moderno”. (HEILBORN (2004, p.44)

Com relação à conjugalidade, Heilborn (2004), assinala que o casamento, especialmente, nos setores mais modernos da sociedade contemporânea, é caracterizado como uma escolha recíproca, fundamentada em critérios afetivos e sexuais e na noção do amor como se pode observar neste excerto “O fundamento da troca subjetiva que se dá num casal obedece à forma tipificada de conversas, de comunicação regular, de pensamentos, de expressão de emoções; em suma, de demonstração de desvelamento da dimensão interna de cada um”.(HEILBORN, 2004, p.147). De acordo com a autora, é preciso analisar os roteiros de formação dos casais, a natureza da rotina, a configuração de conflitos, os rituais de confirmação da unidade conjugal, a formatação de trocas sociais, os constrangimentos que tal laço impõe aos parceiros, os graus de autonomia, entre outros, para além e a despeito do sexo dos parceiros. A autora assegura que as gentilezas convencionais atestariam o grau de tolerância entre os cônjuges e a vida a dois condensaria um processo de educação dos sentidos quanto ao regramento de gestos e emoções.

Haveria uma área difícil na relação conjugal que seria a “distância”. A intimidade conteria expressivos aspectos de relaxamento das regras de civilidade. Intimidade e privacidade refletiriam os aspectos positivos da proximidade do casal, mas também negativos que se relacionariam à “invasão”, quando incidindo sobre a autonomia e a liberdade de cada um, esses parâmetros permitem compreender os diversos arranjos da contemporaneidade. Aparece também um contraponto ideal para os casais que é a opção de morar em casas separadas, situação essa que uniria os aspectos prazerosos e eliminaria aqueles de constrangimento. Na impossibilidade de casas separadas, pode-se pensar em quartos e banheiros individuais: “A privacidade é representada como de natureza vital para a sobrevivência do casamento” (HEILBORN, 2004, p. 155-156).

Heilborn fala de uma consequência da intimidade excessiva que representaria o desgaste da relação com relação à troca sexual:

‘Virar irmão’, é uma expressão usual que assinala ter o casamento perdido sua identidade. Tornou-se um vínculo em que há intimidade e companheirismo, mas no qual a dimensão da troca sexual esmaeceu, gerando uma crise de identificação quanto à natureza do casal. (HEILBORN, 2004, p. 162)

Às vezes, essa crise é um indicativo de separação, pois o casamento atual trata-se de um arranjo entre sujeitos em um casal, que passará ou não a constituir uma família (HEILBORN, 2004). Dificilmente, de acordo com Heilborn, (2004), em sua pesquisa, os entrevistados conseguem saber o que os mantém casados.

Podemos afirmar que as mulheres são hoje mais escolarizadas do que os homens e trabalham fora de casa, cada vez mais intensamente. Entretanto, o hiato salarial entre homens e mulheres de mesma escolaridade permanece e tende a se agravar à medida que aumentam os anos de escolaridade. A maior presença de mulheres exercendo atividades produtivas no espaço público, associada a um nível de escolaridade superior ao masculino, permitiu que as mulheres ingressassem em postos mais qualificados no mercado de trabalho.

Bijos (2004) salienta que os homens reinam soberanos no espaço privado, sendo detentores do monopólio do uso legítimo da força física, tornando o domicílio, um espaço extremamente violento para mulheres e crianças. Consequentemente, o interior de uma casa guardaria segredos de sevícias, humilhações, atos libidinosos/ estupros à posição subalterna da mulher e da criança. A autora argumenta que a entrada no século XXI e o progresso não eliminaram a desconfiança e o medo, e a mulher ainda não sabe como será seu futuro e seu papel na sociedade. Não obstante, as mulheres estariam ganhando mais autoconfiança, mais

controle direto sobre suas escolhas, opções de vida e fazendo projetos que preveem transformações profissionais e conjugais, lutando por seus direitos e pela não violência. Mas Heilborn (2004) acentua que uma das características do casal ‘moderno’ seria justamente sua segmentação quanto aos laços de parentesco, que incluiriam as famílias de origem.

Sorj (2005) vai ressaltar que o declínio da família nuclear formada por um casal e seus filhos e a ascensão das famílias monoparentais femininas, o aumento das taxas de separação e divórcio e a queda da fecundidade mostram um acelerado processo de mudanças na estrutura das famílias brasileiras”. (SORJ, 2005, p. 80) O aumento do nível de escolaridade das mulheres possibilitou novas oportunidades e um maior entendimento do mundo e delas próprias. A mulher assumiu uma nova posição nas práticas econômicas, políticas, educacionais e isso colaborou para que fossem disseminados valores igualitários nas relações de gênero. Mesmo assim, Sorj (2005) argumenta que o ideal igualitarista estaria longe de se realizar. Barreto e Canavarros (2005) enunciam que a passagem do século XX para o XXI teria assinalado uma ruptura na história da invisibilidade das mulheres. Já Pasinato (2006) adverte que o casamento vai representar uma zona de perigo para a mulher, trazendo o cônjuge, como principal agressor.

Heilborn (2009) pontua: “[...] aos sujeitos é dado um campo de possibilidades no qual suas escolhas se limitam e se atualizam, sobretudo num universo em que, fruto de sua própria ideologia, aposta-se na ideia da opção, impelindo os sujeitos a assim reagirem” (HEILBORN, 2009, p. 81). Pizzi (2011) complementa, acentuando que a expansão da escolaridade, as transformações econômicas, o processo de individuação, os processos de urbanização, a venda da força de trabalho, a mudança da posição social da mulher, comprometeram a autoridade patriarcal. Esses fatores permitiram a uma parcela representativa das mulheres serem donas da própria vida e não se submeterem mais ao domínio masculino.

De acordo com Therborn (2015, p.12), sexo e poder não são mundos distintos, mas estariam entrelaçados um no outro. O autor assinala:

A família é uma instituição social, a mais antiga e a mais disseminada de todas (...). Uma instituição é um conjunto de normas definindo direitos e obrigações dos membros e limites entre eles e os não membros (...). A família é sempre um resultado das relações sexuais passadas ou correntes: sem sexo, não há família. Mas, é um regulador das relações sociais, determinando quem pode e quem deve ou não ter relações sexuais com quem. As relações de poder estão inscritas nos direitos e obrigações dos membros da família. (THERBORN, 2015, p. 12)

As desigualdades atuais entre homens e mulheres seriam resquícios de um patriarcado não mais existente, de um patriarcado em permanente transformação. Antes, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre a esposa e filhos. Hoje, esse poder não existe mais. Entretanto, os

homens continuam matando suas parceiras, muitas vezes, com requintes de crueldade, quando esquartejam, ateam fogo, as jogam da varanda, atiram e ou as deixam tetraplégicas, etc. Cabe pensar que o julgamento desses criminosos sofre a influência do sexismo reinante na sociedade quando se levantam falsas acusações, contra a assassinada que, muitas vezes, é transformada em ré e consegue-se, através disso, absolver o verdadeiro réu. Para Saffioti (2015), o poder tem duas faces: a da potência e a da impotência e quando perpetram violência, os homens estariam sob o efeito da impotência. Salientamos que quando a mulher decide sair da relação, quando a iniciativa do rompimento da relação é da mulher, por exemplo, o homem se sentiria impotente, por não ser ele a decidir, a tomar a atitude. O homem não se conforma em ser preterido por outro por sua mulher, qualquer que seja a razão do rompimento da relação, quando a iniciativa é da mulher, isto é uma afronta para ele. Como macho dominador, o homem não admite que isso ocorra e pode chegar à crueldade extrema.

Bandeira (2017) adverte e corrobora a ideia de que as crianças aprenderiam a viver de forma violenta, correndo o risco de virem a se relacionar fora da família, também de forma violenta. As crianças expostas cotidianamente a violência interpessoal, no espaço familiar doméstico, vão incorporar esta violência como natural em que o controle do homem sobre a mulher e a violência fariam parte das relações.

A título de conclusão parcial, destacamos que a família é uma instituição histórica que está em permanente transformação, o que não ocorre sem conflitos internos. As famílias são sempre plurais e apresentam diferentes configurações, muito embora haja no imaginário social, um modelo hegemônico de família, um modelo em que haveria homem, mulher e filhos. O espaço familiar não tem se configurado como um espaço harmônico e a mulher, muitas vezes, é considerada responsável pelos problemas que ali acontecem. O mesmo espaço onde o homem reina soberano pode, muitas vezes, ser um espaço de sofrimento para a mulher. Apesar de o homem não se conformar com a iniciativa da mulher em romper a relação, como macho dominador, tem muitas vezes chegado à crueldade extrema. A inserção social da família de origem, a infância, a educação e as condições materiais de vida vão compor grande parte do pano de fundo sobre o qual se tecem as histórias individuais. Hoje, a família é constituída muito mais pelo afeto, pela comunhão de vida e pela parceria; que ela continue se aperfeiçoando até que se consiga chegar à equidade, à igualdade entre os sexos e que haja reconhecimento e respeito de ambas as partes, sempre.

CAPÍTULO 4

VIOLÊNCIAS

A violência é um tema complexo estudada a partir de diferentes olhares. Minayo e Souza (1998) argumentam que só se pode falar de violências, uma vez que se trata de uma realidade plural. Para entendermos as causas determinantes do comportamento agressivo ou violento, torna-se necessário buscar os conceitos de violência e agressividade. Santos (1996), citado por Coelho, Silva e Lindner (2014) argumenta que a violência seria um dispositivo de controle aberto e contínuo, caracterizada pelo uso real ou virtual da coerção, impedindo o reconhecimento do outro, usando da força ou coerção e provocando algum tipo de dano. Muitas vezes entendida como sinônimo de violência de gênero, a violência contra a mulher seria um comportamento conscientemente hostil e intencional que causa dano físico, psíquico, jurídico, econômico, social, moral ou sexual. Seria um tipo de violência complexo, amplo e com diversas facetas, envolvendo relações de poder, força física, controle e desigualdade, ideologias entre outros. (CANTERA (2007). Zaluar (1999) ressalta que o emprego da força física torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica.

Mas, não podemos falar de violência sem falar de poder. Alguns autores discutem violência e outros falam também do poder que viria acompanhado da violência. Para Arendt (2001), a violência seria a mais flagrante manifestação de poder. Para a autora, a forma básica do poder é a violência. Arendt (2001) sugere que é muito tentador pensar o poder em termos de comando e obediência. A autora acentua que “estar no poder” significa “estar autorizado” pelo grupo a falar em seu nome. Então, é frequente o fenômeno do poder vir acompanhado de violência. Para a autora, a violência seria algo oposto ao poder, e a desintegração do poder possibilitaria o surgimento da violência. Weber (1984) citado por Perissinoto (2004) acentua que poder significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, ainda que contra toda resistência e é na luta que o poder se efetiva. Chauí (1985) argumenta que a violência seria a violação do direito e da liberdade de uma pessoa ser sujeito de sua própria história. Machado (2016) adverte que a condição masculina é investida ou se auto-investe de poder em nome da superioridade e da autoridade familiar que estaria legitimada em nossa sociedade, onde o homem se faz obedecer no interior da família por todos os seus membros.

A violência seria a expressão de uma “normalidade social” em que diferenças são convertidas em relações hierárquicas com propósitos de dominação, opressão e exploração. A violência e a força seriam a ausência de poder. Entendemos aqui que o homem ficaria violento, diante da percepção de não estar exercendo poder sobre a companheira, ou ao fato de a mulher não estar se submetendo à sua dominação, à sua vontade. Azevedo (1985) complementa, reiterando que a violência exprimiria conflito, interesses em choque: de um lado, o desejo de mando por parte do homem e de outro o desejo da mulher que nem seria claramente definido, uma vez que a mulher estaria sujeita a uma violência simbólica, que anularia a possibilidade de demarcar seus interesses e seu destino.

Não obstante, Gregori (1993) adverte que pode até ser que a mulher seja um sujeito dependente e sem autonomia, mas disso não resultaria a passividade em suas condutas. Corroborando Gregori (1993), as mulheres desse estudo confessam: “*Para me defender, eu tive que pegar um pedaço de pau e bater nele*” (Fabrícia, 48 anos, Auxiliar de Serviços Gerais) “*Eu mordi, eu chutei ele*” (Alice, 24 anos, Atendente) “*Eu peguei uma cadeira para atirar nele*” (Daiana, 33 anos, cozinheira), “*Dei tapas nele também, quebrei o celular dele*” (Brenda, 28 anos, empresária.) “*Para se defender, a gente acaba ficando violenta também*” (Laura, 39 anos, empresária)

A violência seria um ato de força que é exercido contra as coisas, no propósito de violentá-las, devassá-las ou delas se apossar. A violência em relação às pessoas é chamada agressão. A pessoa vítima de violência suprimiria sua vontade e seria coagida a fazer algo ou a privar-se de determinada ação, pelo temor e pelo perigo que a violência oferece. Há violência quando alguém obriga uma pessoa ou grupo a agir de forma contrária à sua vontade, quando é impedido de agir ou é privado de alguma coisa. Através do uso da força, busca-se resolver discussões que não se resolveriam através do diálogo e da cooperação. A fala das mulheres retrata isso: “*Ele me obrigava a fazer sexo, eu falava que não queria, eu chorando, ele fazia, à força. Depois, eu me lavava, me esfregava, me sentia suja*” (Nádia, 37 anos, depiladora, desempregada) “*Ele queria sexo, depois de me bater muito, eu recusava, ele pegava o punhal debaixo do travesseiro e fincava na minha “bunda”, até eu ceder*” (Walkíria, 36 anos, Ajudante de cozinha) “*Eu falava não, ele me segurava, me forçava, me machucava. Eu tinha nojo dele*” (Brenda, 28 anos, empresária).

Podemos argumentar, de acordo com Oliveira e Bruschini (1992), que a violência assimilada pela cultura, seria tolerada em alguns graus e punida em outros. Exemplos de tolerância cultural seriam os ditos sobre a violência contra a mulher: “*mulher gosta de*

apanhar”, “*quanto mais apanha, melhor fica*”, “*mulher é igual bife, quando mais bate, mais macia fica*”, “*ele não precisa saber porque bate, mas ela sabe porque apanha*” etc.

A agressão se definiria como um comportamento repetitivo e persistente que na confrontação com a vítima violaria seus direitos. O termo agressividade seria utilizado cotidianamente nas mais diversas partes do mundo, no sentido de expressar violência ou significando coragem.

Marin (2002) também fala de violência, caracterizando-a como um ato aniquilador, que se constituiria numa experiência de excesso – de ódio destruidor, de votos de morte, de contatos eróticos, de amor invasor, de pancadas, de indiferença. Para Marin (2002), uma sociedade que não garante um lugar para seus indivíduos, que produz e reproduz situações de exclusão das mais diferentes ordens, de classe socioeconômica, de gênero, de raça, estaria ativando uma violência aniquiladora. Vale dizer que a falta de condições sociais mínimas para a sobrevivência estaria favorecendo a revolta, o ódio, a violência.

Concordamos com Fante (2005) no sentido de que a violência apresenta diversos significados e se define em decorrência de seu contexto formador, o contexto social, econômico ou cultural e também de acordo com o sistema de valores que seriam adotados por cada sociedade, além de considerar o seu nível de tolerância para com a violência. Muitas mulheres de nossa pesquisa argumentam que hoje não sabem como aguentaram, algumas falam que não acharam que era violência e outras que só se deram conta da violência que viviam, depois que saíram da relação.

Juridicamente, violência seria uma espécie de coação, ou forma de constrangimento que seria colocada em prática, com o propósito de vencer a capacidade de resistência de outra pessoa, ou para fazê-la desistir da execução de um ato, ou para fazer com que ela faça algo, mesmo contra a sua vontade. A Organização Mundial da Saúde define a violência como o uso intencional de força física, ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência no desenvolvimento ou privação.

Rifiotis (1998) citado por Magalhães (2009) ressalta que violência é um termo do latim *vis* que significaria força. No século XIII, violência que significava força, tornou-se abuso da força. Já no século XX, violência passou a ter um novo significado. Agora, violência é traduzida como uma força brutal para submeter alguém.

As consequências da violência teriam implicações psicossociais (emocionais, cognitivas, sociais). Os atos de violência apresentam-se hoje nas relações familiares, nas

relações de gênero, na escola e nos diversos aspectos da vida social. No “Mapa da Violência: os jovens do Brasil” do ano de 2015, escrito pelo Coordenador de Desenvolvimento Social da Unesco Brasil, Jacobo Waiselfisz, o autor fala que se refere à violência não só quanto à sua manifestação física, mas também quanto às situações de humilhação, exclusão, ameaças, desrespeito, indiferença, omissão para com o outro (WASELFISZ, 2015).

Evans (2015) reitera que o abuso verbal seria um tipo de violência que não deixaria provas, mas que pode ser igualmente doloroso e sua recuperação mais demorada. É comum ouvirmos no grupo de mulheres do qual participamos, a afirmação de que é melhor apanhar do que ouvir determinadas palavras, que estas palavras seriam mais dolorosas que a violência física, o que corrobora Evans (2015). Na fala das mulheres: *“na violência física, você aprende a se defender”*(Fabrícia, 48 anos, Auxiliar de Serviços Gerais) *“A violência psicológica me destruiu”*(Ingrid, 37 anos, Professora de Português) *Na violência psicológica, a pessoa te manipula a ponto de você se sentir culpada”*(Letícia, 31 anos, secretária, desempregada) *“Pelas coisas que ele me falava, o meu amor foi acabando”*(Ivone, 62 anos, doméstica) *“Ele falava que ia me matar e eu tinha muito medo”*(Daiana, 33 anos, Cozinheira)) *“A palavra fere, machuca muito, fica...”*(Fernanda, 32 anos, Gerente Comercial) *“Eu me sentia diminuída com o que ele me falava”*(Alice, 24 anos, atendente) *“Com as palavras, ele fez uma ferida em mim”*.(Melissa, 54 anos, doméstica)

Entendemos que a violência psicológica na qual estamos todas as mulheres enredadas, consegue machucar de uma tal maneira que se basta por si mesma. A violência psicológica, na maioria das vezes, é mais dolorosa que a violência física e é bem mais difícil de superar. A violência psicológica deixa marcas na alma e a sua recuperação é bastante demorada. É importante que a vítima de violência psicológica procure ajuda profissional, que vai ajudá-la a elaborar e tentar superar essa dor. A violência psicológica é revivida incessantemente e é quase impossível se esquecer dela. As consequências da violência psicológica são muito fortes, provocam muito sofrimento e causam adoecimento físico e mental. Vale destacar que a dependência e violência psicológicas tantas vezes impedem as mulheres de romperem com o ciclo da violência, as impedem de nomear o vivido como opressão ou abuso e, principalmente, produzem, por meio da culpa, uma naturalização da violência vivida. O mais grave e lamentável é que outro aspecto complexo relacionado a isso é o fato dessa violência psicológica ser muitas vezes reproduzida pelos equipamentos públicos. Com relação à violência física, a intensidade da angústia da vítima é que determinaria o tamanho do ferimento e a agressão física seria sempre precedida pela violência verbal. Geralmente, o agressor não se dá conta do tamanho do

sofrimento que ele causa. Evans (2015) destaca que o homem, autor de violência, confunde sua parceira quando admite sua agressão, quando pede desculpas, dizendo que a violência não vai mais acontecer e então faz tudo novamente. Smigay (2000) discorre sobre um “ciclo da violência” que se apresentaria como repetitivo, de forma circular.

Esse modelo pressupõe basicamente 4 a 5 momentos: o desgaste da relação, cada vez mais cenas de violência, o ápice em que se torna insuportável, ensejando, por parte de um dos atores, rompimento do vínculo; em seguida, o pedido de perdão e o desejo de reparação; a lua de mel que a esta etapa se segue e o reinício do processo com o desgaste paulatino da relação, etc. (SMIGAY, 2000, p.60)

De acordo com a autora, a cronificação e a rotinização acrescentam ao modelo circular uma direção em forma de espiral e o repassar pelos 4 ou 5 momentos do ciclo não fecharia o círculo, mas sim, avançaria para patamares cada vez mais intensos e espetaculares, o que indicaria a agudização da violência. A violência conjugal em um modelo de espiral crescente que geralmente começa com agressões verbais, com a desqualificação do outro, passando por insultos, pode estar associada ou não à violência física e pode chegar até a tentativa de homicídio. O outro modelo, o círculo da violência, passaria por etapas previsíveis: as expressões crescentes de violência cotidiana, até que se atinge uma crise de caráter fortemente explosivo e emocional, que é seguida de afastamento dos parceiros, ainda que continuem no mesmo espaço físico.

Quando se ameaça abandonar a relação, o agressor pede perdão e faz promessas de transformação; em seguida vem a reconciliação, com a “lua de mel”, até que as pequenas cenas retomem pouco a pouco (SMIGAY,2000). As declarações de amor do agressor contrastariam com suas ofensas. A fala das mulheres de nossa pesquisa confirma: *“Ele ficava me mandando mensagens dizendo que me amava, tão bonitas”*(Evelyn, 51 anos, Auxiliar de Serviços Educacionais) *“Ele ajoelhava e dizia: me perdoa! “Ele me abraçava e falava que me amava”*(Nádia, 37 anos, depiladora, desempregada) *“Ele chorava de escorrer lágrimas, pedia perdão, dizia que me amava”*(Laura, 39 anos, empresária) *“Ele chorava muito! “Ajoelhava, me pedia perdão, falava que me amava muito”*(Rosa, 35 anos, fotógrafa) Muitas vezes, a negação é tão intensa que consegue reduzir o efeito da violência física a quase nada, chegando a distorcer e confundir a percepção da própria vítima.

De acordo com Fante (2005), que diz considerar as diversas definições dadas pelos mais renomados autores, violência seria definida como “[...] todo ato, praticado de forma consciente ou inconsciente, que fere, magoa, constrange ou causa dano a qualquer membro da espécie humana” (FANTE, 2005, p.157). É comum que vítimas de comportamento violento ou

agressivo vivenciem sentimentos de medo, vergonha, raiva e impotência, que rebaixam a sua autoestima. As mulheres de nosso estudo falam ainda de ódio, muito ódio do companheiro agressor. Vejamos o que dizem estas mulheres:

Agora, não estou conseguindo dormir mais... Medo? Não... Eu fico de porta trancada...Ele dorme com uma faca debaixo do travesseiro (Ivone, 62 anos, doméstica);

Eu tinha vontade de matar ele... (Melissa, 54 anos, doméstica);

Eu fiquei impaciente, intolerante...De medo, eu urinei no banco do carro...Eu me senti totalmente vulnerável, impotente...Ele me fez pensar que eu estava errada... ele me fez sentir culpada...Você fica um pouco cega... a estima fica baixa...(Letícia, 31 anos, secretária, desempregada);

Fiquei com a pressão alta... tenho que tomar remédios...A minha autoestima ficou baixa...(Evelyn, 51 anos, Auxiliar de Serviços Educacionais);

Eu tentei suicídio várias vezes...Eu ficava em pânico... Eu ficava com muita vergonha... Eu tinha muito medo... pavor...Eu sentia muita culpa...(Walkíria, 36 anos, ajudante de cozinha);

O manejo da violência não seria uma característica da sociedade contemporânea, ou seja, a violência e os afetos a ela associados acompanhariam a humanidade desde sempre e estariam relacionados à angústia, à perda, ao contato com a impotência, à sensação de desamparo. Fante (2005) assegura que haveria hoje um sentimento crescente de insegurança, que estaria levando as pessoas a terem pavor do outro e a se fecharem em condomínios, casas e até de si mesmo, o que seria facilitado pela possibilidade de relações cada vez mais virtuais, oferecidas pela internet. Magalhães (2009) complementa, destacando que a pluralidade de sentidos e a homogeneidade com que o termo violência tem sido empregado, com um sentido negativo, tem sido salientado pelos estudiosos. A autora reitera que os registros são menores que a percepção social da violência, comprovado em vários caminhos de pesquisa qualitativos e quantitativos, de diversas fontes. Para ela, haveria uma cultura do medo ou o sentimento de medo é que estaria no comando. Seria sim, necessário punir os atos violentos que ameaçam vidas humanas. Entendemos, tal como Moraes e Sorj (2009) propõem, que já seria tempo de começar as discussões a respeito da adoção de linguagens e métodos não violentos que possam facilitar que haja ambientes domésticos onde se relevem o respeito, o bem-estar e a paz entre mulheres, homens e crianças de ambos os sexos.

Em nosso país, faltam condições sociais mínimas e de direito que todo cidadão deveria ter assegurado, inclusive pela lei maior à moradia, alimentação, saúde, educação, trabalho e até mesmo lazer. Famílias com poucos recursos nas quais o marido ocupa posto ou status inferior

ao da mulher, e nas quais, um ou vários adultos estão desempregados, estariam mais expostas a diferentes e elevados graus de stress. O papel de provedor das necessidades materiais da família seria o papel mais definidor da masculinidade. Sem esse status, o homem se sentiria atingido em sua própria virilidade (SAFFIOTI, 2015). Então, a violência seria produzida pela própria sociedade, mas esta sociedade tentaria negar e excluir essa violência produzida por ela mesma.

O fenômeno da violência, de relações violentas existentes na sociedade em geral, em particular nas relações interpessoais, seria secular, de acordo com Bandeira (2017). A violência seria um fenômeno que não se localiza em um determinado local, mas seria inerente à constituição humana, embora nem sempre se manifeste. Não obstante, entendemos que é preciso se indignar e se posicionar contra a violência em suas variadas formas.

4.1 Violência contra a mulher

Pretendemos trazer aqui o caminho percorrido, as discussões de autores, tais como Azevedo (1985), (1993) Gregori (1991), Giddens (1992), Smigay (2000), Saffioti (2015) e Bandeira (2017), dentre outros, destacando como vem sendo conduzida a violência contra a mulher, partindo da década de 1980. No Brasil, tomou-se consciência de que a violência contra a mulher não era natural e precisava ser condenada, a partir da luta feminista contra a impunidade de agressores nos chamados crimes da paixão. Em Minas Gerais, surge em agosto de 1980 o Centro de Defesa da Mulher como consequência do repúdio de mulheres aos assassinatos de duas mineiras por seus maridos (AZEVEDO, 1985). Campanhas contra a impunidade nos crimes passionais são promovidas pelo movimento de mulheres. Novas formas de violência iam sendo denunciadas.

Azevedo (1985) em seu livro retrata a subjetividade de uma mulher que experimentou, em sua própria vida, a violência psicológica do homem. A autora reitera que a violência física, como violência manifesta, seria a ponta visível de um *iceberg* de violências disfarçadas, de violências sutis. A violência física vai representar a forma mais explícita de violência de gênero. Mas, vale dizer que concordamos com Tavares e Nery (2012), quando argumentam que existem muitas outras formas de violência que atingem a mulher: desigualdades salariais, assédio sexual no trabalho, uso do seu corpo como objeto sexual, campanhas publicitárias que vendem o seu corpo para o exterior, valorizando suas formas sensuais, o tratamento recebido nas instituições, nos serviços de saúde, tudo isso representaria uma violação dos direitos humanos da pessoa.

Para as autoras, a violência contra a mulher possui diversas faces e peculiaridades: o agressor controla diretamente a vida de suas “vítimas”; o agressor tem acesso direto e a qualquer tempo a elas; o agressor conhece suas fragilidades devido ao seu grau de intimidade com a vítima. Para Azevedo (1985), a crueldade mental vai preceder e provocar a violência física.

Gregori (1993), neste mesmo viés, reitera que na relação de violência, todos os gestos considerados violentos tais como desrespeito, humilhação, falta de prazer sexual, espancamento e homicídio estão presentes. A autora assegura que há uma escalada de manifestações de desrespeito e agressão com uma evolução dos acontecimentos, levando inevitavelmente ao assassinato que seria o ato final dessa escalada. Ainda em Gregori (1993), a autora adverte que a mulher, em situação de violência, vê a cada dia suas ilusões serem destruídas, tem cada vez mais medo do marido e vergonha de expor a seus parentes e amigos sua situação. Chauí (1985), contrariamente a esse ponto de vista de Gregori (1993), pontua que, mesmo numa condição de subalternidade, as mulheres agem, condenam, exigem e por vezes, agridem. E mais, a autora sugere que não se crie uma “dualidade redutora” do tipo algoz e vítima, ou o agressor ativo e o agredido passivo.

O comportamento seria um movimento, uma passagem que exige combinações, ambiguidades e diversidades. Neste jogo, nesta disputa verbal, vence quem dá a última palavra, reitera Azevedo (1991) e, complementamos, geralmente essa última palavra é do homem. A violência seria estruturante da relação e, paradoxalmente, “*ser queimada com maçarico*, “*ser machucada com estilingue...*” (Heloísa, 42 anos, fisioterapeuta), “*ser furada com punhal, enquanto não aceitasse fazer sexo...*” (Walkíria, 36 anos, Ajudante de Cozinha), “*tirar as roupas do guarda-roupa, amassá-las e mandar que passe novamente e guarde...*” (Ingrid, 37 anos, Professora de Português.), “*rasgar a blusa em meu corpo...*” (Daiana, 33 anos, Cozinheira); (Walkíria, 36 anos, Ajudante de cozinha), “*me mandar dormir no chão, dizendo que a cama é só para ele*” (Evelyn, 51 anos, Auxiliar de Serviços Educacionais); “*me deixar trancada, com fome e comer diversos alimentos que eu gostava, perto de mim, sem me oferecer, sem me dar, sem deixar eu pegar.*” (Ingrid, 37 anos, Professora de Português), não são consideradas violências físicas pelas mulheres, a não ser que tenham passado por grupos de reflexão. Interessante pontuar que no grupo do qual participamos é comum ouvir as mulheres falarem com a maior naturalidade que é melhor apanhar fisicamente do que ouvir determinadas agressões verbais, como se fossem normais as duas formas de agressão e elas pudessem escolher qual preferem.

Gregori (1993) destaca que existiriam casais que, mesmo não tendo violência física, não respeitariam a autonomia de cada um, o que convenhamos, não deixa de ser uma forma de violência. De acordo com a autora, a discriminação e a dominação estariam presentes também nas relações ditas “normais”. É preciso apreender que há variadas maneiras pelas quais as relações de gênero se atualizam. E mais, os relacionamentos conjugais seriam de parceria e a violência pode ser também uma forma de comunicação perversa entre os parceiros. Gregori (1993) ressalta que em sua pesquisa lhe ficou claro que as cenas em que marido e mulher estavam envolvidos e culminaram em agressões, estariam sujeitas a inúmeras motivações tais como conflitos de papéis, cujos desempenhos esperados não foram cumpridos, jogos eróticos, etc. A autora acentua que as mulheres participam como parceiras ativas, a agressão seria uma forma de comunicação e os parceiros se lançariam nela buscando prazer ou colocar-se como vítima ou ainda para recompor imagens e condutas masculinas e femininas em relações conjugais. Concordamos com Gregori (1993) e acentuamos que o que se verificou nesta pesquisa foi que há uma singularidade nas relações que apresentam violência. Cada relação tem as suas idiosincrasias individuais e de casal. E a forma como acontece a violência é diferente para cada casal. Vamos buscar entender em que contexto a violência acontece e que significados ela apresenta para cada mulher.

A dependência financeira em relação ao parceiro é determinante no processo de rompimento, ou ao contrário, é ela que sustenta a rotinização da violência íntima. Podemos verificar esta situação no grupo de mulheres do qual participamos. Muitas dependem até mesmo da casa como moradia, além da dependência para qualquer outra despesa, incluindo alimentação. Mulheres dessa pesquisa que ousaram sair de casa estão dependendo de favor da família, e ou com muitas dificuldades para pagar o aluguel, uma vez que estão desempregadas e não têm como se sustentarem financeiramente. Isso implica que há mulheres que não têm onde se alojar nem têm rendimentos para seu sustento e para os filhos. Outras, por não terem outra opção, continuam morando na mesma casa que o agressor, cozinhando para ele, lavando sua roupa, mas sem se relacionar com ele, conversando apenas o necessário, na fala delas.

Cabe ressaltar que esta dependência pode ser também de outra ordem, como a afetiva. Romper uma relação violenta implica romper com todo um modelo de vida, com a esperança de mudança, com a fantasia que minimiza as perdas, com a idealização de uma relação “para sempre”, com o sonho de ter encontrado um “príncipe encantado”, com a romantização de uma vida a dois, o que faz desse rompimento, uma perda insuportável (OLIVEIRA, BRUSCHINI, 1992). Acrescentamos que romper uma relação implica também, depender de conseguir um

lugar para morar e, muitas vezes, sem um emprego, não ter como se alimentar, é quase como se pessoa não soubesse mais quem ela é, como se esse rompimento interferisse em sua identidade, em seu jeito de viver. A mulher se sente perdida, desprotegida e precisa construir uma nova forma de ser no mundo. Ela tem medo, muito medo e não consegue ter atitude, ter autonomia e conduzir a própria vida, assim, ela se sente sem forças.

Nas relações violentas, os casais não conseguem negociar os compromissos, não há como confiar no outro, não se consegue ter autonomia nem privacidade. É preciso demarcar limites e isso pode gerar reações imprevisíveis e respostas violentas. Giddens (1992, p. 136-138) assinala: “ a força e a violência fazem parte de todos os tipos de dominação. E, “[...] a violência é uma reação destrutiva ao declínio da cumplicidade feminina”. Ou seja, a violência acontece quando o homem percebe que a companheira não está mais na mesma sintonia que ele, não compartilha com ele suas ideias, projetos, atitudes. Algumas mulheres relatam que apenas por discordar do companheiro, ele já parte para a violência. Por outro lado, entendemos que revelar os sentimentos com o propósito de formar um vínculo amoroso, pode, contrariamente, contribuir para que se estabeleça uma relação destrutiva. Nem sempre, nem em qualquer situação, a proximidade seria positiva. Além disso, a violência doméstica continua pertencendo à esfera do privado e, portanto, vai se revestir de sigilo.

O espaço da intimidade que deveria ser um lugar privilegiado, onde se pode expressar desejos, segredos, fantasias, arranjos para viver a sexualidade, sem o controle externo, pode também acobertar violências sutis, imposição, limitações. O espaço da casa seria o lugar de segurança para os homens e, contraditoriamente, o espaço de risco para as mulheres e crianças. O fato de as mulheres terem se mostrado independentes, bem-sucedidas financeiramente e terem tomado a iniciativa de se separarem, parece incitar a violência. A independência econômica e financeira da mulher não se mostra ser bem aceita pelos homens agressores e pode ser um fator de risco. Para a autora, “nenhuma relação social se passaria fora da estrutura social e todas elas obedeceriam às normas que estruturam a sociedade por inteiro”. (SAFFIOTI, 2001, p. 136).

De acordo com Krane (1996), o abuso físico de mulheres, no interior de relações íntimas, aconteceria em maior ou menor grau, em todas as culturas no mundo, desde as sociedades consideradas mais desenvolvidas, quanto aquelas que apresentam fortes problemas socioculturais, econômicos e políticos. A autora acentua que as relações autoritárias ficariam mais explícitas após o casamento quando os maridos passam a exigir serviços domésticos e exclusividade sexual, exercendo posse, controle e autoritarismo. Também Almeida (1997) fala

que as situações de violência pretendem fragilizar, abalar a relativa autonomia da mulher e quanto maior o período em que a mulher vive em situação de violência, mais profundos são os impactos sobre ela. O autor assegura que a exposição a graves situações de violência de gênero, levariam a mulher a depressão grave, baixa estima, redução da capacidade para encontrar saídas, efeitos sobre a capacidade produtiva, entre outros. Isso é confirmado na fala das mulheres dessa pesquisa: *“Eu não consigo dormir, sinto muito medo, tenho pensado muito em suicídio”* (Walkíria, 36 anos, Ajudante de cozinha.) *“Eu não consigo dormir, tenho muita ansiedade, depressão, angústia, estou tomando vários remédios”* (Laura, 39 anos, empresária.) *“Eu fiquei sem domínio das coisas, não consigo ter atitude”* (Evelyn, 51 anos, Auxiliar de Serviços Educacionais) *“Eu não consigo mais sair de casa, estou com depressão, estou tomando remédios”* (Brenda, 28 anos, empresária) *“Eu tenho medo de sair na rua, acho que se sair, eu vou morrer”* (Daiana, 33 anos, cozinheira.) *“Eu não tenho forças para fazer nada, só choro”* (Evelyn, 51 anos, Auxiliar de Serviços Educacionais) *“Estou tomando vários remédios, não consigo dormir, tenho muito medo”* (Ivone, 62 anos, doméstica)

Nas falas anteriores do grupo de mulheres do qual participamos, podemos ver claramente no discurso delas, o sofrimento, a depressão e a ansiedade de que falam os autores, a baixa estima, a incapacidade de visualizar saídas, a dificuldade de se pensar numa alternativa, aliadas ao medo, diríamos ao pavor de uma nova situação de violência. A violência doméstica pode ser nomeada como terrorismo em casa, os ataques eventuais que parecem ser aleatórios e violentos seriam, na prática, planejados com o propósito de se instaurar uma guerra psicológica e física que vão garantir o silêncio da mulher, além de reduzir os protestos e a retaliação. Uma mulher de nosso estudo denunciou que, ao perceber que ia apanhar de seu companheiro, pedia à sua filha que saísse de perto dela para que não presenciasse as cenas de violência. Na verdade, estabelece-se um clima de intimidação permanente que imobiliza a vítima, fazendo com que ela se sinta insegura e com medo na sua própria casa. A casa seria um espaço de conflitos, de negociações, de tensões, de lutas declaradas.

De acordo com Smigay (2000), a identificação da mulher como segundo sexo, vai implicar, automaticamente, na ideia paralela, de um primeiro sexo, o único que teria pleno acesso a privilégios. Desta forma, segundo a autora, todo e qualquer homem oprime toda e qualquer mulher, como representante de uma condição, de uma inserção, de uma categoria ou grupo social. Smigay (2000) assegura que com a violência, o homem pretende mostrar que ele é o chefe, que ele dirige a relação, que ele controla o outro. Smigay (2000) fala das consequências dessa violência para a produção da passividade, que se expressaria por

depressão, baixa autoestima e ansiedade vivenciada pela mulher, em consequência da culpa que lhe é atribuída e que é assumida e também vivenciada. As mulheres de nosso estudo falam a respeito da culpa:

Eu vivi com culpa... [...] Ele fazia eu me sentir culpada...me fazia pensar que eu estava errada...A pessoa manipula você a ponto de você nem mais saber quem você é... Eu não enfrentava... eu ficava mais em silêncio...Rolava uma ironia também...aquele gentil irônico... totalmente sem remorso...Apesar de estar me machucando... me incomodando muito...eu não tentava me defender...(Letícia, 31 anos, secretária, desempregada)

A minha autoestima ficou muito baixa...Eu não consigo tomar decisão de nada...Se a pessoa ficar guardando, ela entra em depressão e morre... Há muitos casos de pessoas que morreram, ninguém ficou sabendo, ninguém sabe de que morreu...(Evelyn, 51 anos, Auxiliar de Serviços Educacionais)

Eu não tenho paciência...Eu acho que não dou o meu melhor...Eu ficava me culpando... achando que devia ter ficado calada... Eu ficava com medo da situação financeira...As pessoas têm medo...Eu fiquei arrasada quando ele se casou...Eu fazia muita cobrança...(Alice, 28 anos, atendente)

Eu tenho minhas falhas... Se eu tivesse tido mais paciência com ele...(Fernanda, 32 anos, gerente comercial)

Eu fiquei muito impaciente...Você chega a achar que não tem capacidade de viver sozinha...É muito triste... Eu mesma que procurei com as minhas mãos...(Fabrícia, 48 anos, Auxiliar de Serviços Gerais)

O meu defeito é ser boazinha demais...Eu comecei a ter pânico de telefone... Ele não podia ver que eu estava online...Eu tenho um sentimento de tristeza, de medo...Eu não sei porque eu aceitava tanto...Eu fico com medo é de mim, de ser fraca de novo...Fiquei muito carente... com a autoestima baixa...(Heloísa, 42 anos, fisioterapeuta)

Pode-se constatar que os depoimentos das mulheres são fortes, são contundentes. Parece mesmo, conforme a fala de algumas mulheres, que a violência destruiu, acabou com a vida delas. Smigay (2000) fala que tem nomeado essa situação como vulnerabilidade feminina, mas diz gostar bastante da expressão “desamparo aprendido”. Nas relações violentas, os casais não conseguem negociar os compromissos, não há como confiar no outro, não se consegue ter autonomia nem privacidade. É preciso demarcar limites e isso pode gerar reações imprevisíveis e respostas violentas. Vale considerar que as consequências da violência parecem persistir por um longo tempo na vida das mulheres e os impactos negativos são muito intensos.

Diversas leis e normas nacionais e internacionais frisam que é urgente reconhecer que a violência doméstica e familiar contra mulheres é inaceitável e, sobretudo, que os governos,

organismos internacionais, empresas, instituições de ensino e pesquisa e a imprensa devem assumir um compromisso de não convivência com o problema. Estamos compartilhando muita tristeza, muitas preocupações com o contexto atual do país, que está vivendo uma verdadeira quebra do pacto civilizatório, com o desmonte de políticas públicas e com a negação dos direitos fundamentais de brasileiras e brasileiros. Cabe destacar a morte recente de um cidadão, com 80 tiros, no Rio de Janeiro, muito embora, sua esposa tentasse falar com os policiais, o que não fez com que os tiros cessassem, chocando e alarmando o povo brasileiro. A violência parece estar se instalando e se consolidando, como se fossem legítimas todas as suas formas.

Smigay (2000) ressalta que haveria uma forte exacerbação da violência do parceiro, diante de qualquer tentativa da parceira em romper, em desfazer o vínculo conjugal. Várias mulheres corroboram a autora, quando falam da dificuldade do parceiro em aceitar a separação, o rompimento da relação. A atitude da parceira em querer romper o vínculo, colocaria em xeque o poder do macho, a sua dominação na relação. Além disso, não obstante a ocupação pela mulher de espaços profissionais antes ocupados apenas pelos homens, a violência contra a mulher continua sendo um problema recorrente em nossa sociedade e as denúncias de crimes contra a mulher aumentam a cada dia. Bijos (2004) fala de “zonas de silêncio”: a mulher tem medo, tem medo de que os filhos, outros familiares, os vizinhos ouçam o que ela deseja silenciar. E então ela emudece, tranca-se. Quando a mulher aceita relatar sua história, consente em romper o isolamento e começa a refletir sobre o passado e o presente. Em nossa sociedade existiria uma situação agravante, quando mesmo depois da separação, o ex-cônjuge continua a se sentir com direito a violar os novos territórios afetivos, econômicos e até mesmo geográficos construídos por suas ex-companheiras.

Enquanto escrevemos, duas situações de violência contra a mulher, divulgadas na mídia nos impactou fortemente. Um caso foi de uma médica em Araguary-MG que foi esfaqueada pelo marido, juntamente com sua filha de 4 anos. Outra mulher também foi morta a facadas na porta de sua casa, no Rio de Janeiro, por seu ex-companheiro. Vale considerar que uma grande parte dos homens, muito embora, esteja sob a medida protetiva solicitada pela ex-companheira, ousam se aproximar dela, não respeitando a lei. Cabe destacar que não entram nas estatísticas aquelas mulheres que não têm coragem de denunciar seus agressores. Gomes (2010) ressalta que o crime tido como passional, até a década de 90, recebia pena menor que outros. A autora pontua que ainda hoje, a emoção e a paixão são consideradas atenuantes para a pena. A relação desigual hierárquica, com lugares e papéis determinados perversamente é que vão contribuir para a prática da violência. E a casa, que deveria ser o lugar de afeto e proteção seria o espaço

privilegiado para que as desigualdades sejam produzidas e reproduzidas. Dificilmente, a casa vai ser denunciada como um espaço em que há violência e opressão, mas é dentro de casa que muitas mulheres são assassinadas. E a morte ainda se mantém, de forma mais expressiva do que se propaga, do que se discute. (GOMES, 2010, p.25)

Conto (2013) salienta que o problema da violência contra a mulher, ao longo da história brasileira, resultaria da representação da mulher como o sexo frágil. Em função disso, as mulheres têm enfrentado todo tipo de humilhação e violência, por parte dos homens, que buscariam se afirmar como o sexo forte. Além disso, os papéis impostos às mulheres e aos homens, induzem a relações violentas entre os sexos, revelando que a prática da violência contra a mulher seria resultado de um longo processo cultural e de socialização das pessoas.

Muito embora as mulheres tenham obtido avanços significativos na luta por seus espaços, ainda vivemos em uma sociedade em que o poder do homem impera. Em uma pesquisa realizada em 2012, pelo Instituto Avante Brasil sobre a violência contra a mulher, estimou-se que mais de 13 milhões e 500 mil mulheres já sofreram algum tipo de agressão (19% da população feminina com 16 anos ou mais). Dessas, 31% ainda convivem com o agressor. 14% das mulheres, ainda sofrem algum tipo de violência, o que equivale dizer que 700 mil brasileiras ainda continuam sendo agredidas pelos companheiros. Hoje, 7 anos após essa pesquisa, os números devem ser muito maiores. Cabe ressaltar que muitos casos de violência terminam em assassinatos. O conceito de feminicídio vai se referir à matança de mulheres em função do seu gênero, em meio a formas de dominação masculina, do exercício do poder e do controle do homem sobre a mulher. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) haveriam fatores de risco que podem estar associados ao homem autor de violência:

- Níveis mais baixos de educação (perpetração da violência sexual e da
- experiência de violência sexual); (perpetração e experiência).
- Testemunho de violência familiar (perpetração e experiência).
- Transtorno de personalidade antissocial (perpetração).
- Uso nocivo do álcool (perpetração e experiência);
- Ter múltiplos parceiros ou suspeita por seus parceiros de infidelidade
- (perpetração) e
- Atitudes violentas e desigualdade de gênero (perpetração e experiência).

Os atendimentos registrados pela Central de Atendimento à Mulher – (ligue 180) mostram que o número de atendimentos praticamente dobrou a partir da Lei Maria da Penha, indicando que a Lei teria proporcionado um estímulo maior para que a mulher faça a denúncia

de violência. Os atendimentos mostram que 93% das denúncias seriam feitas pela vítima; 43% dos agressores são cônjuges; 78% das mulheres vítimas têm até 2 filhos; 70% dessas mulheres sofrem agressões diariamente; 41% dos agressores não fazem uso de substâncias entorpecentes ou álcool; 36% dessas mulheres, vítimas de violência se percebem em risco de morte e 33% das vítimas apresentam tempo de relação com o agressor maior que 10 anos. As informações fornecidas pelas mulheres vítimas de violência mostram que 39,4% delas são negras, 58,8% têm entre 20 e 40 anos, 50,8% são casadas ou têm união estável e 25% possuem nível médio de escolaridade.

Conto (2013) assinala que a mulher hoje possui liberdade sexual, pode manter um relacionamento afetivo sem precisar se casar, pode escolher entre ter filhos ou não, hoje ela estuda, trabalha, paga suas contas, frequentemente, mantém o sustento da família e, portanto, a violência não se aplicaria, ou até mesmo seria uma aberração. Entretanto, de acordo com Bernardes (2014), algumas vítimas de violência seriam aprisionadas e mantidas contra a sua vontade. O que acontece no privado iria muito além do que a sociedade possa enxergar. Existiriam muitos fatores que contribuiriam para a permanência das mulheres em relações violentas: medo de represálias, não conhecer seus direitos, dependência financeira, falta de apoio, preocupações com o futuro, com a vida dos filhos, além do medo de ser assassinada. Em alguns casos, a mulher é levada a acreditar que é responsável pela violência que suporta e, mesmo com marcas pelo corpo é convencida pelo agressor de que aquilo não é sério, e mais, ela passa a acreditar que, de alguma maneira, merece aquele tratamento violento. Ademais, frequentemente, a mulher acredita ser a culpada pela violência. As mulheres de nossa pesquisa reiteram que são culpadas sim, que deveriam ter ficado caladas, não poderiam ter falado ou feito algo. Inclusive uma mulher se sentenciava como responsável pela morte do ex-marido que se matou, após ela se separar dele. Denunciar ou sair de uma relação abusiva pode ser considerada por ela mesma, pela família, pela comunidade, como tendo fracassado na sua tarefa de garantir a harmonia familiar. Além disso, podemos acrescentar que a separação acarretaria para a mulher uma redução em seu padrão de vida.

Um dado do Mapa da Violência de 2014 é que de 52 mil denúncias, 80% das mulheres, vítimas de violência apanham semanalmente, 64% delas apanham na presença dos filhos. Para Saffioti (2015, p. 47)), a relação violenta se constituiria em uma verdadeira prisão: “[...] o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu destino assim o determina”.

Bandeira (2017) destaca que na sociedade brasileira, a taxa média anual é de 4,8 assassinatos femininos em cada 100 mil mulheres que ocorrem desde 2013 e coloca o Brasil na 5ª posição entre os países com maior índice de homicídios femininos, no ranking de 84 nações, segundo dados do Mapa da Violência 2015. Estima-se que 30% das mulheres em todo o mundo já tenham sofrido violência, já tenham sido vítimas de violência. A autora argumenta que a explosão da violência ultrapassaria qualquer maneira de compreensão humana. Para Bandeira (2017), a cada minuto, alguma mulher sofreria algum tipo de violência: um assédio no local de trabalho, um estupro, um assassinato, uma mutilação. Outras podem estar sendo barbarizadas, brutalizadas e ou vivendo sob ameaça. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2013) revelados por Muniz (2017) revelam que 13 mulheres são assassinadas diariamente e cinco estupradas a cada hora, num total de 45.460 casos durante 2013.

Os dados da ONU Mulher (2015) informam que ainda hoje, haveria um grande segmento de mulheres que se encontram subjugadas, vivendo sob um sistema patriarcal hegemônico e heteronormativo e mantidas sob incertezas, controles apertados e ameaças contínuas (BANDEIRA 2017). De acordo com Muniz (2017), a Central de Atendimento à Mulher pelo Disque 180, do Ministério da Justiça, no primeiro semestre de 2016, fez 555.634 atendimentos, uma média mensal de 91.605 denúncias. Dados do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento apontam que uma em cada cinco faltas ao trabalho no mundo é motivada por agressões ocorridas no espaço doméstico. Essas instituições calculam ainda que as mulheres em idade reprodutiva perdem até 16% dos anos de vida saudável como resultado dessa violência.

Bandeira (2017) denuncia que os crimes ocorridos nas relações pessoais e íntimas seriam provocados por várias razões que envolveriam raiva, ódio, humilhação, desprezo, insubordinação feminina ao desejo masculino. Quando a mulher tenta se desfazer do vínculo amoroso, aconteceriam as agressões, a violência. Seria a cultura de macho, enquanto proprietário da mulher. O homem teria um descontrole emocional pela perda sobre a “propriedade” da mulher (porque o homem se sente o dono dela!), numa cultura em que a masculinidade estaria vinculada à honra e ao orgulho e em que o homem quer ter o controle do corpo da mulher e da sua sexualidade. Para a autora, “[...] **quando o poder masculino é abalado ou quebrado, recorre-se à violência**” (BANDEIRA, 2017, p.22). (grifo nosso)

Assim, segundo a autora, 50% dos assassinatos cometidos contra mulheres ocorreriam como resultado do pedido de separação ou a suspeita de adultério. A maioria dos crimes aconteceria em decorrência da não aceitação do homem ao fato de a mulher querer sair do

relacionamento. Quando a mulher decide romper o vínculo com o homem, este sente a perda de seu controle sobre o corpo da mulher e quando é trocado por outro tem sua honra e condição masculina atingida. Antes de ser assassinada, a mulher já teria passado, em grande parte das vezes por todo o ciclo de violência e já vinha sofrendo muito tempo antes. O feminicídio seria a última instância de vigilância da mulher pelo homem: “o controle da vida e da morte”. Seria uma declaração clara de posse, a mulher seria um objeto. A morte seria um efeito colateral da violência, uma consequência que não pode ser evitada.

Os estudos realizados pela OMS sobre as consequências da violência conjugal, independente do país, vão destacar como agravantes e causais: **desobedecer ao homem/marido; responder-lhe; não preparar a comida a tempo; descuidar dos filhos e dos afazeres domésticos; sair sem avisá-lo, sem ter seu consentimento, questionar sobre assuntos financeiros e, mais grave, recusar-se a fazer sexo com ele, o que gera imediatamente a suspeita de infidelidade** (grifo nosso) (BANDEIRA, 2017). Aqui pode haver violência sexual associada ao assassinato, destruição da identidade da mulher, mutilação ou desfiguração de seu corpo, tortura ou tratamento cruel ou degradante. O propósito de destruir o corpo feminino e a invenção de práticas que infrinjam dor prolongada faz parte da violência contra a mulher. A morte seria apenas um dos efeitos colaterais da violência, uma consequência que não pode ser evitada.

Smigay (2000, p. 68) descreve os diversos tipos de violência física infringidos pelo homem à companheira: bater, espancar, esmurrar, chutar, bater com as mãos, com instrumentos diversos, estrangular, puxar cabelos, beliscar, dar tapas, jogar objetos sobre o outro, queimar com óleo ou água quente, com fogo, ácido, jogá-lo pela janela, trancar (em casa, em armários) sequestrar, impedir de sair, de fugir, fazer gestos obscenos, ameaçadores, eletrocutar, bater sua cabeça em portas, paredes, rasgar roupas, documentos e outros objetos pessoais e ou de estimação, morder, espremer, afogar, quebrar braços, torcer braço, nariz, matar.

Bandeira (2017) complementa e revela que seriam utilizados nessas práticas diversos objetos tais como faca, peixeira, canivete, espingarda, revólver, socos, pontapés, garrafa de vidro, fio elétrico, martelo, pedra, cabo de vassoura, botas, varas de pescar e também asfixia, veneno, espancamento, empalhamento, emboscada, ataques pelas costas, tiros à queima-roupa, cárcere privado, violência sexual, desfiguração (p.30-31). As mulheres brasileiras já tiveram mãos decepadas, pés, mãos, dedos, braços, pernas, seios e orelhas, a pele foi rasgada por facão, o rosto desfigurado com soda e ácido por namorados e ex-maridos, os cabelos arrancados. As mulheres de nosso estudo descrevem a violência sofrida:

As brigas começaram quando eu não quis mais...eu quis me afastar... ele queria na marra...Ele me apertava o braço...me empurrava... me dava tapas na cara... ele me jogou do carro em movimento, numa estrada de terra...me xingava... me tirou de uma festa à força... De medo, eu urinei no banco do carro...Ele não aceitou terminar... Ele invadiu um hotel onde eu estava...pegou as minhas coisas, o celular...Ele colou chicletes no meu cabelo... me colocou debaixo do chuveiro frio...O hotel não quis chamar a Polícia...Eu fiquei no hotel sem roupa... ele fugiu... Eu tive que chamar meu pai para me buscar...Eu estava toda machucada, meu joelho ralado...Ele mexeu em todos os meus contatos... mandou mensagens para as pessoas...Ele me fez pensar que eu estava errada... que eu era a culpada...Ele falava de forma grosseira, estúpida, sem limite...Ele dizia: você não sabe de nada, você não é nada...Ele falava assim: eu não preciso sujar minhas mãos... eu tenho quem faz...Eu ainda vivo a violência... a violência é avassaladora...No meu primeiro casamento, também eu fui agredida... Eu fui para a casa de meus pais...Eu cheguei lá toda machucada, vomitando de tanto que fui chacoalhada, eles me mandaram voltar pra casa e resolver... que quem resolve é o casal...Agora, eu não vou aceitar qualquer coisa, porque eu não mereço qualquer coisa...(Letícia, 31 anos, secretária, desempregada)

Eu que sonhei com um príncipe que ia me carregar nos braços...eu sonhei ficar a noite de núpcias no Hotel Cupim... Só que não!!!! Eu fui me deitar...no dia do meu casamento... ele disse não... A cama era dele... Eu tive que dormir no chão...Depois comprei uma cama para mim...Ele falou que eu não precisava de água filtrada... que eu estava acostumada era com água de sapo...Dizem que ele chamava a mãe dele era de égua...Eu sofri violência verbal, moral... ser humilhada é muito triste...Eu trabalhava de domingo a domingo e ainda fazia o almoço...Um domingo ele falou que eu não servia nem de tapete pra família dele...Ele falava que eu deixasse pra chorar quando meus pais morressem... que eles não tinham nada para deixar... que eles teriam ao menos as lágrimas...Eu sentia que não era nada...Mesmo assim, ele me humilhou mais um pouquinho...Ele falou: estou pensando em lhe dar um dinheiro, você oferece para os presidiários, andarilhos...às vezes, eles aceitam ficar com você... Ele dizia mais: você não tem beleza, você é pobre... Um dia ele falou: se você lavar direito, usar uma bucha de horta, aí limpa a sua pele...Ele falou com a juíza, que eu não precisava de pensão, que eu comia era folha, mato... Se nós fôssemos almoçar em restaurante e eu comesse um pouquinho a mais, eu tinha que pagar...Um dia, nós saímos de ônibus, eu passei e esperei que ele pagasse a minha passagem... ele gritou se eu não ia pagar a passagem...Parecia que ele gostava de me ver chorar...Nós pagamos consórcio de moto, eu nunca andei... Depois, fiquei sabendo que ele chamava as meninas para andarem com ele...dizia que eu era empregada dele... que eu era muito feia... que tinha vergonha de andar comigo...Eu fiz autoescola escondido dele... Ele falou que se eu tirasse carteira, as galinhas iam nascer dentes... Só que não... Eu tirei a carteira...(Evelyn, 51 anos, Auxiliar de Serviços Educacionais)

Na semana de meu casamento, ele me bateu tanto... eu fingi que estava desmaiada para ele parar...Casei em um sábado, no outro, minha filha nasceu...Ele era muito ciumento...Eu grávida, ele me batia muito...Ele batia... eu não podia falar nada... Ele dormia com um punhal debaixo do travesseiro...Ele fincava o punhal em minha bunda, até eu aceitar transar com ele...As brigas começaram porque eu gostava de usar roupa curta...Ele pegava as minhas roupas e rasgava...Eu tive todos os tipos de violência...Ele gritava... quebrava prato... quebrava copo...Ele pegou a cama comigo e virou...Logo depois que eu me separei dele, ele cortou os pulsos e depois se enforcou... Deixou uma carta me culpando, falando que eu não salvei uma vida, que deixei ele morrer...Eu tentei suicídio várias vezes...Ele me chamava de vagabunda, de diabo, de puta...Ele gritava muito...(Walkíria, 36 anos, ajudante de cozinha)

Ele já quebrou um guarda-roupa... Um dia, ele me enforcou e saiu me arrastando...Ele era bruto... sem educação...Outro dia ele pegou uma arma e disse: agora você vai fazer tudo que eu quero...A gente brigava muito...Ele tem muito ciúme...Eu fui atingida por

todas as violências...Uma vez, ele me enforcou... eu quase morri...ele começou a me arrastar... foi me enforcando... apertou muito...ele grita demais... ele vem com toda violência me apertando...Ele me obrigava a fazer sexo...eu, com as lágrimas descendo, falando não quero... não quero...A gente se sente suja... eu ia para o banheiro... me lavava... me esfregava...Tudo era motivo para ele ficar nervoso...Nos últimos tempos, era todo dia... toda noite, eu chorava...Ele é forte... é forte demais...Ele me chama de um monte de coisas, desgraça...me chamava de vagabunda, de piranha...(Nádia, 37 anos, depiladora, desempregada)

O meu marido me batia, um dia eu falei que ia chamar a Polícia, ele mandou eu chamar. Eles chegaram, cadê o valentão, ele abaixou a cabeça, foi algemado e preso, levado para a Delegacia. Ele punha medo, ele quebrava os vidros. Quando ele deu um murro na boca da minha filha, agarrou meus cabelos, eu saí pra rua e chamei a Polícia. Eu chamei por causa do murro que ele deu em minha filha. Ele já quebrou meu nariz. Ele falava assim: se eu for preso um dia, eu te mato. Hoje, ele morre de medo. Falou que não saía da casa, que ninguém tirava ele da casa. Foram lá, tiraram ele. Ele está morando com a família dele. Eu converso com ele assim, com um olho aberto e outro fechado. Ele pediu à minha irmã, que queria conversar comigo, pra pedir desculpas. Ele morre de medo de ser preso de novo. Ele não mexe comigo mais não. (Maria, grupo de mulheres, CREAS)

Os relatos foram quase todos feitos sob forte emoção. As mulheres choravam muito e às vezes, nem conseguiam falar. Estas mulheres ficaram muito fragilizadas e têm muitas dificuldades, principalmente financeiras, para seguir a vida. Muitas delas demonstram muita vergonha por terem vivido essa situação e preferem, por diversas vezes, ficarem quietinhas no seu canto. Além disso, elas têm medo, muito medo. Uma grande parte delas argumenta que o companheiro destruiu sua vida. Vale considerar, de acordo com Pasinato (2015) que muitas mulheres podem viver sob intenso controle de sua vida, ficar com a autoestima destruída, abalar a sua saúde mental, ser humilhada por anos a fio e, às vezes, não sofrer nenhum gesto de violência física. Será que precisa? A violência é mais facilmente identificada quando deixa marcas. Entretanto, é difícil medir a capacidade de destruição da violência psicológica contínua.

Para Saffioti (2015), a relação violenta se constituiria em uma verdadeira prisão: “[...] o homem deve agredir, porque o macho deve dominar a qualquer custo; e a mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu destino assim o determina”. (SAFFIOTI, 2015, p. 90). A ideia que estaria na base do conceito de violência doméstica é a crença de que se está autorizado a utilizar de força para impor desejos e vontades. A casa, como lugar supostamente preservado da interferência do público, torna-se campo de disputas, de abusos, sem regras e controle. O casamento traria legitimidade para o poder do homem que passaria a usar e abusar do corpo do parceiro. O parceiro, após o casamento, passa a ser controlado em seus movimentos, cerceado em sua autonomia e aproveitado de acordo com as necessidades e desejos do proprietário.

A violência física efetiva ou apenas ameaça, leva ao medo de ser ferido, de ser mutilado, de ser morto, excluindo toda possibilidade de diálogo como em uma relação em pés de

igualdade. Ainda, em Bandeira (2017), e de acordo com a OMS, pobreza familiar durante a infância e adolescência, mau desempenho escolar, associado à delinquência juvenil, história de violência familiar, consumo de álcool, transtornos de personalidade, seriam fatores de risco que agravariam a violência doméstica. A autora salienta que as emoções seriam paixões que perturbariam as pessoas na vida cotidiana e que haveria uma carga emocional intensa presente na violência. Os homens ficariam expostos à dificuldade de perder, de elaborar sentimentos de esvaziamento do ódio e da raiva em relação ao outro.

Não obstante a modernidade ter possibilitado a visibilidade do indivíduo como sujeito histórico, a situação da mulher, de gênero feminino, pouco teria avançado. De acordo com Azevedo (1985), se é verdade a afirmativa de que a mulher apanha desde o descobrimento do Brasil, não seria menos verdade a premissa de que a violência não seria uma herança do passado. Muito pelo contrário, a violência continuaria bastante presente em nosso cotidiano contemporâneo. Muniz (2017) pontua que, de acordo com pesquisa realizada em 2013 para o Fórum Brasileiro de Segurança Pública pelo Data Popular, muitas brasileiras ainda compartilham da cultura machista, afirmando que as vítimas provocariam a agressão ao usarem roupas provocantes, como saias curtas e decotes exagerados. Ou seja, elas não condenam os homens e sim culpabilizam tais mulheres e por essas e outras razões, mantém-se a violência.

Bernardes (2014) reitera que para que a mulher possa sair da situação de violência e tenha coragem de denunciar o agressor, enfrentando todas as consequências econômicas e familiares, é preciso que ela saiba aonde ir, que tenha possibilidade de solicitar ajuda e que possa confiar em uma instituição competente, que iria realmente ajudá-la. Não obstante, a mulher, muitas vezes, é discriminada mais uma vez, agora pelos agentes da Delegacia de Polícia, que se fundamentam em estereótipos de gênero. A autora salienta que perguntas como: *‘o que você fez para deixá-lo com tanta raiva?’* *‘Ou ‘ o que você estava fazendo àquela hora, fora de casa?’* podem se apresentar como terrivelmente intimidadoras, jogando a responsabilidade da violência à própria mulher. As mulheres seriam vítimas também de violência institucional, mais uma vez o caráter estrutural da violência. As mulheres de nosso estudo, ilustram esse mal atendimento por parte da Delegacia de Mulheres, através da Delegada de Mulheres e Policiais que lá trabalham. Elas denunciam:

A Delegacia da Mulher não me acolheu, não me passou segurança, o que eu tive lá foi um Delegado que deu em cima de mim... Ele ficou me abraçando... (Letícia, 31 anos depiladora, desempregada)

Eu acho que a Delegacia da Mulher não vale nada...Na hora que a Polícia parou a gente, ele tinha acabado de me agredir...Minha mãe me mandou ir à Delegacia...Eu fui... Eles não fizeram nada... Falaram que eu tinha que ter reagido na hora...Voltei mais vezes, lá... eles não me atenderam... disseram que eu tinha que ter chegado mais cedo...Um pouco caso... Muita mulher morre porque não consegue atendimento...A Delegacia precisa se preparar...Eles falavam que eu deixei passar... Custei a tomar coragem para fazer...A Delegada fez muito pouco caso...(Alice, 24 anos, atendente)

Vou ser sincera com você: as poucas vezes que fui na Delegacia da Mulher, eu fui muito mal recebida lá... não fui acolhida lá...(Margarida, 48 anos, Motorista de caminhão)

Na Delegacia da Mulher, eu acho que eles são muito secos...eles deviam ser mais humanos... Eles colocam como se a mulher estivesse errada...Eles não acolhem a mulher que procura a Delegacia...Você vai passar aquela humilhação toda para depois não dar em nada...A mulher acaba ficando com vergonha... As outras pessoas ficam sabendo...Se eu pudesse, eu sumia daqui... Iria para um lugar onde ninguém me conheça...A Lei Maria da Penha não contribuiu para diminuir a violência contra a mulher...A sensação de impunidade ainda é muito grande...(Rosa, 35 anos, fotógrafa)

Eu não fui bem atendida na Delegacia da Mulher... Ela (a Delegada) não quis fazer o BO. Eu não fui acolhida lá... A Lei contribuiu muito pouco...Não achei bom o atendimento na Delegacia...A parte judicial até hoje não resolveu nada...Está fazendo um ano que estou separada e até hoje, não recebi a pensão para as meninas...(Daiana,33 anos, cozinheira)

Eu acho que a Delegacia, a Lei, não contribuiu em nada para diminuir a violência contra a mulher...(Brenda, 28 anos, empresária)

Eu fui na Delegacia da Mulher...Depois que você fala tudo, chama outra pessoa...você fala de novo... chama outra pessoa...Eu não me senti acolhida lá...Muito frio... Acho que há um pouco de despreparo, uma frieza, uma insensibilidade...parece que as pessoas acham que você é culpada, pela forma que te olham... Eu estava muito mal... eu estava extremamente deprimida... Eu precisava de apoio...Eu acho que o apoio afetivo, psicológico... Alguém que te abraça e fale: eu sei o que você está passando... a culpa não é sua... Resolvi deixar pra lá... desisti...Eu tenho medida protetiva e mesmo assim, ele foi na porta da minha casa, gritou, fez ameaças...Acho que a lei pode inibir algumas situações, mas em geral...(Ingrid, 37 anos, Professora de Português)

Eu fiquei toda machucada, o rosto todo arrebentado, quebrou dente, fiquei toda estourada... fiz BO...a família dele pagou fiança...Eu via a hora que eu é que seria presa... Ele tem influência na Delegacia, no Fórum... Ele é Agente Penitenciário... Eu fiz muitos BOs... muitas queixas...Não adiantava... Nem cesta básica, ele tinha que dar...Parei de fazer...O que eu acho pior é a falta de humanidade das pessoas da Delegacia da Mulher...Para fazer BO, tem que ficar esperando um tempão...Você não tem apoio... Você tem medida protetiva, mas ela não funciona...Até a esposa do juiz foi à minha casa me intimidar...É muita maldade do ser humano...A maioria das pessoas hoje são compradas... E, muitas vezes não te ajudam, porque têm medo...A Delegacia da Mulher não me valeu em nada...Era só chegar lá, eles ligavam para o meu marido... Ele me ligava dizendo: ô palhaça... eu sei que você está aí...Eu não me senti acolhida não... Muito pelo contrário... A Lei não contribuiu pra mim...O atendimento demora muito... Passam 2 anos...Nisso, você já morreu...Atrapalha a gente em tudo e não acontece nada...(Laura, 39 anos, empresária)

Fui na Delegacia da Mulher um monte de vezes... A Delegada fala que não pode fazer nada...No juiz também já fui um monte de vezes...A Lei Maria da Penha acabou me prejudicando, porque eu não posso entrar na minha própria casa... (A sua casa foi presente de casamento de seu pai. Só que ela a passou no nome do marido. Agora, ele não deixa ela entrar lá) Não fui bem acolhida na Delegacia da Mulher e a Lei não contribuiu pra nada...(Nádia, 37 anos, depiladora, desempregada)

Cabe observar que é muito preocupante a atuação da Delegacia de Mulheres da cidade de Conselheiro Lafaiete bem como o tratamento dispensado às mulheres em situação de violência que a procuram. Sabendo da fragilidade em que se encontram as mulheres, vítimas de violência, é importante destacar a necessidade de uma mudança urgente, no tratamento às mulheres, tanto da Delegada, quanto dos policiais civis que ali trabalham. A delegada só registra a queixa se for violência física. Cabe argumentar que a delegada não considera os outros tipos de violência infligidos à mulher, de acordo com a Lei Maria da Penha. E, para a feitura do BO, é necessário que ela possa ver os machucados decorrentes da violência e também que haja testemunhas. É preciso que esta delegacia, especificamente, seja preparada e capacitada para receber as mulheres que ali vão procurar apoio e acolhimento.

Entendemos, que esse deveria ser um lugar onde as mulheres pudessem se sentir melhores, apoiadas e não julgadas como se fossem as responsáveis pela violência sofrida. Sabe-se também que estas mulheres, muitas vezes, são vítimas de deboche, de piadinhas, de cochichos por parte da delegada. O seu lado humano deve estar escondido. Pudemos presenciar isso bem de perto. As mulheres chegam a verbalizar a necessidade de na delegacia receberem um abraço e a fala de que elas não são culpadas, uma vez que a culpa é um sentimento que quase todas as mulheres em situação de violência dizem ter.

Para Bernardes (2014), enquanto a violência contra a mulher seguir de forma invisível, haja vista que considerada como normal e natural, problema da esfera privada, ela continuará sendo uma forma de opressão contra as mulheres, contribuindo para que se perpetue a subordinação da mulher e, além disso, permitindo, alimentando e reforçando a violência contra a mulher. Bernardes (2014) corrobora Tavares e Nery (2012) quando reiteram que a violência contra a mulher, muitas vezes, dilui-se nos hábitos, costumes e comportamentos da sociedade, naturalizando-a e fazendo com que ela se torne invisível. Além disso, falar sobre a violência contra a mulher desmitifica a ideia de que o lar seria um espaço sagrado onde a família viveria em constante harmonia.

4.2 Violência contra a mulher e “vitimização”- As mulheres que revidam

À medida que a mulher se coloca e se conforma com sua condição de Cinderela e espera que sua identidade seja confirmada pelo príncipe encantado, esta mulher poderá vir a ser não apenas vítima, mas principalmente cúmplice de violência contra si mesma (AZEVEDO, 1985).

Gregori (1993) chama a atenção para o fato de a mulher, na violência conjugal, aparecer como passiva, vitimada. Não entendemos dessa forma, muito menos a autora. As mulheres de nosso estudo não ficaram passivas, ocupando um lugar de vítima. A autora questiona porque nem todas as mulheres apanham e destaca que existiriam fatores condicionantes e precipitantes para esta violência. Geralmente, é generalizado para todos os casamentos violentos, um conjunto de expectativas, gestos e padrões morais para homens e mulheres: “Os homens humilham e agredem; as mulheres têm medo, vergonha e se sentem culpadas” (Gregori, 1993, p. 129), ou seja, a mulher se sentindo culpada, ainda têm medo e vergonha e, talvez, até por isso não denuncie e ou evite falar sobre a agressão, com o propósito de evitar outras agressões. Gregori (1993) e Smigay (2000) denunciam que em cada relação de violência analisada, os padrões mais gerais de conduta entrariam em uma operação combinatória bem particular. Haveria um inter jogo relacional que aprisionaria os parceiros numa trama de relações muito particulares, ancorados em relações de poder desiguais. Cada relação teria o seu *modus operandi*, o seu jeito de funcionar e que levaria à agressão. Então, haveria diferentes combinações e vários significados nos diversos relacionamentos; cada relação seria única. Essas diferentes combinações de que falam Gregori (1993) e Smigay (2000) são corroboradas pelos relatos das mulheres de nossa pesquisa. Cada casal teria a sua forma particular de se relacionar.

Gregori (1993) argumenta que a oposição entre vítima passiva e algoz ativo não teria lugar. Destacar o vitimismo no fenômeno da violência seria não considerar que, as mulheres, mesmo partilhando uma condição de subalternidade, agem, condenam, exigem e, por vezes, agredem. Tavares e Nery (2012) corroboram Gregori (1993) argumentando que as mulheres estariam inseridas em campos de força onde existem lutas simbólicas e as mulheres se encontrariam em forças desiguais de poder em relação ao homem. Ainda assim, as mulheres buscam superar sua condição de submissão e tentam romper com o ciclo de violência, reagindo com agressões, insultos e denunciando a agressão sofrida. Constatamos que muitas mulheres, mesmo percebendo a diferença de força com o companheiro, ainda assim, tentam se defender, lutando para que não sejam agredidas, ou até mesmo correndo muito, como dizem elas.

Entretanto, a luta diária travada pela mulher contra o marido agressor não seria suficiente, uma vez que a dominação masculina vai além das relações pessoais, é uma questão

estrutural. A mulher não agiria passivamente, mas estaria envolvida em um campo de forças em que há luta e resistência. (TAVARES e NERY, 2012) Não obstante, os inúmeros instrumentos criados para proteger a mulher da violência, o nível de ocultamento ainda seria muito grande, atingindo todos os níveis sociais e as mulheres conviveriam durante anos com uma relação violenta, temendo denunciar o agressor que estaria dentro de casa. Ou seja, no caso, a “mulher estaria dormindo com o inimigo”. Importante salientar também que muitas mulheres não se percebem como vítimas da violência. Várias mulheres de nossa pesquisa, denunciaram que só perceberam que estavam numa relação abusiva, que estavam numa relação de violência quando saíram dela. E muitas mulheres têm medo sim de denunciar, acreditando que aí sim a violência só pioraria.

De acordo com Gregori (1993), chamar estes gestos de reação ou reprodução, manteria a estrutura básica que faz operar a violência. A violência seria uma das formas das relações de força, mas a violência e a força seriam decorrentes da ausência de poder. Pode-se entender então que o homem, por alguma razão, ao se sentir destituído de poder na relação, utilizar-se-ia da violência e da força, buscando se reapropriar desse poder que julga ter. A autora acentua que a dualidade autonomia/heteronomia e a distinção entre poder, violência e força, seriam construídas de maneira que não se possa imaginar uma transformação. Isso posto, fica difícil imaginar se algum dia, as mulheres poderão sair dessa situação de violência. Parece um jogo em que ninguém quer perder, nem desistir. É uma competição com razões intrínsecas de cada casal.

As pesquisas sobre a violência contra a mulher e de gênero, traduzidas nas relações interpessoais, no espaço conjugal ou doméstico, teriam se iniciado a partir da década de 1980, pelo entusiasmo, pela luta do movimento feminista (BANDEIRA, 2017). Para a autora, esta violência como uma força estruturadora das relações de gênero, teria a ideia de “fixar” de um lado a identidade da mulher agredida e de outro a do agressor, como se cada um deles tivesse sua identidade já pré-definida.

As produções sobre violência e gênero, na década de 1990 trouxeram tensões ao questionarem se haveria uma certa ‘**cumplicidade**’ e/ou ‘**passividade**’ (grifo nosso) de mulheres vítimas de violência. Havia uma crítica à “**vitimização**” (grifo nosso) e os estudos problematizavam que atitudes estariam levando essas mulheres a permanecerem na relação e até mesmo se haveria uma contribuição delas para a continuação da trama. Entretanto, na contramão destas produções, Saffioti (2001) vai argumentar que não é fácil para uma mulher romper com a relação amorosa, sem ajuda externa e que, não obstante, as mulheres sempre

reagem contra o agressor, das mais variadas maneiras. A autora acentua que as reações das mulheres podem, às vezes, não serem adequadas para pôr fim à violência de seus parceiros, mas não cabe continuar chamando as mulheres em situação de violência conjugal de vítimas. Concordamos com a autora, uma vez que não verificamos esta postura de vítima nas mulheres entrevistadas para este trabalho. Muito pelo contrário, muitas delas falam que são guerreiras, que são lutadoras, que são batalhadoras e podemos perceber isso também em seus relatos, em suas histórias. Além disso, sempre haverá aqueles que colocam em dúvida a masculinidade do homem ou que o consideram fraco, ou dominado por sua mulher.

A postura vitimista seria também essencialista social, uma vez que o gênero seria destino. Não é bem assim. Numa concepção flexível, não há lugar para qualquer essencialismo biológico ou social. A categoria gênero não constituiria uma camisa de força. Cada ser humano, homem ou mulher desfruta de uma certa liberdade para escolher sua trajetória (SAFFIOTI, 2001, p. 125). As mulheres eram consideradas como incapazes de agir e reagir. Os estudos e publicações a respeito da vitimização da mulher trouxeram outras posições, separando passividade de estratégias bem pensadas e utilizadas por mulheres vítimas de violência na relação com seus agressores. Em entrevista, o policial J³ que nos atendeu e nos forneceu os dados sobre a violência contra a mulher em Conselheiro Lafaiete, revelou-nos que, pela sua observação, no contato com as mulheres, as mulheres vítimas de violência escolhiam a melhor hora para que ela acontecesse. Elas sabiam que iriam apanhar, mas o melhor momento para a agressão seria escolhido por elas, ou seja, atribuíam-se parte da responsabilidade da violência à mulher, o que é corroborado pela fala do policial. Esta postura por parte das mulheres nos foi revelada neste estudo por algumas mulheres, como por exemplo a mulher que pedia à filha para sair de perto dela, porque sabia que ia apanhar.

Saffioti (2015) também argumenta que nem sempre as mulheres são vítimas. Haveria aquelas que provocam o parceiro, outras difamam o companheiro, criando fatos que ele teria cometido. Na verdade, o que elas querem é criar uma situação de violência. Será? Na relação conjugal com violência, todos os gestos considerados violentos, tais como desrespeito, humilhação, falta de prazer sexual, espancamento e homicídio estariam presentes. O homicídio seria o ato final de uma escalada de manifestações de desrespeito e agressão, haveria uma evolução dos acontecimentos o que levaria inevitavelmente ao assassinato. Ávila (2017) corrobora Gregori (1993) e pontua que a primeira dificuldade para que a mulher rompa o relacionamento seria o fato de ter de comunicar o fato para as autoridades competentes. A

³ Entrevista realizada pela autora em fevereiro de 2017

mulher utilizaria o segredo e o silêncio, muitas vezes, não denunciando até como uma forma de garantir a sua sobrevivência e/ou evitar novos episódios de violência. Essa postura é corroborada por algumas mulheres de nosso estudo.

A falta de recursos financeiros também seria um fator importante, mas a literatura tem mostrado que há muitos casos em que as mulheres ficam em relacionamentos abusivos, apesar de ter uma independência econômica. Pedrosa e Zanello (2017) ressaltam que para as mulheres, o amor seria algo identitário e as mulheres pagariam alto preço para serem escolhidas por um homem, o que implicaria uma espécie de validação como mulher. Por isso, as mulheres seriam doces, devotadas, amáveis e principalmente amantes.

A fala destas mulheres entrevistadas ilustra esse amor de que falam os autores:

Eu tive recaída...Não sei como eu consegui separar dele... Eu ia voltar com ele...Quando ele se casou com outra, eu fiquei arrasada, arrasadíssima...A nossa preocupação era mais financeira... era aluguel...Eu era muito gastadeira... Ele ficava muito irritado...Com ela, eu fico pensando que vai dar certo... eles não têm filhos... não tem que pagar aluguel...Eu fico muito triste...(Alice, 24 anos, atendente)

Ele foi um bom marido...Mesmo com os seus defeitos, ele foi muito bom marido pra mim...Ele somava... Acho que a pessoa tem que somar...Eu chorava demais... Não queria separar...Não queria...Ele estava me fazendo mal e eu queria ficar...Eu me arrependi de ter saído de casa...Quando a mulher apanha e fica é porque ela gosta...Mulher tem que ter amor próprio... É muito triste apanhar de homem...Se eu tivesse tido mais paciência com ele...Já passou pela minha cabeça voltar pra ele 200 mil vezes...Eu com ele era maravilhoso, sensacional, sexualmente falando...A química era muito boa...No dia que nós divorciamos, nós fomos pra cama...Nós éramos o casal perfeito...(Fernanda, 32 anos, Gerente comercial)

Vou ser sincera com você: se ele me pedisse perdão por tudo o que ele já me fez, eu perdoava ele, eu voltava pra ele...Eu gosto dele demais... Estou fazendo uma campanha na igreja pra esquecer dele... pra ver se Deus tira esse sentimento...(Margarida, 48 anos, motorista de caminhão)

Depois que ele me batia, ele ficava carinhoso comigo... Ah... Eu queria voltar pra ele...(Nádia, 37 anos, depiladora, desempregada)

Eu sei o que ele é sem a bebida... Ninguém é perfeito... Eu amo ele com os defeitos dele... Da maneira dele, eu sei que ele me ama também...(Melissa, 54 anos, doméstica)

Muitas vezes, essas relações são colocadas como únicas, enquanto os meios de comunicação de massa propagam que há condições para que as mulheres não mais se calem, umas apanham e se revoltam, outras não. É particular, é pessoal, é de cada mulher, é escolha, é subjetivo. As relações violentas seriam casos especiais de relações conjugais.

Para Moraes e Sorj (2009), algumas críticas de origem sociológica foram formuladas, com relação à violência contra a mulher. O argumento seria o de que tanto mulheres quanto homens praticam e sofrem violência conjugal e familiar. Admite-se que os atos de agressão

sejam feitos em proporções e intensidades desiguais, mas o que deveria ser ressaltado seria o fato de ambos os gêneros, masculino e feminino estarem envolvidos em situação de violência, e serem igualmente sujeitos dos atos de violência. Haveria também críticas à Lei Maria da Penha, que estaria predeterminando o sujeito e a vítima da violência, o que prejudicaria o foco nos múltiplos fatores que gerariam a violência familiar e conjugal. Cabe considerar que nesse estudo estamos discutindo a violência do homem contra a mulher e não outros casos de agressão.

Os relacionamentos conjugais seriam de parceria e a violência pode ser também uma forma de comunicação “**perversa**” (grifo nosso) entre os parceiros. Ou seja, entre os pares haveria o contraste, o conflito e o que os uniria, o que explicaria a convivência e tornaria inteligível a perpetuação da dominação seria uma ideia de ideologia como falseamento. Uma outra hipótese propagada seria a de que as fortes representações de família e de lar como o lugar do sagrado e do privado em que a sociedade não pode, não deve intervir, aumentam os riscos e agravam o problema da violência doméstica. (SMIGAY, 2000). Seria importante observar quais seriam os padrões culturais que estariam informando e servindo como referência para as ações e visões dessas mulheres e homens. Desemprego, pobreza, queda social bruta alimentariam as violências sociais e a violência contra a mulher. Muitas vezes, o que está em jogo seriam os critérios de legitimidade dos padrões de família e dos papéis feminino e masculino. Existiriam vários núcleos de significado que se sobrepõem e se misturam.

Na situação familiar, são cruzadas concepções sobre sexualidade, sobre educação, sobre convivência, sobre a dignidade de cada um. Quando se exerce um papel, age-se em função dessas várias concepções e combina-as, mesmo quando são conflitivas. Essas combinações seriam as mais variadas, para diferentes tipos de casal. A violência tem sido pensada como uma forma de comunicação do casal e resultaria de relações emocionais bastante complexas em que o poder circularia entre os pares. As expressões de violência tomariam diferentes formas e expressões, graus e intensidade e as relações que se estruturariam em torno dela ou por causa dela, também se articulariam por lógicas que podem ser bastante diversas. Há de se perceber que muitas destas mulheres ainda acreditam que o amor é para sempre, independente dos acertos e desacertos. Um amor idealizado, um amor romantizado, um amor confluyente, ambos presentes na cultura e no imaginário social e, que talvez, sustentem a esperança destas mulheres.

Smigay (2000) acentua que vem buscando trabalhar com um novo conceito das relações violentas, procurando entender que a violência faz parte de um jogo de parceiros. Esta violência agiria de forma contínua, cruel e constante e impactaria sobre os corpos e principalmente sobre

o psiquismo. O ataque teria o propósito de destruir o outro em sua imagem, seus pertences materiais e simbólicos, suas esperanças, seus investimentos e o próprio vínculo amoroso. Esse jogo de que fala a autora seria um jogo a dois, mas as relações nem sempre seriam simétricas. Os jogadores não disporiam das mesmas armas nem de condições iguais. Haveria a imposição de um poder disciplinador, mas um poder desigual. As mulheres seriam socializadas para conviver com a impotência, enquanto os homens seriam preparados para o exercício do poder. Esta forma de violência estaria enraizada de forma profunda e persistente na trama social. Não estaríamos diante de um único padrão de violência. Entender a violência pressupõe operar com uma gramática de gênero, de classe e de raça/etnia.

Hoje, procura-se abandonar a ideia das mulheres consideradas como vítimas, procura-se abandonar “mulheres vítimas de violência” e nomeá-las como “mulheres em situação de violência”, com o propósito de retirar da expressão a noção de passividade. Foi o que adotamos neste estudo, tendo em vista as entrevistas com as mulheres e o entendimento de que estas mulheres não ficam passivas diante da violência. Elas tentam se defender, lutam e são guerreiras. Substituindo a luta inicial pelo fim da impunidade, hoje, pode-se dizer que a luta é outra, hoje luta-se por uma vida sem violência. As mulheres precisam urgentemente descobrir novos caminhos, novos propósitos, novas possibilidades, sonhar novos sonhos, tomarem consciência de que precisam se fortalecerem, exigindo os seus direitos, exigindo respeito, lutando por relações mais igualitárias e reivindicando o seu espaço na sociedade. É preciso refletir sobre o que se pode fazer para transformar as relações de gênero. É necessário que haja nas relações afetivas heterossexuais entre homens e mulheres, confiança mútua, relações sociais de igualdade, respeito e amor. É preciso que se construam práticas sociais que possibilitem a autonomia das mulheres. A luta deve ser contra qualquer tipo de dominação social, principalmente a dominação que não é percebida. É preciso desconstruir formas de dominação construídas culturalmente. É preciso pensar em alternativas que superem formas discriminatórias que superem as desigualdades entre homens e mulheres, entre brancos e negros, entre classe trabalhadora e classe dominante... (TAVARES e NERY, 2012)

4.3 OS MECANISMOS DE ATENÇÃO À MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA

Vamos traçar, neste capítulo, uma linha do tempo, indicando o que foi feito até hoje, para combater a violência contra a mulher, partindo da luta das feministas. Em 1975, de acordo com Smigay (2000), as Nações Unidas foram o primeiro dos organismos internacionais a se

interessar pela gravidade da violência contra a mulher. Em 1980, reconhece-se explicitamente que esta forma de violência, no âmbito familiar seria o crime ocultado mais frequente no mundo. As feministas brasileiras, através de ações e expectativas, acreditavam que a criação de uma Delegacia Especializada de atendimento à mulher seria um remédio eficiente para reconhecer a violência conjugal como um crime. De acordo com Azevedo (1985), em São Paulo, é fundado em outubro de 1981, o SOS Mulher e também no Rio de Janeiro, que teve sua criação proposta também em 1981, num encontro de feministas em Volta Redonda.

Em 1985, em São Paulo, nasce a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAMs). De acordo com Gregori (1993), em Belo Horizonte também nasce a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. Esta Delegacia acolhia a queixa das mulheres e, dentro dos procedimentos legais, o combate à violência conjugal era efetuado e esta violência criminalizada. Apesar disso, Chauí (1985) chegou a propor que as mulheres poderiam ser cúmplices e elas mesmas produtoras de violência. E, junto a isso, o acolhimento nas Delegacias Especializadas e os movimentos feministas lutavam pela qualidade no atendimento e pela extinção de estereótipos, rótulos e preconceitos.

Entretanto, o discurso produzido pelas mulheres que tentavam denunciar ou escapar de relações sofridas, se por um lado, mostravam uma dimensão de intensa dor, no submetimento ao companheiro dominador, por outro lado, revelava que as mulheres faziam funcionar estratégias de resistência, seja abalando o poder do outro ou produzindo, elas mesmas violências diversas (SMIGAY, 2000). Na década de 90, em uma postura mais avançada, a violência contra a mulher passa a ser entendida como um problema que afetaria uma população grande e que aconteceria em todos os países do mundo. Em 1993, a Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos reconhece os direitos das mulheres como direitos humanos e, em consequência, define como violação de direitos humanos a violência contra a mulher.

Em 1995, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova a Declaração para a eliminação da violência contra as mulheres. Em setembro de 1995, a IV Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim, reconhece que a violência contra as mulheres é um obstáculo para a igualdade, para o desenvolvimento e para a paz entre os povos e impede às mulheres desfrutar de seus direitos e liberdades fundamentais. (SMIGAY, 2000). Em 1995, de acordo com Maia (1997), foram implantados os Juizados Especiais Criminais (JECRIMs), regulamentados a partir da aprovação da Lei Federal 9.099 que despenalizavam os crimes de violência conjugal. Estes Juizados foram concebidos para mediar as partes envolvidas, ou seja, homem e mulher, buscando facilitar acordos entre vítimas e agressores.

A violência conjugal era considerada um crime de menor gravidade e as punições, geralmente eram fornecimento de cestas básicas, serviços prestados à comunidade, dentre outros. Moraes e Gomes (2009) apontam que a principal rejeição por parte das feministas era a de que, na prática, as mulheres eram pressionadas para realizar acordos e ou a aceitar penas alternativas, em que os agressores, de certa forma não sofriam sanções. Saffioti (2015) aponta que juízes, com um sexismo exacerbado adoravam dar sentenças para os autores de violência, como o pagamento de uma multa de R\$ 60,00 ou a entrega de uma cesta básica para alguma instituição. Estas penas alternativas, na verdade envolviam uma despenalização dos crimes. Vários estudos reiteram que a violência doméstica era banalizada e não havia uma ‘criminologia feminista’.

Isso posto, o movimento feminista foi à luta pela implantação de delegacias especializadas no atendimento às mulheres, posicionando-se também a favor de uma nova visão a respeito da violência conjugal, postulando que esta deveria ser considerada crime e o autor penalizado. É preciso ressaltar que o movimento feminista foi fundamental para as reflexões a respeito das desigualdades de gênero. Mas, na verdade, cabe esclarecer que o que houve com a implantação das DEAMs (Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulheres) foi que as mulheres vítimas de violência buscavam ali muito mais uma mediação de conflitos e o restabelecimento de sua relação conjugal (MORAES e SORJ, 2009). Isto é corroborado pela fala do policial que nos atendeu, quando afirma que as mulheres esperam que os policiais aconselhem o companheiro agressor, “deem um aperto nele”, mas sem demonstrarem querer se afastar do companheiro.

Debert e Oliveira (2009) corroboram Moraes e Sorj (2009) ao reiterarem que as mulheres, vítimas de violência acabam por descaracterizar a função policial, que passa a ser confundida com a do psicólogo e/ou assistente social, haja vista que esperam obter na Delegacia uma renegociação de suas relações conjugais e não uma punição ao agressor.

Moraes e Sorj (2009) argumentam que, na verdade, o que essas mulheres esperam da polícia é que ela seja um instrumento de proteção e, em virtude disso, faça uma repreensão ao companheiro, autor de violência. E mais, haveria uma ambivalência nos sentimentos das mulheres com relação aos companheiros, autores de agressão. Ou seja, as mulheres querem recuperar o agressor, através da ameaça ou conselho de uma autoridade policial e não que ele seja penalizado. Muito embora, o atendimento público às mulheres vítimas de violência, fundamentando-se nas bandeiras feministas, tenha a pretensão de retirar a violência sexual da ordem do silêncio e do domínio do privado, evitando que as mulheres tentem proteger o

agressor (MORAES e SORJ, 2009). Reiteramos que essa postura por parte das mulheres não se confirmou em nossa pesquisa.

Também Saffioti (2015) ratifica essa atitude de proteger o agressor, por parte das mulheres, quando argumenta que, na maioria das vezes, as mulheres, quando procuram uma Delegacia da Mulher, têm a expectativa de que a Delegada dê uma “prensa” em seu marido agressor, mas com o objetivo de manter a relação, só que em outras bases. A autora vai além. Ela pontua que as pessoas ligadas por laços afetivos, dependem umas das outras e ainda não haveria ninguém com total independência. Não obstante, haveria ainda uma pressão por parte da família, da Igreja, dos amigos, no sentido de preservar a “sagrada família”. As mulheres de nosso estudo retratam essa postura das famílias e até mesmo delas próprias:

Eu fui agredida e fui para a casa de meus pais. Eu falei pra eles e eles me mandaram voltar pra casa e resolver...E, mais disseram: ‘quem resolve é o casal’!(Letícia, 31 anos, secretária, desempregada)

Minha mãe achava que mulher tinha é que casar bem... Família nenhuma gosta que separa...Minha mãe não sabe de nada que eu vivi...Minha mãe falava: ‘se você conseguir que ele vá conversando até o quarto, já está bom!’ Quando eu separei dele, ele já estava lá na casa da outra... Por isso, minha família aceitou...(Evelyn, 51 anos, Auxiliar Serviços Educacionais)

Quando pequena eu tinha que ficar numa redoma...Não podia fazer nada... não podia sair na rua... O que me prende no relacionamento, é que desde pequena, eu sonho com uma família... tem as crianças... a casa...Minha mãe era vítima de violência e falava que não queria que eu fosse igual a ela (A mãe continua casada até hoje!)...(Heloísa, 42 anos, fisioterapeuta)

Um dia, um sargento me falou que eu não queria fazer outra representação era porque eu gostava dele...[...] Ele acabava me convencendo, principalmente no que mais me prendia...que eu ia estragar uma família...Eu queria ter uma família para os meus filhos...Até que um dia eu entendi que família completa é família feliz! Não adianta ter pai e mãe dentro de casa, mas brigando sem parar! (Rosa, 35 anos, fotógrafa)

Acho que eu sou antiga! Antigamente, as mulheres não podiam sair do casamento...Eu achava que não podia sair, que não ia encontrar outra pessoa... Eu tinha que fazer tudo para continuar... (Ingrid, 37 anos, Professora de Português)

Separar eu não podia por causa da filha...Eu achei que era para o resto da vida...Eu falava para os meus pais... eles diziam para relevar... teria que ficar junto...Só tive coragem para me separar, depois que meu pai faleceu...(Brenda, 28 anos, empresária)

Eu tentei até o último momento... porque separação traz muito trauma para os filhos...Eu sou filha de pais separados... trago isso até hoje...O ideal era eu ficar quietinha...Se meus filhos não estiverem bem, eles não saem bem nos estudos... O que

posso deixar para eles é o estudo...Ninguém sabe as ameaças, as pressões que você tem... Nós somos obrigadas a voltar...(Laura, 39 anos, empresária)

Ele não aceita ficar longe da minha filha... Eu aceito muita coisa por causa da minha filha...A filha viu muitas brigas... ela chorava... ela partia para cima dele...A mulher convive porque é ele que banca a casa, que coloca as coisas dentro de casa...(Bianca, 34 anos, faxineira)

Eu vivi numa família de muita violência... Eu casei para sair de casa...A mãe me falava que eu tinha que aguentar ele assim mesmo... que ele era assim...Eu me sinto culpada pela morte do meu marido... Eu não podia ter saído de casa...(Walkíria, 36 anos, ajudante de cozinha)

Eu sonhava sozinha com o casamento...Eu me submetia até mesmo para continuar o casamento... eu aceitava...Eu acreditava que ele ia melhorar...Eu achava que o amor que eu sempre quis tinha chegado...Minha família acha que eu tenho que voltar para ele...A gente se submete à violência também por causa da condição financeira...Às vezes, a gente gosta tanto da pessoa que se submete...A pessoa só deve se separar se tiver um trabalho...(Nádia 37 anos, depiladora, desempregada)

Entendemos que há uma pressão por parte da família e até um desejo, por parte da mulher, de manter a família, de dar uma família para seus filhos, sim, tem também a questão de o companheiro ser o provedor, conforme apresentado acima na fala das mulheres de nossa pesquisa.

Posto dessa forma, discordamos de Saffioti (2015) quando ela afirma que as mulheres querem apenas que a Polícia dê uma “prensa” em seus companheiros, mas querem manter a relação. Contrariamente a isso, praticamente quase todas as mulheres que entrevistamos não querem nem saber do companheiro do qual se separaram. Outras moram na mesma casa, mas não conseguem encarar o companheiro e ou nem conseguem sentar perto dele. Muitas dizem ter ódio, ódio profundo dele. Um outro sentimento bastante trazido pelas mulheres é o medo, muito medo, pavor, pânico, fobia. E, trazem também o sentimento de vergonha, muita vergonha, como se elas tivessem feito algo errado. E, ainda há aquelas mulheres que falam de perdão. Apenas uma mulher disse que já pensou umas 200 mil vezes em voltar para o companheiro e uma outra entregou que se o ex-companheiro lhe pedisse perdão, ela perdoava e voltava para ele. E uma mulher diz não saber o que é pior, conforme já discorremos neste texto, que se é apanhar quase todos os dias ou morar na casa de sua mãe. Ainda, uma mulher não se separou e diz que ama o marido com os defeitos dele. E argumenta: ninguém é perfeito: diz mais: fala que à maneira dele, sabe que ele a ama também. Observou-se ainda que algumas mulheres, quase como justificando a violência, tentam encontrar qualidades nos companheiros. Senão, vejamos na fala das mulheres a singularidade de cada uma:

O meu amor acabou... Não tenho vontade nem de sentar perto dele...(Ivone, 62 anos, doméstica)

A gente tem que aprender a perdoar as pessoas...Eu até perdi a fé com Nossa Senhora...Eu acho que meu marido pode ter se iludido... ela era muito rica... Hoje, eu não ligo mais não...(Evelyn, 51 anos, Auxiliar de Serviços Educacionais)

Acho que a nossa relação era muito abusiva... Antes, eu ficava me culpando...Eu perdoo muito fácil... Fiquei arrasada quando ele se casou...(Alice, 24 anos, Atendente)

Eu tenho uma paciência de Jó... Vou ser sincera com você: ‘ se ele chegasse pra mim e me pedisse perdão por tudo o que ele já me fez... eu perdoava ele... eu voltava pra ele... ’(Margarida, 48 anos, motorista de caminhão)

Não queria separar... não queria...Já passou pela minha cabeça, voltar pra ele, 200 mil vezes...Nós éramos o casal perfeito...Todo mundo tem desentendimento...(Fernanda, 32 anos, gerente comercial)

Eu ficava com uma raiva...Tinha que ter prisão perpétua para homem que bate em mulher...E, se com o agressor está ruim, sem ele vai ficar muito, muito melhor...(Fabrícia, 48 anos, Auxiliar de Serviços Gerais)

O meu defeito é acreditar demais, ser boazinha demais...querer ajudar demais...Eu tinha um sentimento de tristeza... de medo...medo de acontecer mais coisas...Eu tenho medo de mim... de aceitar de novo...(Heloísa, 42 anos, fisioterapeuta)

Ele não é uma má pessoa... Ele tem o coração bom...Eu tenho muito dó dele...Ele cuidava de mim...Ele buscava tudo o que eu queria...Mas, até o jeito dele de falar é agressivo...Hoje, eu tenho vergonha de ter deixado chegar no ponto que chegou...(Rosa, 35 anos, fotógrafa)

O cheiro dele me fazia mal, me dava enjojo... Eu não queria nem abraçar... nem beijar... nem que ele me tocasse...Eu tinha um sentimento de ódio...Eu peguei tanto nojo dele, que na hora dele chegar, eu já passava mal... ficava tremendo... ficava travada...Eu tenho ódio profundo dele...O sentimento de amor foi morrendo...Essa violência é a pior coisa do mundo, depois da morte...(Daiana, 33 anos, cozinheira)

Eu fico com muito medo dele... Ano passado, eu pensei em morrer... tava pesado...Eu tenho o maior medo de sair de casa...Eu sentia muita raiva, muita raiva de mim...Eu tenho nojo, raiva dele, muito arrependimento por ter ficado tanto tempo...Pode ser que eu tenha ficado neurótica... pode ser que eu tenha ficado louca...(Brenda, 28 anos, empresária)

O defeito dele é a violência... Ele tem o coração bom...Não era de todo ruim...Eu tenho muito receio, muito medo dele...começa até a me dar uma fobia...Eu me sentia culpada...Eu sinto hoje, que estava me afogando...Nem pedi a pensão para o meu filho por medo dele...(Ingrid,37 anos, Professora de Português)

Muitos BOs...Nada adiantava...Eu passei momentos difíceis...Muita fraqueza... Me senti inútil... tive vontade de me suicidar...Cheguei a tentar suicídio...Eu tentei de todas as formas ficar com ele...Tive um período de depressão...Ele teria que ficar preso... pagar mesmo...Eu tive que abrir mão de tudo...Eu via uma hora que ele ia me matar ou eu ia matar ele...Ele tinha que pagar tudo o que fez comigo...(Laura, 39 anos, empresária)

Ele é autoritário... Ele que manda em tudo...Ele é um covarde... Tenho um sentimento de ódio dele...Eu fiquei muito magoada... muito machucada... sem sentimentos...Fui desgostando dele...Eu acho ele um monstro, ordinário, covarde, sem coração...Eu tenho medo dele também...Essa violência foi horrível...Eu não gosto nem de olhar pra cara dele...(Bianca, 34 anos, faxineira)

Eu sentia muito ódio quando ele me batia...Eu tentei suicídio várias vezes...Eu sinto dor por dentro...Eu acho que alguém vai me pegar...Eu ficava em pânico... e com muita vergonha...Eu tenho muito medo... pavor...(Walkíria, 36 anos, ajudante de cozinha)

Eu não sabia que o homem pra ser ignorante, não precisa beber...Ele não pensa, na hora do nervoso...Eu tenho muito medo dele...Depois, eu perdoava...Eu me sentia humilhada...Eu encolhia de medo...Ele tem muita força...Eu acho que ele é covarde...Agora, eu não posso entrar na minha casa...Eu não sei o que é pior: ser a dona da casa, a dona do dinheiro e apanhar quase todos os dias ou morar na casa de minha mãe, não ter liberdade nem pra comer e ter que deitar com fome e rezar pra dormir...(Nádia, 37 anos, depiladora, desempregada)

Conforme pode-se constatar nestes depoimentos, a postura das mulheres de desejarem apenas que a Polícia “dê uma prensa em seus companheiros, mas sem abrir mão da relação tal como propõe Saffioti (2015) não se confirmou em nossa pesquisa.

Para Guimarães e Diniz (2017), homens e mulheres colaborariam de maneira complementar para persistirem na relação. O homem daria assistência à mulher, pediria desculpas, mostrar-se-ia arrependido, com remorso, faria promessas de que nunca mais iria repetir o episódio e utilizaria de mecanismos de sedução. Algumas mulheres de nosso estudo falam desse comportamento por parte do companheiro agressor:

Ele ia no mercado, comprava um monte de coisas, um monte de frutas, achando que eu ia ficar bem com ele. Eu dizia: você está achando que está me comprando? (Melissa, 52 anos, doméstica)

Ele se comportava depois como se nada tivesse acontecido... Ou então, vinha igual um gatinho querendo colo, abraçava, falava coisas inconsequentes, igual a uma criança...(Letícia, 31 anos, secretária, desempregada)

Depois, ele tentava voltar atrás, para cair no esquecimento...Eu, toda a vida, gostei muito de pastel... ele corria para buscar...trazia vinho, cigarro... eu fumava...(Evelyn, 51 anos, Auxiliar de Serviços Educacionais)

Ele costumava comprar as coisas pra me agradar... Ele falava assim: eu te deixei triste, eu quero fazer uma coisa pra você...Ele falava que não queria me comprar...Ele falava que queria me ver feliz, me ver rindo...(Alice, 28 anos, atendente)

Depois das brigas, ele me chamava para conversar e começava tudo de novo... Pra quem está de fora, é fácil falar... Não é fácil... (Heloísa, 42 anos, fisioterapeuta)

Ele cuidava de mim... Ele fazia tudo o que eu queria...Ele demonstrava muito arrependimento...Ele ajoelhava, chorava muito...Falava que eu era a mulher da vida dele...É muito difícil... A gente mesmo inventa desculpas pra esses homens violentos...(Rosa, 35 anos, fotógrafa)

Depois que ele me batia, ele debochava da minha cara...ria dos meus machucados... cuspiam em mim...Depois ele conversava normal, como se não tivesse feito nada...me chamando de amor...(Daiana, 33 anos, cozinheira)

Depois que ele me agredia, ele ficava indiferente... nunca pediu desculpas...(Brenda, 28 anos, empresária)

Depois, ele me envolvia de uma tal maneira, que no final, eu estava chorando, pedindo desculpas pra ele...de uma coisa que não tinha feito...Ele me fazia acreditar que eu era a culpada...(Ingrid, 37 anos, Professora de Português)

Depois, ele ajoelhava...chorava de escorrer lágrimas... falava que me amava...Ele comprava um monte de coisas que eu e os meus filhos gostávamos...para nos agradecer... (Laura, 39 anos, empresária)

Ele falava que não queria fazer isso...No outro dia, ele ficava bonzinho como se nada tivesse acontecido...Ele nunca pediu desculpas...(Bianca, 34 anos, faxineira)

Ele chegou lá no Fórum chorando... falando que estava arrependido...Minha advogada me aconselhou a retirar a queixa...Ela falou pra eu dar mais uma chance a ele...Eu falei que ia dar um tempinho, que ia voltar...(Walkíria, 36 anos, ajudante de cozinha)

Aí ele vinha com carinho pra mim...Eu nem sentia nada... Depois, ele ficava mansinho... perdia perdão... eu acreditava que ia melhorar...(Nádia, 37 anos, depiladora, desempregada).

Muitas mulheres, tentando acreditar, criariam esperanças de que o parceiro realmente mudaria. Seria o ciclo de violência do qual trata a Juíza Tatiane Moreira Lima, em entrevista concedida a Barros (2016) que colocaríamos assim: agressão – arrependimento – pedido de desculpas – promessas - sedução - lua de mel - irritação- agressão. Vários autores discutem esse ciclo de violência.

Como resultado das críticas, das propostas de lei, das intensas manifestações e articulações dos movimentos feministas, em 2006, é elaborada a Lei 11.340/06, chamada Lei Maria da Penha. Com relação a esta Lei, Romeiro (2009) enuncia:

É importante ressaltar que um dos fatores que contribuíram para a visibilidade da lei está diretamente relacionado à história pessoal de Maria da Penha Fernandes, a mulher que acabou emprestando seu nome à Lei 11.340/06. Em 1983, Maria da Penha sofreu uma tentativa de homicídio pelo seu então marido, e em decorrência dos tiros nas costas que levou, acabou paraplégica. Seu marido foi levado a julgamento e acabou

condenado pelos tribunais de Fortaleza, cidade na qual residiam, entre os anos de 1991 e 1996, mas, no entanto, devido aos recursos utilizados, em nenhuma dessas duas condenações ele foi preso.

A impunidade e a morosidade na resolução do caso levaram Maria da Penha a recorrer, em 1998, ao Centro para Justiça e o Direito Internacional (Cejil) e ao Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), que levaram o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) que, pela primeira vez, acatou a denúncia de um crime de “violência conjugal”. Em 2001, dezoito anos depois da tentativa de homicídio, a OEA responsabilizou o Estado brasileiro por omissão e negligência em relação à “violência conjugal”, e recomendou que medidas fossem tomadas e políticas públicas que inibissem as agressões domésticas contra mulheres fossem criadas. [...]

Somente em 2002, em decorrência das pressões exercidas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o processo foi encerrado e o ex-marido de Maria da Penha foi preso, permanecendo dois anos na prisão (ROMEIRO, 2009, p.63-64).

Importante salientar que a Lei Maria da Penha exclui a possibilidade de se compreender os homens, dentro de relações violentas, como possíveis sujeitos passivos, ou seja, vítimas dessa violência e não agressores.

As tensões entre operadores jurídicos e feministas se tornam mais evidentes e não há consenso sobre qual natureza é a violência contra as mulheres nem também sobre qual a melhor maneira de enfrentá-la. Mas utilizam o mesmo discurso que se fundamenta nas noções de democracia, direitos das mulheres e noções de igualdade. Todavia, para as feministas, seria fundamental criar mecanismos punitivos eficazes, no país, e não o fazendo, o Estado brasileiro estaria em desacordo com as convenções internacionais de direitos humanos das mulheres e os casos de violência conjugal não estariam tendo um tratamento adequado (ROMEIRO, 2009).

De acordo com Romeiro (2009), com a Lei Maria da Penha, foi aberta a possibilidade de inclusão daqueles casos de agressão como a violência psicológica e a violência moral que não estariam inscritos nos corpos. Outra questão é sobre o espaço onde ocorre a violência, de acordo com a nova lei, entende-se por

Violência doméstica e familiar contra a mulher' aquela que acontece no âmbito da unidade doméstica, da família ou de qualquer relação íntima de afeto, independente de coabitação, e que coloque a mulher em situação de algum tipo de dano que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e/ou dano moral ou patrimonial (ROMEIRO, 2009, p. 58).

A inovação da Lei Maria da Penha reside na impossibilidade de a “vítima” retirar sua queixa na própria delegacia. Ou seja, depois que se faz a denúncia, não se pode mais desistir do processo, o que era uma atitude muito comum antes da Lei. Agora, a mulher só poderá desistir diante do juiz. Outra questão importante é que o Ministério Público não depende mais de autorização da vítima para o registro da queixa e a instauração do inquérito policial, em função

de denúncia ou flagrante. Isso posto, as investigações não podem ser paralisadas, mesmo que a vítima queira.

Ademais, a Lei Maria da Penha interditou o pagamento de multas e cestas básicas, que eram o símbolo da impunidade institucionalizada. Vale dizer que, ao mesmo tempo que os juristas falam de retrocesso com relação ao direito de representação da vítima, para as feministas, esse mecanismo é fundamental para que o agressor seja punido e para que se perceba que a violência conjugal é um problema de interesse público. Soares (2009) também fala da tensão criada pela Lei quando prevê aumento de penas para os casos de lesão corporal e a prisão em flagrante dos autores de violência doméstica. É importante assinalar que a vigência da Lei trouxe à tona, novamente, o debate sobre a violência em toda a sociedade e interveio no terreno cultural, quando sugere a adoção de ensino não sexista e não discriminatório, além de determinar a cassação do porte e da posse de armas, para os autores de violência. De acordo com Romeiro (2009):

O status da violência como um fenômeno restrito a uma questão cultural da sociedade brasileira, relacionado a uma estrutura patriarcal e limitado à vida privada ganha uma nova dimensão e passa a ser visto como algo pertencente a uma condição de vulnerabilidade da mulher frente ao poder masculino, comum a muitas mulheres no mundo todo. (ROMEIRO,2009, p62)

A Lei Maria da Penha já completou 12 anos e, não obstante alguns avanços, os números de violência contra a mulher, ainda são muito preocupantes. Em entrevista ao “Jornal Correio da Cidade” de Conselheiro Lafaiete, de 13/08/16 a 19/08/16, a Delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher salienta que a violência contra a mulher acontece em todos os níveis sociais e que, na maioria das vezes, a mulher, vítima de violência, não quer ver o seu agressor punido. Ela quer que cessem as agressões e o relacionamento continue. Além disso, inúmeros são os motivos que levam as mulheres a retirarem a queixa, e, muitas vezes, até voltarem a viver com o agressor. A fala da referida delegada corrobora os estudos a esse respeito, discutidos nesse trabalho, mas não corresponde aos relatos das mulheres dessa pesquisa.

A Lei Maria da Penha diz que violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, conforme definido no artigo 5º da Lei nº 11.340/2006 (BRASIL, 2006. **No artigo 5º da Lei Maria da Penha, quatro pontos merecem atenção:**

1) A lei representa um reconhecimento do Estado brasileiro de que, em nosso contexto, **os papéis associados ao gênero feminino** e o lugar privilegiado do gênero masculino nas relações **geram vulnerabilidades para as mulheres**, que acabam sendo mais expostas socialmente a certos tipos de violência e violações de direitos;

2) **A Lei Maria da Penha define cinco formas de violência doméstica e familiar**, deixando claro que não existe apenas a violência que deixa marcas físicas evidentes:

– **Violência psicológica:** xingar, humilhar, ameaçar, intimidar e amedrontar; criticar continuamente, desvalorizar os atos e desconsiderar a opinião ou decisão da mulher; debochar publicamente, diminuir a autoestima; tentar fazer a mulher ficar confusa ou deixá-la pensar que está louca; controlar tudo o que ela faz, quando sai, com quem e aonde vai; usar os filhos para fazer chantagem – são alguns exemplos de violência psicológica:

– **Violência física:** bater e espancar; empurrar, atirar objetos, sacudir, morder ou puxar os cabelos; mutilar e torturar; usar arma branca, como faca ou ferramentas de trabalho, ou de fogo;

– **Violência sexual:** forçar relações sexuais quando a mulher não quer ou quando estiver dormindo ou sem condições de consentir; fazer a mulher visualizar imagens pornográficas quando ela não quer; obrigar a mulher a fazer sexo com outra (s) pessoa (s); impedir a mulher de prevenir a gravidez, forçá-la a engravidar ou ainda forçar o aborto quando ela não quiser.

– **Violência patrimonial:** controlar, reter ou tirar dinheiro dela; causar danos de propósito a objetos de que ela gosta; destruir, reter objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais e outros bens e direitos.

– **Violência moral:** fazer comentários ofensivos na frente de estranhos e/ou conhecidos; humilhar a mulher publicamente; expor a vida íntima do casal para outras pessoas, inclusive nas redes sociais; acusar publicamente a mulher de cometer crimes; inventar histórias e/ou falar mal da mulher para os outros com o intuito de diminuí-la perante amigos e parentes.

3) Na maior parte dos casos, as diferentes formas de violência acontecem de modo combinado.

4) Geralmente, é dada gravidade e importância à violência física, mas não aos outros tipos de violência, até porque não são vistos e ou mostrados e foi com isso que a Lei Maria da Penha quis muito claramente romper, quando explicou todas as formas de violência e todo o conceito de violência doméstica em seus primeiros artigos.

Soares (2009) salienta que “ [...]a Lei Maria da Penha pressupõe que qualquer agressão, física ou psicológica seja a manifestação de uma situação de desigualdade de poder e, portanto,

de subordinação da mulher ao homem” (SOARES, 2009, p.154). Ou seja, de um lado o imaginário de um homem dominador e violento e de outro o de uma mulher passiva e vitimizada.

Não obstante, Smigay (2000) aponta que começam a se desenhar novas masculinidades nas quais os parceiros estariam mais sensíveis às reivindicações de suas companheiras. Esse novo homem estaria incorporando mudanças de atitudes, de padrões, de desejos, estaria renovando a vida conjugal, com novas atitudes, novos valores, aprofundando a intimidade e as trocas afetivas que estariam fundamentadas em modelos de igualdade e de respeito mútuos. Mas, para que as relações violentas sejam trabalhadas no sentido de se tornarem igualitárias, as pessoas envolvidas devem ter o desejo de mudar. Milhares de mulheres lutam para prevenir, erradicar e punir a violência contra a mulher. A Lei Maria da Penha parece não ter diminuído o índice de violência contra a mulher, mas, de alguma forma, encoraja a mulher a buscar ajuda, de acordo com a Lei e também, deu mais visibilidade à questão da violência contra a mulher.

Muitos autores discorrem sobre o ciclo da violência.

> Na primeira fase, conhecida como a fase de “acúmulo de tensão”, iniciaria o estresse, com incidentes menores. Seria a fase das discussões, do ciúme exagerado, da destruição de objetos pessoais, com a mulher considerando-se responsável pela situação e tentando agradar o companheiro a todo custo, com o intuito de evitar um estresse maior.

> A segunda fase seria caracterizada como a fase de “explosão da tensão” em que o acúmulo de tensão culmina em agressões físicas, espancamentos, xingamentos e a carga de estresse é descarregada. O descontrole e a imprevisibilidade são características do agressor e qualquer atitude da mulher pode levá-lo a novas agressões.

> A terceira fase chama-se “lua-de-mel”. Aqui, o agressor se arrepende, passa a ter um comportamento amoroso e carinhoso, faz promessas de que o comportamento violento nunca mais voltará a acontecer. A mulher se convence de que ele está realmente arrependido e acredita na mudança de comportamento dele. Ele se utiliza de artifícios emocionais como a ameaça de suicídio, caso ela o deixe.

> Após fase de aparente tranquilidade, o ciclo recomeça e volta tudo outra vez e assim se perpetua o ciclo da violência.

A Polícia Civil de Minas Gerais organizou uma cartilha em que também fala do ciclo de violência conjugal, com as três fases e atitudes da vítima e do agressor. De acordo com a cartilha:

> Na fase 1 aconteceria, a “evolução da tensão”. O homem teria uma conduta ameaçadora e violenta, com agressões verbais e destruição de objetos da casa; a mulher, vítima, ficaria passiva, paciente, sentindo-se responsável pelas explosões do agressor e sempre procurando justificativas para o comportamento violento (cansaço, desemprego). Quando não encontra uma justificativa, atribui tal comportamento ao uso de bebida alcoólica, drogas, etc.)

> Na fase 2, haveria o “incidente de agressão”. Aqui, o agressor teria uma tensão além do limite, comportamento descontrolado, agressões de grande intensidade e ausência de auxílio à vítima. A cada novo ciclo, as agressões se tornam mais violentas. A mulher, vítima ficaria fragilizada e em algumas situações, não suportando mais a constante sensação de medo e ansiedade, acredita que não tem controle da situação.

> Na fase 3, há o comportamento gentil e amoroso. Aqui, o agressor se arrepende e tem medo de ser deixado pela mulher, vítima. Torna-se extremamente atencioso e carinhoso e faz promessas de mudança e de uma vida feliz. A cada novo ciclo, a duração dessa fase diminui. A mulher iludida e enganada acredita na mudança de comportamento do agressor e confia que os episódios de violência não se repetirão.

Aos poucos, o casal retorna à fase de tensão no relacionamento, à primeira fase.

Na Cartilha organizada pela Polícia Civil de Minas Gerais, são elencados os motivos pelos quais as mulheres suportam a violência doméstica:

- . Medo de romper o relacionamento.
- . Vergonha de procurar ajuda e ser criticada.
- . Esperança de que o parceiro mude o comportamento.
- . Por sentir-se sozinha e não contar com pessoas que a apoiem.
- . Medo de não ser aceita na sociedade como uma mulher sem marido.
- . Dependência econômica dos parceiros para o sustento da família.
- . Nem todas estão preparadas para viver um processo de separação.

A Cartilha fala também de alguns sinais que ajudariam a identificar as chances de uma relação se tornar violenta:

1-Comportamento do controlador: sob o pretexto de proteger ou oferecer segurança, a pessoa potencialmente violenta passa a monitorar os passos da vítima e a controlar suas decisões, seus atos e suas relações;

2-Rápido envolvimento amoroso: pode também sinalizar perigo. Em pouco tempo, a relação se torna tão intensa, tão insubstituível que a futura vítima se sente culpada por tentar diminuir o ritmo do envolvimento. Nas palavras do agressor, a futura vítima é a única pessoa

que pode entendê-lo. “Ele nunca amou ninguém daquela forma e estará destruído se ela o abandonar”.

3-A pessoa violenta desenvolve expectativas irreais com relação à parceira: como a de preencher todas as necessidades dele, exigindo que a mulher seja perfeita como mãe, esposa, amante e amiga. Coloca-a em posição de isolamento, criticando e acusando amigos e familiares, procurando impedir, das mais variadas formas, que ela circule livremente, trabalhe ou estude.

4-A pessoa violenta mostra-se facilmente insultada, ferida em seus sentimentos ou enfurecida com o que considera injustiças contra si.

5-Ele também revela crueldade com animais e crianças. Gosta de desempenhar papéis violentos na relação sexual, fantasiando estupros, desconsiderando o desejo da parceira ou exigindo disponibilidade sexual em ocasiões impróprias.

6-O abuso verbal é também um sinal que pode preceder a violência física. O agressor poderá ser cruel, depreciativo, grosseiro. Tentará convencer sua parceira de que ela é estúpida, inútil e incapaz de fazer qualquer coisa sem ele.

Para Tavares e Nery (2012), vários seriam os fatores que dificultam e impedem a mulher de romper com uma relação violenta tais como dependência financeira, a falta de apoio dos amigos, falta de apoio institucional, dependência emocional, a crença de que, apesar da relação agressiva, a mulher ainda ama o marido e não consegue viver sem ele. Já as causas da violência postas pela ideologia dominante da sociedade, colocam o desarranjo familiar, a falta de diálogo em casa, a provocação da mulher, estresse do companheiro, dependência do álcool e outras drogas, dificuldades financeiras. De acordo com as autoras, por se tratar de uma relação afetiva, é bem difícil romper com o ciclo da violência e a sua ruptura dependeria de uma intervenção externa. Muitas vezes, ocorrem trajetórias oscilantes, com movimentos de saída da relação e retorno a ela. As mulheres podem permanecer em relações violentas por décadas e a forma como reagem à violência varia muito e elas se utilizam de variadas estratégias. As mulheres temem deixar a relação agressiva e arrumam diversas justificativas para tal: “apesar dele ser agressivo, é um ótimo pai”, “ele não deixa faltar nada em casa” ou ainda alegam ter medo de que os filhos cresçam sem a figura do pai.

Não concordamos que as mulheres sejam vistas como cúmplices da violência do companheiro e também entendemos que elas não aceitam passivamente a violência a que são submetidas. Tavares e Nery (2012) argumentam que as mulheres estariam longe de ser passivas ou cúmplices da violência que sofrem e sim que elas se encontram em forças desiguais de poder

em relação ao homem, quando seriam subjugadas e sujeitas à dominação masculina. Concordamos com o autor.

Pontuamos ainda que a violência aconteceria numa relação de desigualdade, com o propósito de dominar, explorar, oprimir. A violência pode ser traduzida como uma força brutal para submeter alguém. Na violência contra a mulher, geralmente, o companheiro agressor não se dá conta do tamanho do sofrimento que causa. A violência psicológica, na qual estamos todas as mulheres enredadas, pode se repetir por um longo período, com a mulher sendo humilhada, controlada, abusada, causando sérios danos à sua autoestima e à sua saúde física e mental, e, muitas vezes, vale dizer, sem que ninguém saiba. A mulher não contaria nem mesmo para sua família, por medo das ameaças do companheiro. A dor é muito intensa, não se pode mensurar o sofrimento e a angústia que tomam conta das mulheres em situação de violência. Com relação à violência física também não dá para avaliar a intensidade da dor, do sofrimento e da angústia dessa mulher. Os autores desse estudo falam de um “ciclo da violência” que se apresentaria como repetitivo, de forma circular, em um modelo de espiral crescente. De acordo com os autores, por se tratar de uma relação afetiva, é bem difícil romper com esse ciclo da violência. Entretanto, reiteramos que é preciso se indignar e se posicionar contra a violência contra a mulher em suas variadas formas. E que as políticas públicas se voltem para esse sério problema que é a violência contra a mulher, prevenindo novos atos, protegendo os direitos das mulheres e proibindo todas as práticas de violência nas suas diferentes formas.

4.4 Identificando e sobrevivendo à violência: o papel dos mecanismos de apoio à mulher em situação de violência

4.4.1 O ATENDIMENTO NO CREAS

Fizemos nosso campo no período de julho de 2017 a dezembro de 2018, no CREAS de Conselheiro Lafaiete. Foi um tempo de muito aprendizado, período muito rico de experiências, de vivências. Tivemos contato com as mulheres em situação de violência, ouvimos suas histórias, escutamos o seu sofrimento. Não obstante, observamos no CREAS que há muita resistência por parte das mulheres em frequentar o grupo de mulheres. Algumas vão por um tempo, depois somem. Outras desaparecem. Elas faltam muito, têm dificuldade para falar, sentem-se envergonhadas e, muitas vezes, colocam-se como culpadas pela violência na relação. E, frequentemente, dizem que o erro foi delas. O mesmo se repetiu nas entrevistas individuais.

Elas combinaram conosco, marcaram o horário que seria melhor para elas e não compareceram, nem avisaram. Depois, alegaram que ficaram sem internet, o telefone descarregou a bateria, tinham médico, tiveram que ir trabalhar, esqueceram-se, perderam a hora, ou simplesmente, pararam de atender o telefone. Tentamos remarcar, agendar outro horário, mas, isso novamente se repetiu. Acabamos por desistir da entrevista. Entendemos que tanto no CREAS como na entrevista, estas mulheres não são obrigadas a participar de nossa pesquisa e não podemos insistir. Dessa forma, 7 mulheres não fizeram a entrevista.

Acreditamos que as mulheres queiram ser acolhidas imediatamente após sofrerem a violência, em um momento de muita fragilidade, o que muitas vezes não acontece. Depois elas se aquietam, recolhem-se em si mesmas, não querem falar. Mesmo assim, muitas dessas mulheres suportaram a violência por vários anos. Entendemos que estas mulheres se recolham e prefiram ficar no silêncio porque acreditam que vão ser exigidas delas, atitudes, posições e até mesmo a separação do companheiro. É fácil observar que muitas se separam e voltam por diversas vezes. Cada história é uma história e possui idiossincrasias que pertencem àquele casal. Não há como generalizar. As mulheres em situação de violência atendidas pelo CREAS nos anos de 2017 e 2018 são brancas, pardas e pretas. Para uma pequena parte delas, o agressor ainda mora na mesma casa, ou tenta se reaproximar. A escolaridade é diversa, predominando aquelas que têm Ensino Médio Completo. Mas, há várias mulheres que possuem curso superior e até mesmo especialização. Das 17 mulheres entrevistadas, 14 trabalham e dão conta de se manterem; 1 mulher está morando na mesma casa, dividida com o companheiro, esperando que a justiça decida para ele sair. Ele paga as contas, mas ela trabalha; 1 mulher está morando na casa da mãe. Uma outra mulher, está morando de favor na casa da irmã. A situação econômica dessas mulheres é muito ruim e elas não têm como se sustentar e aos filhos.

A maioria das mulheres bem como seus respectivos companheiros foram vítimas de violência ou viam violência na família na infância. Entretanto, não nos pareceu que essa violência vivida tenha tido algum impacto nos relacionamentos, pelo menos, não foi verbalizada. Pode ser que a violência vivida e ou presenciada na infância, tenha, de alguma maneira sido internalizada, registrada como uma forma de a família funcionar e influenciaria o comportamento desses homens agressores, bem como influenciaria também o modelo de subjetividade e as relações entre os gêneros. Muitas dessas mulheres se mostram muito amargas, muito deprimidas o que nos parece resultar de toda uma luta pela vida, pela sobrevivência. Vale dizer que a violência seria também uma experiência vivida por cada casal,

uma dinâmica de funcionamento entre eles. Não obstante, é preciso ressaltar que quase 100% dessas mulheres afirmam que o homem exerce dominação sobre a mulher sim.

A mulher em situação de violência é encaminhada para o CREAS, pelo Posto de Saúde do Bairro, pela Delegacia de Mulheres, pelo CRAS, pelo Pronto Socorro Municipal. Menos de 20% dessas mulheres chegam ao CREAS. No atendimento individual, elas desabam, choram muito, desabafam, contam a sua história. Voltam lá mais algumas vezes para o atendimento. Quando está um pouco mais fortalecida, a mulher é encaminhada pela psicóloga para o grupo de mulheres, onde elas vão poucas vezes. Elas buscam serem ouvidas, serem acolhidas, serem respeitadas. O atendimento individual e a participação no grupo contribuem para que essa mulher perceba a situação vivida e entenda que precisa ser respeitada no seu direito de ir e vir, na sua liberdade de escolha e se sinta mais fortalecida no enfrentamento de sua própria vida.

Na verdade, muitas mulheres gostariam muito que houvesse um centro onde elas pudessem ficar morando, como previsto em Lei, protegidas do agressor, sem que este tivesse acesso e acompanhadas por psicólogos e outros profissionais. Essa foi a vontade expressa por muitas mulheres: ter esse lugar onde possam ficar. O CREAS não pode atender esta solicitação, pelo menos por enquanto. Muitas vezes, o CREAS promove eventos e todas as mulheres atendidas são convidadas. Em 2017, houve um evento na Praça da Rodoviária, no dia 25 de novembro de 2017, dia da Não Violência contra a Mulher. Em dezembro de 2018, fez-se uma confraternização e um lanche foi servido às mulheres. Este ano, 2018, houve um encontro com a presença da Assistente Social e de estagiárias além da psicóloga, onde as mulheres aprenderam a fazer turbantes. Em outro evento, Outubro Rosa, discutiu-se a importância de fazer o exame de mama; houve também palestra em alusão ao dia 25/11/18, dia da não violência contra a mulher. Neste dia, foi servido um lanche para todas as mulheres ali presentes.

4.5 Os mecanismos de apoio à mulher em situação de violência a partir da experiência das mulheres entrevistadas

As mulheres entrevistadas buscavam explicar em seus relatos porque uma mulher convive muito tempo com a violência e qual a sua maior dificuldade para sair do ciclo da violência: *porque tem medo da sociedade, tem medo de encarar, não tem para onde ir, não tem apoio # dependência financeira e emocional # eu ficava com medo da situação financeira, as pessoas não têm para onde ir, não trabalham # por carência, questão de autoestima # para não passar o que eu estou passando agora, sem uma casa, sem comer # eu sabia que ele ia me perseguir # a mulher fica numa relação de violência por comodismo, falta de condições*

financeiras para se sustentar # às vezes, gosta tanto da pessoa, que se submete # porque tinha medo de sair e ele me pegar # dependência financeira # eu achava que tinha que ficar por causa da minha filha. # as pessoas julgam: “apanhou, apanhou, está lá com ele”; “olhe só: estão juntos de novo!” Ninguém sabe, nós somos obrigadas a voltar # por medo, por não ter apoio, por não ter dinheiro # porque eu achava que se saísse, ia morrer # por dependência emocional, financeira, carência, medo de não conseguir outra pessoa que me dê valor # por causa da minha filha, porque ele bancava a casa # porque separação traz muito trauma para os filhos, eu sou filha de pais separados e trago isso até hoje # eu tentei separar várias vezes e voltei várias vezes. Eu voltava por causa dos filhos. Ele fazia ameaças a eles # a depressão # foi sair de casa sem nada, só com a roupa do corpo # eu não vejo possibilidades de sair # ter força de vontade, eu gosto dele demais # a gente chega a pensar que não tem capacidade de viver sozinha # desde pequena, eu sonho com uma família, é como se a tivesse agora # é querer dar para os filhos uma família tradicional # eu acho que é uma dependência afetiva; eu queria acreditar que ia dar certo, até que vi que não tinha como dar certo.

Quando perguntadas sobre o que pensam sobre a existência de uma Delegacia Especializada para a mulher em situação de violência e se se sentiram acolhidas lá: *Indo à Delegacia, ele fica mais nervoso ainda # não acredito que ela faça alguma diferença na vida das pessoas # se ela funcionasse, poderia ajudar # muita gente tem medo # é inútil, não me deu segurança e ainda fui assediada por um delegado lá # não vale nada # eles não fizeram nada # muito pouco caso # muita mulher morre porque não consegue nada # fui muito mal recebida lá # não resolvem nada não # eles são muito secos, eles deveriam ser mais humanos # eles colocam como se a mulher estivesse errada # eles não acolhem a mulher, é muita humilhação # lá, a mulher fica com vergonha # não me senti acolhida não. Tive que contar a minha história para umas 4 pessoas. Muito frios, despreparo, insensibilidade, frieza, olham como se a mulher fosse culpada # se a delegacia trabalhasse mesmo em função da mulher seria ótimo. Eu fui um monte de vezes. A delegada falava que não podia fazer nada. Fui no juiz também um monte de vezes. Nada adiantou # Eu fui na delegacia e no fórum várias vezes. Ele chegava chorando, falava que estava arrependido, minha advogada me mandava dar uma chance para ele, eu dava, aí retirava a queixa # não fui bem acolhida na delegacia não # você faz a queixa. Daí a um ano, eles vão ver se você está bem. Só que muitas vezes, a mulher pode ter morrido. A delegacia não precisa nem existir, porque não resolve. Você tem que estar machucada, tem que ter testemunhas # na delegacia o que eu acho pior é a falta de humanidade das pessoas. Além disso, você espera muitas horas # fiz vários BOs. A família pagou fiança. Ele tinha influência*

dentro da delegacia, no Fórum. Eu fui para o Pronto Socorro, o rosto todo arrebatado, ele não ficou preso nem um minuto. Muitos BOs não adiantaram nada # a delegacia não valeu para nada. Eu chegava, eles avisavam o meu marido # se a delegacia trabalhasse mesmo em função da mulher, seria ótimo.

Quanto à Lei Maria da Penha ter contribuído para diminuir a violência, as mulheres falam: *a lei não contribuiu para diminuir a violência. A sensação de impunidade é muito grande # muito pouco # não fez diferença # falam que funciona, mas eles não respeitam # contribuiu, mas a Delegacia precisa se preparar # contribui para a mulher que tem coragem e vai à luta # não. Tinha que ser mais rigorosa, investigar e prender # em nada, as mulheres apanham a toda hora # nós brigamos na defensoria pública, a advogada rasgou os papéis. Está tudo parado # tenho medida protetiva, ele não respeita # o atendimento demora muito. Passam uns 2 anos. Se tiver de morrer, já foi # em alguns casos, acaba por inibir algumas situações # não # eu tive medida protetiva, mas ele não respeitou # a lei acabou me prejudicando, porque eu não posso entrar em minha casa, casa que foi presente do meu pai # medida protetiva não funciona # já faz um ano e até hoje não tenho a pensão das meninas.*

Quase todas as mulheres reclamam quanto ao cumprimento de medida protetiva pelos companheiros. Os companheiros não respeitam a lei, aproximam-se da mulher, fazem ameaças e nada acontece com eles. Entendemos a dificuldade para a Polícia Militar acompanhar cada mulher que tem medida protetiva. Parece ser necessário que toda mulher em situação de violência procure se cuidar, resguardar-se por sua conta. Agora, há o novo trabalho da Polícia Militar chamado “Mulher segura”. Com o objetivo de prestar assistência às vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher, a Polícia Militar lançou no seu portfólio de serviços, a Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica (PPVD). Em Conselheiro Lafaiete, a equipe é composta, atualmente por 2 militares: uma Sargento e um Sargento. Desde setembro de 2018, a patrulha realiza o serviço, que é de suma importância para a prevenção e diminuição da violência contra a mulher. A ideia é que a mulher sinta confiança para falar sobre seu problema com os policiais militares e, a partir daí, receba orientações pertinentes ao caso concreto, quanto às medidas protetivas da Lei Maria da Penha. Além da vítima, a PPVD também acompanha o autor, mostrando a ele quais ações são consideradas crimes previstos na lei e suas respectivas punições. De acordo com a Polícia Militar, o objetivo é buscar soluções para cada família inserida no programa, oferecendo ajuda de profissionais específicos, como psicólogos, assistentes sociais, dentre outros, ajudando a mulher a sair da atual situação em que está vivendo e prevenindo a ocorrência de novos casos dessa natureza. Quanto a ser acolhida no CREAS e

qual o sentimento de ser atendida lá e se sentem mais fortalecidas, todas as mulheres disseram terem sido muito bem acolhidas e que se sentem sim mais fortalecidas. As mulheres respondem: *no CREAS, eu fui acolhida # no CREAS é bom, a gente se fortalece, conversando com outras pessoas # muito acolhida # sim. Encontrei apoio e percebi que não estava sozinha. O sentimento é de alívio, apoio, amparo # sim # quem resolve é o pessoal do CRAS e do CREAS # no CREAS eu fiquei mais fortalecida # no CREAS, eu fiquei mais forte # no CREAS eu fui ouvida # lá eu encontrei apoio, amparo, alívio.*

Todas as mulheres falam muito bem do CREAS e dizem terem se sentido muito bem acolhidas. O atendimento individual contribuiu muito para que se fortalecessem, pudessem falar e serem escutadas, sentissem-se melhor e o atendimento no grupo de mulheres possibilitou trocar experiências, perceberem que há outras pessoas na mesma situação e conhecer algumas estratégias utilizadas por essas mulheres, discutir a Legislação pertinente, além de vislumbrarem saídas, possibilidades para seguir a vida.

Quando perguntado se a violência pode ser prevenida, as mulheres responderam: *não. Você não conhece a pessoa, não sabe a reação dela # a mulher nunca sabe se quem está ao seu lado é um agressor # se o outro tiver estrela na testa # como saber? # a violência não pode ser prevenida, pode ser cessada # não tem como prevenir, mas você pode parar ela, na 1ª. vez que acontece # você só percebe que estava num relacionamento abusivo depois que sai dele # a violência pode ser evitada no primeiro momento, no primeiro empurrão, na primeira alteração de voz, a pessoa tem que sair # procurando saber quem é a pessoa, de onde, quem são os pais, como foi a criação. Se não for um bom filho não vai ser um bom marido # a mulher pode perceber os sinais e tirar de cara. Pode ser que eu tenha ficado neurótica, pode ser que eu tenha ficado louca, mas eu sei de cara # não, não tem jeito.*

Aqui, a maioria das mulheres afirmou que não tem como prevenir a violência. Não tem como saber se quem está do seu lado é um agressor. A fala de uma mulher nos pareceu bastante importante. Ela argumentou que a violência não pode ser prevenida, mas pode ser **cessada** (grifo nosso). À primeira alteração de voz, à primeira mão erguida, “*stop*”, parou ali. Ou seja, você pode parar a violência na primeira vez em que ela acontece. Entretanto, não parece ser tão fácil assim.

As mulheres entrevistadas responderam quais as possibilidades que uma mulher tem para romper com a violência: *você não pode ser uma múmia dentro de casa, só se você morrer # buscar o autoconhecimento # a hora que o marido abrir a boca, não deixar ele terminar # eu não sei como consegui sair # a coragem # eu acredito que pelo menos 50% a mulher pode*

evitar # eu vi o jeito dele, mas achei que ia melhorar# para quem está de fora, é fácil falar, mas não é fácil! Conhecer o CREAS # Se amar mais, acreditar que é capaz, que pode mais #Tem que abrir a boca, tem que falar! # levantar a cabeça e ter coragem! # procurar ajuda, porque isso não é certo não! # Mulher tem que ter amor próprio! # primeira coisa que a mulher tem que pensar é que ela pode sobreviver sem a pessoa que está lhe maltratando, lhe batendo, lhe humilhando! # Se com o agressor está ruim, sem ele vai ficar muito, muito melhor! # Tem mulher que não tem para onde ir! # A mulher romantiza e acha que ele vai mudar! # Você só percebe que estava num relacionamento abusivo depois que sai dele! # Procurar ajuda, procurar o CREAS! # Só a ajuda profissional pode ajudar a enxergar a vida com um novo olhar! # É bom poder desabafar, É bom falar daquilo que está engasgado! # A mulher tem que procurar ajuda, tem que fazer barulho! # As mulheres deveriam se unir mais! # Se a mulher tiver um trabalho, separe# A mulher pode cessar a violência na primeira vez em que ela acontece.

As mulheres descreveram o tipo de apoio que uma mulher em situação de violência precisa: *apoio emocional # de poder falar, de ter alguém que escute, para desabafar # atenção, ser escutada # apoio psicológico, moral # tirá-la de onde ela está # tinha que ter um centro para colocar a mulher que precisa # apoio psicológico # coragem # coragem para diminuir o medo # apoio afetivo, psicológico # alguém que lhe abrace # alguém que lhe fale que sabe o que ela está passando e que ela não é culpada # apoio # um abrigo para se sentir segura e um tratamento psicológico # apoio. Eu não dou conta de medir forças com um homem. Eu acho que a mulher tem que se sentir segura, talvez um lugar para ela ir, eu já pensei até em ir embora daqui.* As mulheres entrevistadas relataram que há uma pressão por parte das famílias para que mantenham a relação, apesar da queixa de violência e que há ainda uma grande discriminação por parte da sociedade, para a mulher que é separada.

Cabe acentuar que muitas mulheres falaram da necessidade de um abrigo, uma casa onde possam se sentir seguras, com alimentação e profissionais preparados que possam atendê-las, escutá-las, acolhê-las e dizer para elas que elas não são culpadas e principalmente abraçá-las, pontuando que entendem a dor e a vergonha que elas estão sentindo. Que elas possam perceber que não é fácil, mas é possível viver e continuar acreditando que se pode ser feliz. Entendemos que realmente é uma demanda muito importante e que o poder público precisa atentar para a viabilidade dessa questão, atendendo as mulheres em situação de violência.

As mulheres entrevistadas diriam para uma mulher em situação de violência: *que denuncie # que não tenha medo de denunciar, que ela faça o que eu não fiz # que ela vá*

conhecer o CREAS # você pode mais, você precisa se amar mais, você é capaz # tem que abrir a boca, tem que falar, tem que tomar atitude # é preciso ter coragem, poder contar com a Delegacia da Mulher , ter apoio # levante a cabeça, tenha coragem porque ninguém merece passar por isso # procure ajuda porque isso não é certo não # mulher tem que ter amor próprio, é muito triste apanhar de homem # tem que pensar que ela pode sobreviver sem a pessoa que está lhe maltratando, lhe batendo, lhe humilhando. Se com o agressor, está ruim, sem ele, vai ficar muito melhor # para quem está de fora, é fácil falar, mas não é fácil # para se separar que ela vai ser feliz sozinha # que ela não tem que sentir vergonha das coisas que fizeram com ela # procurar ajuda urgente # não desista de você: a mulher tem que procurar ajuda, fazer barulho senão fica pior # para procurar ajuda, procurar o CREAS # sai rápido disso, voa! Se eu pudesse entrava no meio para separar # tem que denunciar, não pode deixar o homem encostar a mão.

À guisa de conclusão, afirmamos que é muito difícil ouvir as histórias dessas mulheres. O sofrimento é muito grande. A violência deixa muitas marcas, não só físicas, mas também na alma. Elas choram muito. Param por diversas vezes para tomar fôlego, para respirar. A grande maioria conseguiu se separar, muito embora ainda demonstre muito medo, muita vergonha, muita culpa. Mesmo sabendo da dificuldade de se separar pela dependência financeira e afetiva, estas mulheres dizem que é preciso separar sim, que não merecem passar por essa violência, que a vida pode ser melhor, que é preciso ter coragem, que é necessário procurar ajuda, dar o grito, fazer barulho. Elas afirmam que a mulher tem que ter amor próprio e entender que não dá para continuar com alguém que a maltrata, que a humilha, que a espanca. É preciso se amar mais.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo pretendeu conhecer, entender, discutir e contribuir para uma maior visibilidade do fenômeno da violência contra a mulher, que é um problema familiar e social grave e que vem tomando proporções alarmantes, a cada momento é noticiado um novo caso, o que vem trazendo muitas inquietações e afligindo toda a sociedade contemporânea. A violência contra a mulher vem se mantendo como um problema em que, independentemente de raça, cor, etnia, idade ou classe social, toda mulher pode ser atingida.

A partir da Lei Maria da Penha, no seu artigo 6º, passou-se a tratar a violência doméstica e familiar contra a mulher como violação de direitos humanos. O vigor da Lei deu uma maior visibilidade à violência contra a mulher. O reconhecimento social da violência doméstica e familiar contra a mulher, de acordo com Pasinato (2015), apareceu no cenário público nacional, há pouco mais de 30 anos, quando tornou-se também objeto de interesse das Ciências Sociais. Com a Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher foi legitimada como crime, como violação grave dos direitos, como assunto da esfera pública, ganhou novos contornos e tornou-se conhecida por toda a sociedade brasileira.

Estamos na 2ª década do século XXI e não obstante décadas de lutas das mulheres por direitos iguais, pela divisão justa do trabalho doméstico, por respeito e por igualdade aos homens, comportamentos violentos por parte deles ainda insistem e persistem. O machismo característico de nossa cultura e o ciúme são apontados como responsáveis por essa postura dos homens que se consideram os “donos” de sua companheira ou até mesmo ex-companheira. Os homens não aceitam que a mulher queira se separar deles. A violência masculina se manifesta por meio de agressões físicas, psicológicas e sociais, de maus tratos físicos, abusos sexuais, psicológicos e econômicos. Muitas vezes, as mulheres têm medida protetiva, prevista na Lei Maria da Penha, que não é respeitada pelo homem agressor, não obstante entendermos que a Polícia Judiciária não teria pessoal, recursos humanos para ficar protegendo cada mulher e vigiando cada agressor.

Partimos das teorias feministas de gênero e tomamos como pressuposto que esses comportamentos seriam resultados de um longo e complexo aprendizado social, que se alicerçariam em relações desiguais de gênero. O comportamento violento por parte do homem é considerado como característica do sexo masculino, que é naturalizado e até mesmo

valorizado tanto por homens como por mulheres. Com base em construções culturais que vigoram há séculos, muitos ainda acreditam que os homens são naturalmente superiores às mulheres e que podem mandar na vida e nos desejos delas.

No nosso campo de pesquisa, no CREAS, participamos de um grupo de mulheres em situação de violência e entrevistamos 17 dessas mulheres. As entrevistas semiestruturadas foram elaboradas seguindo um roteiro, que contemplou os temas considerados importantes, com o propósito de buscar compreender e responder aos objetivos deste trabalho. A maior parte das mulheres entrevistadas se situam na faixa etária de 30 a 40 anos e têm Ensino Médio. 3 mulheres têm Ensino Superior. Quase a metade dessas mulheres têm de 5 a 10 anos de relacionamento e outra parte também considerável têm de 11 a 20 anos juntos.

O tempo em que estão separadas do companheiro varia de um mês a 2 anos. Quanto à raça, predominou a raça branca com 10 mulheres, 6 mulheres pardas. Apenas 1 mulher era preta. As profissões dessas mulheres foram bastante diversas e variou de faxineira, cozinheira a professora e empresária. A religião que predominou foi a Católica. A maior parte dessas mulheres sustentam a casa sozinhas. Pôde-se observar que as mulheres são de classes diferentes, crenças diferentes, contextos sociais diferentes, escolaridade diferenciada e profissões diversificadas, o que corrobora Saffioti e Munoz-Vargas (1994) e Oliveira (2014) quando argumentam que a violência contra a mulher seria um fenômeno democraticamente distribuído, ou seja, a violência atingiria todas as classes, em distintos contextos sociais, ignorando fronteiras de classe social e de raça/etnia.

A maior parte das mulheres faz uso de medicamentos tais como antidepressivos e para pressão alta. Praticamente, todas as mulheres ajudavam nas tarefas domésticas, foram treinadas desde a infância, na família de origem, confirmando o que afirmam Sorj, Ribeiro e Borges (2005), quando as mulheres, segundo os autores, continuariam em diferentes sociedades sendo praticamente as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico. Os autores ressaltam que seria obrigação da mulher cuidar da casa, dos filhos, do marido, das roupas, dos alimentos. Muitas dessas mulheres acreditam que seriam sim responsáveis por essas tarefas.

A maior parte dos companheiros dessas mulheres é alcólatra. Esses dados corroboram os dados registrados pela Central de Atendimento à Mulher – ligue 180, que afirmam que o alcoolismo estaria associado à violência do companheiro. Ademais, quase a metade desses homens, também usam outras drogas como maconha, cocaína, crack.

Quando as mulheres tentam definir o que é ser mulher hoje, elas afirmam que é uma luta constante pelos seus direitos, que a mulher só consegue conquistar os seus objetivos, “na

base da briga mesmo”. Para elas, a mulher é guerreira, mas ainda é muito discriminada e suas obrigações são muito maiores, uma vez que trabalham fora de casa e ainda têm que dar conta dos serviços domésticos, muitas vezes, sem nenhuma ajuda.

As mulheres argumentam que a mulher batalha muito, mas está vencendo, está ficando mais confiante e a cada dia vem conseguindo vencer as dificuldades e lutando por ser respeitada. E, ainda, afirmam que a mulher está descobrindo que pode ficar bem sem ter um companheiro agressor do lado. Para praticamente todas essas mulheres, o homem exerce dominação sobre a mulher, sim. Apenas uma mulher alegou que, dependendo da situação, a violência é justificada. Todas as outras argumentaram que nenhuma situação justifica a violência. Hoje, estas mulheres, já mais fortalecidas pelo atendimento individual com a psicóloga no CREAS, pela participação no grupo de mulheres, conseguem pensar sobre a violência com um novo olhar. Elas estão produzindo novos sentidos para a violência vivida e estão se dando conta de que é possível continuar a vida, buscando novos caminhos, abrindo-se para novas possibilidades, sem se submeter à violência nas relações conjugais.

Estas mulheres ressaltam que gostariam muito de ser respeitadas, valorizadas, de ter liberdade de ir e vir, mas argumentam que não têm esses direitos. Muitas vezes, nem falar, elas podem. Quanto ao relacionamento de um casal, elas pontuam que é preciso ter respeito, companheirismo, compreensão, cumplicidade. Elas relatam que as brigas começaram por causa de bebida, ciúmes, não podiam falar nada, porque ele é bruto, ignorante, por nada, porque discordou dele, por causa de roupas. Com relação ao tipo de violência sofrida, 12 mulheres responderam que a violência psicológica é a pior.

As mulheres produzem sentidos para a violência sofrida e falam dos sentimentos. Elas dizem que tem ódio, raiva, nojo, vontade de matar, que ele acabou com o seu psicológico, que ele a destruiu, que ele é um monstro, um troglodita. Elas se sentem muito magoadas, muito machucadas e têm um sentimento de impotência, de não valer nada. A autoestima é muito baixa. Muitas mulheres entraram em depressão, outras tentaram suicídio, uma mulher tentou suicídio várias vezes e diz que só tem pensado em morrer. Entretanto, paradoxalmente, elas se sentem culpadas pela violência recebida. Muitos dos companheiros atribuíam a elas a culpa pela violência e elas acabavam por concordar com eles.

Entendemos que as estratégias mobilizadas por essas mulheres para romper com a violência foram mais atitudes no sentido de se defender e ou fugir daquela situação de sofrimento. Elas relatam: “*eu chutava ele, mordia, empurrava*”; “*eu corria muito*”; *eu dei uma paulada na cabeça dele*”; “*eu quebrei as coisas no carro dele*”; “*eu quebrei o celular dele*”;

“eu bati nele também”; “eu dava soco, empurrava ele”; “eu olhava nos olhos dele e falava: vem, me bate”! “eu enfrentava ele”; “eu peguei uma cadeira para jogar nele”; “eu saía correndo do serviço para chegar em casa antes dele”; “na hora de ele chegar, eu passava mal, ficava tremendo”; “eu fui aprendendo a fazer tudo o que ele queria para apanhar menos”; “eu busquei ajuda, fiz registro policial”; “eu tinha que fazer o que ele quisesse”; “eu só podia fazer o que ele queria”; “eu ficava sem reação”; “eu aprendi a ficar quietinha”; “eu aprendi a ficar calada para apanhar menos”; “eu não enfrentava, eu ficava mais em silêncio”; “eu nunca bati de frente com ele, eu ficava parada”. Pode-se verificar que algumas dessas mulheres, tentavam se defender, sendo violentas também e outras simplesmente ficavam quietinhas, não falavam e ou só faziam o que ele quisesse. Uma situação quase sem saída na visão de muitos...

Entendemos que não só a dependência financeira manteria essas mulheres no relacionamento. Algumas delas são independentes financeiramente e no, entanto, permaneceram na relação. Umhas conseguem verbalizar e alegam uma dependência emocional, dizem que acreditaram que não encontrariam outra pessoa, ainda outras esperaram que houvesse uma mudança de comportamento por parte do marido, até porque, algumas vezes, após a violência, ele prometia que não aconteceria novamente. Vale considerar que estas mulheres sentem muito medo, muita culpa, muita vergonha. E, por essas e outras razões não verbalizadas, não esclarecidas, talvez elas permaneçam na relação. Além disso, algumas mulheres argumentam que a família não concordava com a separação e que a sociedade ainda discriminaria bastante a mulher separada. Acreditamos que os relacionamentos conjugais são muito complexos e que cada casal teria uma dinâmica de funcionamento.

Não há um contexto específico para que a violência aconteça. Ela está presente em variados contextos, com mulheres com marcadores sociais diferenciados. Realmente, a violência atinge todas as classes, todas as raças, pessoas com diferentes graus de instrução, profissões diversas. Nenhuma mulher estaria imune a essa violência.

Estas mulheres buscam no CREAS um lugar de escuta, um lugar de fala, de acolhimento, de apoio, de respeito, onde ela possa chorar, falar, refletir sem ser julgada. Ela precisa ser ouvida, ela precisa de uma orientação, ela necessita saber que não é culpada, que não é responsável pela violência que sofreu, que tem valor. Uma mulher chegou a dizer que queria ganhar um abraço e escutar que ela não era culpada. O CREAS pode oferecer a elas escuta, acolhimento, com atendimento individual e em grupo pela psicóloga, orientação jurídica, assistência social, mas o CREAS não tem um lugar onde essa mulher possa ficar, sentir-se protegida e ser atendida o que, muitas vezes, é uma necessidade dela que não teria

para onde ir. Muitas vezes, essa mulher sai de casa e tem que ficar escondida, morar de favor, viver de favor.

Com o novo Projeto da Polícia Militar de Conselheiro Lafaiete, o Projeto “Mulher segura”, que envolve o acompanhamento da mulher em situação de violência e também do agressor, além do encaminhamento das mulheres atendidas para o CREAS, queremos acreditar que possa haver uma melhora, principalmente se as mulheres forem mais assíduas nos atendimentos. É preciso, de alguma forma, dar coragem para que essas mulheres consigam falar, seja através de leis, através do apoio da família, através do apoio da sociedade, através de políticas públicas. O silêncio dessas mulheres acaba por favorecer o agressor e até mesmo impede a sua punição, mesmo porque, se existe algo de que essas mulheres têm mais certeza, é da impunidade do companheiro agressor, é do desrespeito à medida protetiva por parte dele, sem que nada aconteça.

Com as dificuldades enfrentadas na Delegacia da Mulher e que vale lembrar, não poderiam existir, quem sabe, esse novo projeto da Polícia Militar consiga superar, melhorando o atendimento e procurando trazer uma forma mais humana, mais acolhedora e mais respeitosa de receber essa mulher, em situação de violência. Pode ser que o machismo institucionalizado de que fala Pasinato (2015) esteja impedindo uma atuação mais sensível e mais respeitosa às mulheres que procuram a Delegacia. A autora acentua que as pesquisas têm revelado que faltam recursos materiais, faltam recursos humanos e também há despreparo das equipes. Haveria ainda a ausência de políticas sociais nas áreas de saúde, habitação, educação, geração de renda e trabalho, assistência social e previdência social, ajustadas para o atendimento de mulheres em situação de violência. Aguardamos que haja mais investimento público no sentido de preparar e qualificar os profissionais para um atendimento diferenciado às mulheres em situação de violência e que estes profissionais reconheçam a gravidade do problema e se sensibilizem com a dor de cada mulher. Entretanto, lamentavelmente, com a nova ordem de governar, não conseguimos vislumbrar mudanças positivas nesse sentido. Temos a sensação de que agora a violência contra a mulher foi legitimada e talvez por isso, estejam aparecendo tantos casos, noticiados diuturnamente. Surge até um sentimento de desesperança.

Esperamos também que os Órgãos Municipais, Estaduais e Federais, conhecendo a situação das mulheres e a demanda por um espaço de acolhimento, por um centro de referência, por uma casa abrigo, daquelas que não têm para onde ir, sensibilizem-se e pensem na viabilidade de um local para abrigar, para acolher essas mulheres, um lugar onde elas possam

se sentir seguras e também possam ter um acompanhamento de psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais.

Reitera-se que a violência contra a mulher é um fenômeno complexo que tem sido atendida pela assistência social, pelos profissionais da saúde, por profissionais do direito, por psicólogos, terapeutas ocupacionais e outros profissionais. Esperamos que esse drama de ordem particular, mas que acaba sendo também de ordem social e política, seja incorporado na agenda das políticas públicas, buscando minimizar, senão impedir, coibir esse grave problema que tanto sofrimento traz às mulheres. Que seja garantida à mulher e não ao homem o direito de permanecer em sua casa e que ela não tenha que passar por dificuldades, sem ter onde morar. Que a violência contra a mulher não seja mais aceita como natural e como fazendo parte das relações entre homens e mulheres. Que sejam feitas mais campanhas no sentido de uma mudança cultural e que se rompam com esses padrões machistas de relacionamento entre homens e mulheres.

Sugestões para novas agências:

Considerando a importância de dar continuidade a este estudo, recomendamos:

- Um estudo que vise investigar como se dá o trabalho na Delegacia da Mulher, fazendo entrevistas com os profissionais que atuam neste local, acompanhando o que acontece na Delegacia diuturnamente.
- Um estudo com os homens, autores de violência, com entrevistas e/ou participação em um grupo de homens agressores, buscando levantar a história desses homens, bem quais sentidos são atribuídos por eles à violência da qual são autores.
- Acompanhamento dos Policiais Militares do Projeto “Mulher segura” às visitas às mulheres em situação de violência e também ao companheiro agressor, investigando as mudanças ocorridas em decorrência desse trabalho.
- Um estudo em um centro de referência para mulheres em situação de violência, com entrevistas às mulheres e aos profissionais que lá trabalham bem como acompanhar o trabalho que lá é realizado.
- Investigar como as Políticas Públicas que tratam da violência contra a mulher vêm sendo conduzidas, que prioridades são levantadas, qual a atuação dos Juizados, da Defensoria Pública, das Delegacias das Mulheres.
- Um estudo que busque investigar as práticas discriminatórias que se fazem nas instituições policiais e judiciais.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. Visões da Pós-modernidade: discursos e perspectivas teóricas. In: **Sociologias: Gênero, Família e Globalização**. Edição semestral., ano 11, no. 21, jan./jun. 2009. UFRGS. p. 184-217
- ALMEIDA, Angela Mendes de. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, Angela Mendes de et al. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987, p.53-66
- ALMEIDA, Angela Mendes de, et al. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987.
- ALMEIDA, Angela Mendes de. **Violência e cordialidade no Brasil**. Estudos em Sociedade e agricultura. V. 9, 1997, p. 127-136.
- ALMEIDA, Maria Suely Kofes de. “Entre nós Mulheres, Elas as patroas e elas as empregadas. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes de. et al. **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: brasiliense, 1981. p.185-193
- ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. (Orgs.). **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. (Orgs.) **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- ARAÚJO, Margareth Ribeiro de. **Os significados do trabalho remunerado para mulheres em situação de violência conjugal**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, 2011
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. SP: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Lisboa: Relógio D'Água, 2001.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1973.
- ÁVILA, Maria Betânia de Melo. A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. In: **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaço Público e Privado**. SP. Ed. Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc, SP: 2013.
- AZEVEDO, Maria Amédliã de. Mulheres espancadas: a violência denunciada, 1985.
- AZEVEDO, Maria Amédliã de. **Incesto Ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher- criança e suas consequências psicológicas**. Anais...SP: Ip-USP, 1991.
- AZEVEDO, Maria Amélia de. **Violência de gênero: público x privado**. Tese de Doutorado. PUC São paulo, 1996. 355 p.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In STEVENS, Cristina et al (Orgs.) **Mulheres e violências: Interseccionalidades**, Brasília: Tecnopolitik, 2007.

BARRETO, Neila, CANAVARROS. As águas e as lavadeiras cuiabanas. In PERARO, Maria Adenir, BORGES, Fernando Tadeu de Miranda (Orgs.) **Mulheres e famílias no Brasil**. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2005.

BARROS, Andreia. **Mulheres agredidas que revidam**. SP: Editora Casa Flutuante, 2016.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Três gerações femininas em famílias de camadas médias. In: VELHO, Gilberto, DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Gerações, Família, Sexualidade**. Rio de Janeiro:7Letras, 2009. p.46-62

BARSTED, Leila Linhares. Permanência ou Mudança? O discurso legal sobre a família. In: ALMEIDA, Angela Mendes de., et al. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987. p.103-113

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. RJ: Jorge Zahar Ed., 2004.

BEATO F., Cláudio PEIXOTO, Betânia Totino, ANDRADE, Mônica Viegas. **Crime, oportunidade e vitimização**. RBCS vol. 19 no. 55, junho/2004.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida**, 2ª. ed. SP: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. 4ª. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970

BECKER, H. S., GEER, B. **Métodos e técnicas de campo. Observação participante e intervenção: uma comparação**. Organização Humana. 1957.

BECKER, Howard. **“Ousiders”**: **Studies in the Sociology of deviance**, 1963.

BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. SP: Hucilee,1994.

BENTO, Berenice. Quando o gênero se desloca da sexualidade: homossexualidade entre transexuais. In: GROSSI, Miriam Pillar, SCHWADE, Elisete. (Orgs.) **Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade**. Blumenau: Nova Letra, 2006. p.119-142

BERNARDES, Márcia Nina. **Violência contra a mulher – A invisibilidade do privado vs. a falência do Estado**. In: XXIII Encontro Nacional Conpedi. Florianópolis: Conpedi, 2014

BIANCHETTI, Betânia A. (2016, 13/08). A cada dia duas mulheres são agredidas em Lafaiete. **Correio da Cidade**; Conselheiro Lafaiete; Polícia, p43.

BIJOS, Leila. **Violência de Gênero: crimes contra a mulher**. In: Contexto e Educação – Editora Unijuí- Ano 19- n. 71/72- Jan./Dez. 2004 – p. 111-128

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. Casamento e educação dos filhos no olhar de uma cuiabana letrada: Maria Dimpina. In: PERARO, Maria Adenir, BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Mulheres e Famílias no Brasil**, Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2005.p.173-182
BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. Jun/1986.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço social e poder simbólico**. In Revista do Ocidente 81 (1988) p. 97-119

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel (1989).

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes (1998) p. 39-64.

BOURDIEU, P. **A miséria do mundo**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner – 5ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas. Introdução, organização e seleção**. Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado**. In Estudos Avançados 27 (79) 2013.

BOZON, Michel. A nova normatividade das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerência às experiências íntimas. In: HEILBORN, Maria Luiza. **Família e Sexualidade** (Org.) Rio de Janeiro, FGV, 2004.p.119-153

BRASIL. **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Data de acesso: 15/01/2017

BRUMER, Anita. Gênero, família e globalização in: Sociologias: **Gênero, família e globalização**. Edição semestral, ano 11, no. 21 jan/jun UFRGS, p.14-23.2009

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANEVACCI, Massimo. **Dialética da família**. 5ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CANO, Ignácio. Nas trincheiras do método: O ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil. In **Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, no. 31, set./dez. 2012, p. 94-119

CANTERA, L. **Casais e violência. Um enfoque além do gênero**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2007.

CAPPELLIN, Paola. Conciliar vida familiar e trabalho em tempo de crise do emprego: territórios e fronteiras entre público e privado. In ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi.(Orgs.) **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CARDOSO, Reginaldo Luiz. O estado da arte da razão cínica. In **ÁGORA- Revista Científica da FaSaR** – Conselheiro Lafaiete – MG – Ano II- no. 3- março de 2008, p. 108-115.

CECCHETTO, Fátima Regina. **Violência e estilos de masculinidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CHAUI, Marilena. Participando do debate entre mulher e violência. **Perspectivas antropológicas sobre a mulher**. V.4. 1985 p. 23-62.

COELHO, Elza Belger Salema, SILVA, Anne Caroline Luz Grudtner da, LINDNER, Sheila Rubia. **Violência: definições e tipologias**. Florianópolis/ SC – UFSC, 2014.

COELHO, Sandra Maria Pinheiro de Freitas, CARLOTO, Cássia Maria. Violência doméstica, homens e masculinidades. In: **Revista Textos & Contextos**. Porto Alegre. V. 6 n.2 p. 395-409. Julho/dezembro 2007.

CONTO, Janete Maria de. **Violência doméstica e familiar; “Macho que é macho não aguenta desaforo de mulher”**. In: Trama Interdisciplinar – v. 4 – n. 2- 2013

CORRÊA, Marisa. Repensando a Família Patriarcal Brasileira (Notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil) In: ALMEIDA, Maria Suelly Kofes de. **Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: editora brasiliense, 1981. p.13-38

CORRÊA, Marisa. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. In: **Dossiê: Feminismo em questão, questões do feminismo**, cadernos pagu[16] 2001: p. 13-30

CÔRTEZ, Gisele Rocha. **Violência Doméstica contra Mulheres: Centro de Referência da Mulher-Araraquara** – Tese de Doutorado- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Faculdade de Ciências e Letras- Campus de Araraquara- SP, 2008.

CORTEZ, Miriam Béccheri. **Maridos dominadores, esposas (in) subordinadas: as implicações do empoderamento feminino e da masculinidade hegemônica na violência conjugal**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Agosto de 2006.

COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina. **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina. Felizes, contentes e feministas. In VENTURI e GODINHO (Orgs.) **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado**. SP Ed. Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc, SP, 2013.

COSTA, Regina Teixeira de. Amores Imperfeitos. In: **Jornal Estado de Minas – Caderno de Cultura** de 15/08/10.

CYRINO, Rafaela. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. In: **Sociologias: Gênero, família e globalização**. Edição semestral, ano 11, no. 21, jan/jun 2009, UFRGS, p.66-92

DA MATTA, R. **Pensando a família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira**. Espaço e Tempo. UFRRJ- Rio de Janeiro, 1987.

DEBERT, Guita Grin, BARROS, Myriam Moraes Lins de. Família e Curso da Vida. In: GROSSI, Miriam Pillar, SCHWADE (Orgs.) **Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade**. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 71-78

DEBERT, Guita Grin. GREGORI, Maria Filomena. **Violência e Gênero: Novas propostas, velhos dilemas**. In: RBCS Vol. No. 66, fevereiro/2008, pp 165-211.

DEBERT, Guita Grin, OLIVEIRA, Amanda Marques. O idoso, as delegacias de polícia e os usos da violência doméstica. In: MORAES, Aparecida F. e SORJ, Bila.(Orgs.) **Gênero, Violência e Direitos na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. 192p. p.23-48
ENGELS, Friedrich. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Escala, 1891.

DELAHAIE, Patrícia. **Amores que nos fazem mal**. 2ª. ed. Larousse do Brasil, 2007.

EVANS, Patrícia. **Como enfrentar a violência verbal: aprenda a se defender de relações abusivas**. RJ: Sextante, 2015.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. 2ª. ed. SP: Editora UNESP, 2009.

FANTE, Cleo. **Fenômeno Bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz**. Verus Editora, 2005.

FELMANN-BIANCO, Bela. Capitalismo e Família: Os Pequeno-Burgueses. In: ALMEIDA, Maria Sueli Kofes et. Al. **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.p.137-158

FEMENÍAS, María Luisa, ROSSI, Paula Soza. Poder y violencia sobre el cuerpo de las mujeres. In: **Sociologias: Gênero, família e globalização**. Edição Semestral, ano 11, no. 21, jan/jun 2009. UFRGS p.42-65

FERREIRA, Glícia Araújo. **Sobreviventes de uma guerra particular: experiências de mulheres atendidas pelo Serviço de Prevenção à Violência Doméstica da PMMG**. Dissertação de Mestrado. PUC Minas, 2017.

FRANCO, Pedro Rocha, DO VALE, João Henrique. **Sentimento que mata**. In Jornal Estado de Minas – Matéria de Capa. P. 17-18 de 06/09/2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Doença mental e Psicologia**. RJ: Tempo Brasileiro, 1988.

- FOUCAULT, Michel. **De espaços outros**. Estudos Avançados 27 (79) 2013.
- FULLER, Steve. **The secularization of science and a new deal for science policy**. Futures 29.6 (1997)
- GAIARSA, José Angelo. **Agressão, violência e crueldade**. São Paulo: Gente, 1993
- GALHEIGO, Sandra Maria. **Apontamentos para se pensar ações de prevenção à violência pelo setor saúde**. Saúde e Sociedade, vol. 17, número 3, 2008.
- GARBER, Marjorie. “É só uma fase”. In: **vice-versa: bissexualidade e erotismo na vida cotidiana**. RJ, Record, 1997.
- GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas Sociedades Modernas**. Tradução Magda Lopes- São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GOCKEL, Renate. **O lobo come as boas meninas**. SP: Ed. Cultrix, 2007.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**, 1961.
- GOLDENBERG, Mirian. **A outra: estudos antropológicos sobre a identidade da amante do homem casado**. RJ: Record, 1997.
- GOLDENBERG, Mirian. **Infel: notas de uma antropóloga**. Rio de Janeiro, Record, 2006.
- GOMES, Ana Paula Portella Ferreira. **Como morre uma mulher? Configurações da Violência Letal contra mulheres em Pernambuco**. Tese. Recife, 2014
- GOMES, Izabel Solyszko. **FEMINICÍDIO: a (mal) anunciada morte de mulheres**. Revista Políticas públicas. São Luís, v. 14, n. 1, p. 17-27, jan./jun.2010
- GREGORI, Maria Filomena. **A violência conjugal na ótica do feminismo brasileiro. “Cenas e queixas”. Um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista**. SP: Paz e Terra, 1992.
- GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo; ANPOCS, 1993.
- GREGORI, Maria Filomena. **As desventuras do vitimismo**. In: Estudos Feministas. 1º semestre 1993. Pp. 143-149.
- GROSSI, Miriam Pillar, SCHWADE, Elisete. **Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade**. Blumenau: Nova Letra, 2006
- GUIMARÃES, Fabrício Lemos, DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Masculinidades, duplo-vínculo e violência conjugal contra a mulher. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane. (Orgs.) **Mulheres e Violências:**

Interseccionalidades. Brasília: Technopolitik, 2017. 586-605 p. ISBN 978.85.92918- 04-0 (Versão digital em PDF). Acessada em 25/03/2017

HABERMAS, J. **O conceito de poder em Hannah Arendt.** In Freitag, B. e Rouanet, P.S. (Orgs.)

HAYECK, Cynara marques. **Refletindo sobre a violência.** In Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. RBHCS. ISSN 2175-3423 v. 1, no. 1, 2009.

HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Família e sexualidade: novas configurações.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 9-14

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004

HEILBORN, Maria Luiza. Família e Sexualidade (Org.). **Família e Sexualidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza. Homossexualidade feminina em camadas médias no Rio de Janeiro sob a ótica das gerações. In: VELHO, Gilberto, DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Gerações, Família, Sexualidade.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p.77-86

HEILBORN, Maria Luiza. Amor, conjugalidade e família: traição e violência tem vez? In **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado.** SP, Ed. Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc. SP, 2013.

HENNING, Carlos Eduardo. **Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença.** In: Dossiê – Desigualdades e Interseccionalidades. DOI: 10.5433/2176-6665.2015v20N2p97.

HERINGER, Rosana, MIRANDA, Dayse. **As cores da desigualdade de gênero no Brasil** In ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. (Orgs.) **Gênero, família e trabalho no Brasil.** RJ: FGV Editora, 2005.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1., jun/2014

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.) **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

JONG, Erica. **O que as mulheres querem?** Rio de Janeiro: Record, 2001

KOLTAI, Caterina. **Atualidades do Mal Estar (1)** Disponível em <http://www.geocities.com/hotsprings/villa/3170/caterinakoltai.htm>. Data de acesso: 24/04/09.

KRANE, Júlia Elissa. **Violence against women in intimate relations. Insights from cross-cultural analyses.** Transcultural Psychiatry. 334 (1996).

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LEMOS, Inez. Sonhos e sanidade. In **Jornal Estado de Minas. Caderno Pensar**- 03/01/09

LEONZO, Nanci. O casamento e a moral doméstica. In: PERARO, Maria Adenir, BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Mulheres e Famílias no Brasil**. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2005.p. 201-224

LIMA, Paulo Marco Ferreira. **Violência contra a mulher: o homicídio privilegiado e a violência doméstica**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

LOVBOND, Sabrina. **Feminismo e Pós-modernismo** in: Novos Estudos CEBRAP. No. 27, julho de 1990. Pp.93-100.

MACEDO, Nathalí. **As mulheres que possuo**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014

MACHADO, Lia Zanotta. Onde não há Igualdade. In: MORAES, Aparecida F.,SORJ, Bila.(Orgs.) **Gênero, Violência e Direitos na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, 192 p.158-179

MACHADO, Lia Zanotta. 284 Perspectivas em confronto: Relações de gênero ou patriarcado contemporâneo. In **Simpósio “Relações de gênero ou Patriarcado contemporâneo**, Brasília, 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. **A Lei Maria da Penha e a violência baseada no gênero. Um diálogo interdisciplinar**. Brasília: NEPEM, mar/abr. 2016.

MAGALHÃES, Nara. Significados de violência em abordagens da mensagem televisiva. In **Sociologias: Gênero, Família e Globalização**. Edição semestral, ano 11, no. 21, jan/jun 2009. UFRGS, p.318-342

MANDELBAUM, Belinda. **Psicanálise da família**. SP: Casa do Psicólogo, 2008.

MARIN, Isabel da Silva Kahn. **Violências**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2002

MARQUES, Cristiane Gomes. Homens “autores de violência conjugal”: modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão. In: MORAES, Aparecida F., SORJ, Bila. (Orgs.) **Gênero, Violência e Direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, 192 p. p.110-143

MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva S.A., 2003

MENDONÇA, Martha. Socos verbais. In: **Revista Época**, ed. 688, 25/07/2011, p. 78-80

MINAYO, Maria Cecília de Souza, SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva.** História, Ciências, Saúde. Manguinhos, IV (3) 513-531, nov. 1997 – fev. 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Laços perigosos entre machismo e violência.** In Ciência & Saúde Coletiva, 10(1): 18-34, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em Saúde.** 2014.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: **Sociologias: Gênero, Família e Globalização.** Edição Semestral, ano 11, no. 21, jan/jun 2009. UFRGS, p.150-182

MORAES, Aparecida F., SORJ, Bila (Orgs.) **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira.** RJ: 7 Letras, 2009.

MORAES, Aparecida F., SORJ, Bila. Os paradoxos da expansão dos direitos das mulheres no Brasil. In **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira.** RJ: Letras, 2009.

MORAES, Aparecida F., GOMES, Carla de Castro. O caleidoscópio da violência conjugal: instituições, atores e políticas públicas no Rio de Janeiro. In: MORAES, Aparecida Fonseca, SORJ, Bila. **Gênero, Violência e Direitos na Sociedade Brasileira.** Rio de Janeiro:7Letras, 2009. 192 p. p.75-109

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. As feridas abertas da violência contra as mulheres no Brasil: estupro, assassinato e feminicídio. In: STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane. (Orgs.) **Mulheres e Violências: Interseccionalidades.** Brasília: Technopolitik, 2017. 26-49 p. ISBN 978.85.92918- 04-0 (Versão digital em PDF). Acessada em 25/03/2017.

OLIVEIRA, Albertina de, BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro, 1992.

OLIVEIRA, Fátima, FERRAZ, Thereza Campanille, FERREIRA, Lívia Cristina Oliveira. **Ideias femininas sobre bioética.** Estudos Feministas, ano 9, 2º. Semestre 2001.

OLIVEIRA, Paulo Tiego Gomes de. **Violência de Gênero: a violência contra a mulher na perspectiva de policiais militares.** Dissertação de Mestrado. PUC Minas- 2014

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. Homoerotismo e Discursos Públicos sobre a Conjugalidade. In: GROSSI, Miriam Pillar, SCHWADE, Elisete. (Orgs.) **Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade.** Blumenau: Nova Letra, 2006. p.143-188

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. **Violência e Saúde Coletiva: Contribuições teóricas das Ciências Sociais à discussão sobre o desvio.** In Saúde e Sociedade, vol. 17, no. 3, publicado em 2008.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. A provisão da família: redefinição ou manutenção dos papéis? In: ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. Tradução de Sérgio Magalhães Santeiro. In **O fenômeno urbano**. RJ: Editora Guanabara, 1987.

PASINATO, Wânia. **Questões atuais sobre gênero, mulheres e violência no Brasil**. In: Políticas Sociais & Segurança Pública: Praiavermelha 14 & 15. Primeiro e segundo semestre de 2006.

PASINATO, Wânia. **“Feminicídios” e as mortes de mulheres no Brasil**. In: Dossiê: Violência: Outros olhares. Cad. Pagu no. 37, Campinas. July/Dec., 2011.

PASINATO, Wânia. **Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha**. In: Rev. Direito GV vol. 11 no.2. São Paulo. July/dec. 2015

PASINATO, Wânia. **Oito anos de Lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios**. Revista Estudos Feministas. Vol. 23, no. 2. Florianópolis may/aug. 2015.

PEDROSA, Mariana, ZANELLO. Reconstruindo histórias para além do diagnóstico psiquiátrico: escuta (e intervenção) de gênero como meio de empoderamento de mulheres com histórico de relações violentas. In STEVENS, Cristina et al (Orgs.) **Mulheres e violência: interseccionalidades**. Tech nopolitik, Brasília, 2017.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Solidariedade familiar intergeracional. In ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. RJ: FGV Editora, 2005.

PERARO, Maria Adenir. Os processos de divórcio: mulheres e famílias em Cuiabá, século XIX. In: PERARO, Maria Adenir, BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. (Orgs.) **Mulheres e Famílias no Brasil**. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2005. p.305-320

PERES, Urânia Tourinho. **O desamparo do homem contemporâneo**. Disponível em <http://www.geocities.com/hotsprings/villa/3170/uraniatourinhoperes.htm> Data de acesso: 24/04/09.

PERISSINATO, Renato M. **Hannah Arendt, poder e a crítica da tradição**. In Lua Nova, no. 61, 2004.

PICANÇO, Felícia Silva. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e à vida familiar. In: ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. (Orgs.) **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005

PIZZI, Maria Letícia Grecchi. Conceituação de família e seus diferentes arranjos. In: **Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais- UEL**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Orientações para elaboração de trabalhos**

científicos: projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a American Psychological Association (APA) e o Comitê Internacional de Editores de Revistas Médicas (VANCOUVER). Belo Horizonte, 2015. Disponível em: www.pucminas.br/biblioteca. Acesso em 14 de janeiro de 2016.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Crenças, valores e representações sociais da violência.** In Sociologias, Porto Alegre, ano 8, no. 16, jul/dez 2006, p. 250-273.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. **In: A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos/** tradução de Ana Cristina Nasser. 2.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

RIBEIRO, Carlos Antonio Costa. Classe e Gênero no Brasil Contemporâneo: mobilidade social, casamento e divisão do trabalho doméstico. In: ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. (Orgs.) **Gênero, Família e Trabalho no Brasil:** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RICOTTA, Luiza. **O vínculo amoroso: a trajetória da vida afetiva.** São Paulo: Ágora, 2002.

RIFIOTIS, Theophilos. **Dilemas éticos no campo da violência.** Comunicação & Educação 13 (1998) 26-32

ROMEIRO, Julieta. A Lei Maria da Penha e os desafios da institucionalização da “violência conjugal” no Brasil. In: MORAES, Aparecida F. e SORJ, Bila (Orgs.). **Gênero, Violência e Direitos na Sociedade Brasileira.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. 192p.49-74

ROUDINESCO, Elisabeth. **Filósofos na tormenta: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida.** RJ: Jorge Zahar Ed., 2007.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política do Sexo.** Recife: S.O.S Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth, I.B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987

SAFFIOTI, Heleieth B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero.** Cadernos Pagu, no. 16, p. 115-136, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth, I.B., MUÑOZ-VARGAS, Monica. **Mulher brasileira é assim.** Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília; D.F.: UNICEF, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth B. ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência.** 1995.

SAFFIOTI, Heleieth B. **Diferença ou indiferença: gênero/raça/etnia, classe social. A Sociologia entre a Modernidade e a Contemporaneidade.** Cadernos de Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Número Especial (1995) 159-165.

SAFFIOTI, Heleieth, I.B. **Gênero, Patriarcado, Violência.** 2ª. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALEM, Tania. Homem ... já viu, né?: representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular. In: HEILBORN, Maria Luiza. (Org.) **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.p.15-61

SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências Atuais da História da Família no Brasil. In: ALMEIDA, Angela Mendes de. et al. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987

SANTOS, Cecília Macdowell, IZUMINO, Wânia Pasinato. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil**. E.I.A.L., Vol. 16 – No. 1 (2005)

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 7ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011

SCHAIBER, Lilia Blima [et al]. **Violência dói e não é direito**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SCHPUN, Mônica Raisa (Org.) **Masculinidades**. SP: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: **uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat, Maria Betânia Avila., 1989.

SMIGAY, Karin Ellen Von. **Delegacia de mulheres: visibilidade para a violência sobre a mulher**. Psicologia & Sociedade 3.3 (1987) p. 34-37.

SMIGAY, Karin Ellen Von. **Relações violentas no espaço da intimidade: drama privado ou tragédia pública**. 2000. 544 p. Tese de Doutorado- PUC São Paulo.

SMIGAY, Karin Ellen Von. **A alteridade masculina na letra de uma mulher** in MOREIRA, Maria Ignez Costa, AFONSO, Maria Lúcia Miranda (Orgs.) Rede de Cidadania Mateus Afonso Medeiros, 2011.

SOARES, Barbara Musumeci. Violência entre parceiros íntimos e criminalização da vida privada: onde nos leva esse caminho? In: MORAES, Aparecida F. SORJ, Bila. **Gênero, Violência e Direitos na Sociedade Brasileira** (Orgs.) Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009, p.144-157.

SOCIOLOGIAS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Vol. 1, no. 1 (jan/jun, 1999) Porto Alegre: UFRGS. IFCH, 2007. Semestral

SORJ, Bila. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. (Orgs.) **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005

STADNIKY. Hilda Pívaro. Sob a égide da intimidade: a textualização do tempo vivido. In: PERARO, Maria Adenir, BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Mulheres e Famílias no Brasil**. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2005.

STOLCK, Verena. A Família que não é Sagrada. In: ALMEIDA, Maria Sueli Kofes. **Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.39-90

TAVARES, Ana Carolina Cerveira, NERY, Inez Sampaio. **Violência doméstica conjugal contra as mulheres: uma reflexão acerca da dimensão simbólica proposta por Pierre Bourdieu.** In: 17º. Encontro Nacional da Rede Feminista, Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero – REDOR- 14 a 17 de novembro, 2012. UFPB/ Centro de Educação. ISBN 987-85-237-0667-8

THERBORN, Goran. **Sexo e Poder: A família no Mundo: 1900-2000.** Tradução Elisabete Dória Bilac- 2ª. ed.- São Paulo: Contexto, 2015.

THORNE, Barrie, YALOM, Marilyn. **Rethinking the family: some feminist questions.** By the Institute for Research on Women and Gender, Stanford University, 1992.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras [et al] (Orgs.). **Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino americanas.** Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010

UZIEL, Anna Paula. Homossexualidade e parentalidade: ecos de uma conjugação. In: HEILBORN, Maria Luiza. **Família e Sexualidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.p.87-117

UZIEL, Anna Paula, GONTIJO, Fabiano Souza. Homossexualidades, Cultura e Identidade. In: GROSSI, Miriam Pillar, SCHWADE, Elisete. (Orgs.) **Política e Cotidiano: estudos antropológicos sobre gênero, família e sexualidade.** Blumenau: Nova Letra, 2006.p.115-118

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social.** Zahar, 1981.

VELHO, Gilberto. Família e Subjetividade. In: ALMEIDA, Angela Mendes de et al. **Pensando a família no Brasil: da colônica à modernidade.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: UFRRJ, 1987, p.79-87

VELHO, Gilberto, ALVITO, Marcos. **Cidadania e violência.** Ciclo de debates. Cidadania e violência, UFRJ, 1996.

VELHO, Gilberto. **Ciências Sociais e biografia individual.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, no. 38, julho-dezembro de 2006, p. 3-9

VELHO, Gilberto, DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Gerações, família, sexualidade.** RJ: 7 Letras, 2009.

VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaço Público e Privado.** SP. Ed. Fundação Perseu Abramo; Edições Sesc, SP, 2013.

WASELFISZ, Jacobo. Mapa da violência: Os jovens do Brasil, 2015.

WELZER-LANG, Daniel. **Viols et violences masculines: faire le point et la planète échangiste à travers ses petites annonces.** In Panoramique, le coeur, le sexe et toi et moi... (1998) 88-95.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: **Estudos Feministas**. CFH/CCE/UFSC. Vol. 9, n.2, 2001

www.conselheiolafaiete.mg.gov.br

www.institutoestradaareal.com.br/cidades/conselheiolafaiete/38

www.cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/conselheiolafaiete/panorama

www.cidade-brasil.com.br/município-conselheiro-lafaiete.html

www.itatiaia.com.br/noticia/araxa-e-conselheiro-lafaiete-destacam-se entr

ZALUAR, Alba. As Mulheres e a Direção do Consumo Doméstico. In: ALMEIDA, Maria Suely Kofes de. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p.161-184

ZALUAR, Alba. **Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização**. São Paulo. Perspectiva. Vol. 13, no. 3. July/sept. 1999

ROTEIRO DE ENTREVISTA

A) Informações Pessoais:

Nome: _____ Idade _____

Local de nascimento: _____

Endereço: _____

Quanto tempo de moradia _____ Casa própria _____

Telefone: _____ Escolaridade _____

Profissão: _____

Raça/cor (declarada pela mesma): (preta, parda ou branca) _____

Trabalho atual: _____ Salário: _____

Outra fonte de renda:(bicos, parentes) _____

Estado civil: _____ Número de filhos: _____

Tempo de relacionamento (namoro + casamento): _____

Escolaridade do companheiro: _____

Raça/cor do companheiro (por ela) _____

Trabalho atual: _____ Salário: _____ (companheiro)

Religião: _____ Praticante? _____ (companheiro)

Religião: _____ Praticante? _____ (dela)

Mora com o companheiro ou se casou dentro da legislação e/ou padrões religiosos (Igreja católica, evangélica, espírita...) _____

Renda Familiar: _____ Número de casamentos _____ Anos de casada (cada relação) _____

Quem é a pessoa responsável pelo sustento da casa? _____

É beneficiária de algum Programa do Governo? (Bolsa Família, Bolsa Escola)

Qual é o lazer da família? _____

Como se organizam as tarefas de casa/ _____

Quem limpa a casa? _____

Quem faz a comida? _____

Quem cuida das crianças? _____

Quantas pessoas moram na casa? _____

Quem toma as decisões sobre finanças da casa? _____

O que você acha dessa forma de organização? Por quê _____

Como acha que deveria ser? _____

Consumo de bebida alcóolica: () não () às vezes () com frequência

Quantidade: _____ Em que situações _____

Consumo de drogas ilícitas () não () raramente () com frequência

Quais? _____ Em que situações? _____

Consumo de bebida alcóolica (companheiro): () não () às vezes () com frequência

Quantidade: _____ Em que situações _____

Consumo de drogas ilícitas (companheiro) () não () raramente () com frequência

Quais? _____ Em que situações? _____

Você faz uso de remédios? Para quê? _____

Há algum problema de saúde com você, com o companheiro e ou com as crianças?

B) Família e Socialização: (deixar todas essas como perguntas abertas)

Como você descreve sua infância e a sua adolescência?

Como era a sua relação com pai/ mãe/irmãos? _____

O que seus pais falavam sobre qual deveria ser o comportamento adequado de uma menina/mulher e de meninos/homens?

Seus pais te tratavam de modo diferente dos seus irmãos?

Havia violência na família?

Viu a mãe ser vítima de violência? _____

Como era a sua participação na atividades domésticas de sua família?

Frequentou escola regularmente/ grupos da comunidade? _____

Trabalhava fora de casa quando criança? _____ Qual atividade exercia? _____

C) Gênero e papéis sociais: (deixar todas essas como perguntas abertas)

Na sua opinião, o que é ser mulher na sociedade? _____

Qual papel, a mulher ocupa na sociedade? Quais são as suas atribuições? _____

Na sua opinião, o que é ser homem na sociedade? Qual papel o homem ocupa na sociedade?
Quais são as suas atribuições? _____

Você acredita que o homem exerce dominação sobre a mulher? De quais formas?

É natural o homem ser violento? Por quê? Na sua opinião, em alguma situação a violência é justificada? _____

Descrição de defeitos e qualidades da entrevistada: _____

Você se identifica como uma boa mulher? _____

Quais são os defeitos e qualidades do companheiro? _____

Você identifica seu marido como um bom homem? _____

Como deve ser o relacionamento de um casal? _____

Quais seriam as características de um bom marido? _____

Quais seriam as características de um bom pai? _____

Quais seriam as características de uma boa esposa? _____

Quais seriam as características de uma boa mãe? _____

Características de uma esposa ruim? _____

Características de um marido ruim _____

Como você se qualifica na condição de esposa? _____

Como você se qualifica na condição de mãe? _____

Como você qualifica seu parceiro como marido? _____

Como você qualifica seu parceiro como pai? _____

Quais seriam as suas obrigações na condição de mãe? _____

Quais seriam as suas obrigações na condição de esposa? _____

Quais seriam as obrigações do homem, na condição de marido, em casa? _____

Quais seriam as obrigações do homem, na condição de pai, em casa? _____

Quis são os direitos que você tem em casa? _____

Quais são os direitos que o seu parceiro tem em casa? _____

Há arma de fogo em casa? () sim () não

Quem tem acesso? _____

D) Relação Conjugal: histórico da violência (deixar todas essas como perguntas abertas)

Como conheceu seu companheiro? _____

Como foi que resolveram ficar juntos? _____

Tem conhecimento se o agressor, quando criança, foi vítima de violência familiar ou presenciava atos de violência entre seus pais ou outros familiares? _____

O agressor era violento com outros membros da família (pais, irmãos, filhos, etc)
Quando e por que começaram as brigas? _____
Quais os aspectos positivos e negativos de seu relacionamento? _____
Quais os motivos das brigas e discussões? _____
Por quais tipos de violência doméstica você foi atingida/(física, psicológica, sexual, patrimonial, moral, outras) _____
Descreva uma das brigas em que houve agressão física: _____
Quantas vezes, isso se repetiu? _____
Que sentimentos você teve após a agressão? _____
Já houve outros tipos de violência? (psicológica/ sexual, etc.) _____
Que sentimentos o companheiro demonstrou após a agressão? _____
Como você define os tipos de violência que sofria ou sofre? _____
Qual era a sua posição diante das agressões do companheiro? _____
Na sua opinião, qual deles é o pior tipo de violência? _____
Por que que estas brigas aconteciam ou acontecem? _____
Qual foi o motivo, na sua opinião que levou seu companheiro a agredi-la?
Qual razão o seu companheiro apresenta para justificar a agressão? _____
Qual era a regularidade das mesmas? _____
Como você reage na hora da violência? _____
Você tenta se defender e de que forma faz? _____
Na hora da violência, quais são os xingamentos que ele faz contra você? _____
Como recebe esses xingamentos? _____
O que você acha desse ato violento contra você? _____
Após a violência, como o agressor se comportava com você? _____
Quais argumentos utilizava para retomar sua confiança e amor? _____
O que você acha de homens que bate em mulheres? _____
Você se vê como vítima de violência? _____
Qual a sua maior dificuldade para sair do ciclo da violência? _____

E) Situação de violência e a participação de outras pessoas: (deixar todas essas como perguntas abertas)

Como sua família/vizinhos/outras pessoas viam/ reagem a esse tipo de acontecimento?

Recebeu algum tipo de apoio dessas pessoas? _____

Seus filhos presenciam as brigas e agressões? () sim () não

Como eles reagem? _____

Qual era o sentimento das crianças? _____

F) O atendimento à mulher em situação de violência: (deixar todas essas como perguntas abertas)

O que você pensa sobre a existência de uma Delegacia Especializada para a mulher em situação de violência?

Você procurou ajuda na Delegacia de Mulheres? _____

Você se sentiu acolhida na Delegacia de Mulheres? _____

Você acredita que a lei Maria da Penha contribuiu de fato para diminuir a violência contra a mulher? _____

Como foi o atendimento na Delegacia da Mulher? _____

Como foi que você veio para o CREAS? _____

O que a motivou a buscar ajuda na Instituição? _____

Qual o tipo de apoio mais importante que uma mulher que está em situação de violência precisa? _____

Qual o seu sentimento em chegar e estar sendo atendida no CREAS? _____

G) A mulher e sua postura após o atendimento no CREAS: (deixar todas essas como perguntas abertas)

Hoje, como você define a violência que viveu e porque? _____

Quais são as possibilidades de romper com a violência? _____

Você acha que a violência pode ser prevenida? _____

Por que uma mulher convive muito tempo com a violência? _____

O que você acha do atendimento do CREAS? _____

Você se sente mais fortalecida após o atendimento no CREAS? _____

O que você diria para uma mulher que está passando por uma situação de violência?
